

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

PRISCILA MACHADO ZANELA

**O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE ATUAM EM
CARGOS POLÍTICO-ELETIVOS NO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2017

PRISCILA MACHADO ZANELA

**O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE ATUAM EM
CARGOS POLÍTICO-ELETIVOS NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel, no curso de Administração, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Keiko Yamaguchi

CRICIÚMA

2017

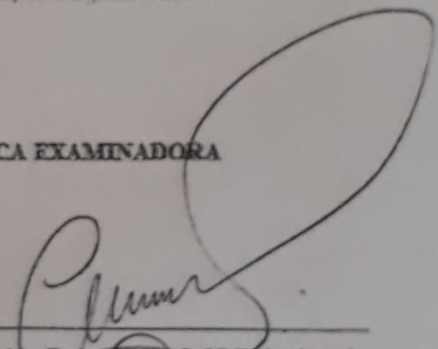
PRISCILA MACIELADO ZANELA

O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES QUE ATUAM EM
CARGOS POLÍTICO-ELETTIVOS NO SUL DE SANTA CATARINA

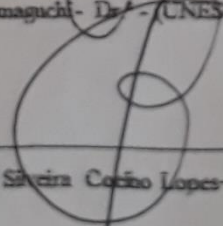
Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado pela Banca Examinadora para
obtenção do Grau de Bacharel, no Curso
de Administração da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC, com
Linha de Pesquisa em Comportamento
Organizacional.

Criciúma, 22 de junho de 2017.

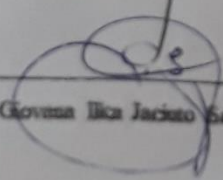
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Cristina Keiko Yamaguchi - Dr.ª - (UNESC, UNIPLAC) - Orientadora



Prof.ª Giselle Silveira Coelho Lopes - Ma - (UNESC)



Prof.ª Giovanna Ilca Jacinto Salvador - Dr.ª - (UNESC)

Dedico este trabalho à minha filha Valentina, razão que me faz buscar constantemente ser o melhor de mim, para que ela seja ser o melhor de si. E ao meu marido Luiz, que sempre me apoiou e incentivou durante minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me proporcionar a vida e a oportunidade de realizar esse sonho.

Agradeço também meu marido Luiz, por todo o incentivo e confiança que depositou em mim, e fazer com que o alcance desse objetivo fosse uma das prioridades de nossa família. Certamente não teria chegado até aqui se não fosse o todo o apoio que dele recebi.

Agradeço minha filha Valentina, por ser a criança maravilhosa que ela é, e por várias vezes entender minha ausência para cumprir com os compromissos acadêmicos.

Agradeço todas as mulheres incríveis que tive a oportunidade de conhecer, que me concederam as entrevistas e fizeram esse estudo possível.

Agradeço os professores do Curso de Administração da UNESC, que nesses anos compartilharam os seus conhecimentos dentro e fora de aula, não pouparam esforços para nos ajudar a crescer ainda mais em todos os aspectos, e sem dúvidas servirão de exemplo e inspiração em minha vida. Agradeço em especial à professora Dra. Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias, que me acompanhou desde o projeto, me deu total suporte e não mediu esforços para que esse trabalho fosse realizado.

Agradeço aos colegas de graduação, que estiveram comigo todos esses anos, e juntos aprendemos e compartilhamos momentos de êxito, ansiedade, nervosismo e alegria, mas tudo sabendo que no final valeria muito a pena.

Agradeço também minhas colegas do grupo de pesquisa do qual faço parte desde 2014, o GECID (Grupo de Estudos em Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento), por tudo que aprendi e por todo o incentivo que sempre recebi de todas vocês. Em especial a Ana Paula Silva dos Santos que me ajudou muito durante o início da minha caminhada na pesquisa, e a Karoline Brasil de Oliveira, que foi quem plantou a sementinha do empoderamento feminino em mim, e participou ativamente de todas as etapas desse trabalho desde a escolha do tema até a apresentação final.

E por fim, agradeço imensamente a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Cristina Keiko Yamaguchi, por toda a dedicação e ensinamentos durante todos esses anos como orientadora de TCC e de pesquisa, dando todo o apoio para que esse trabalho fosse executado, certamente toda a sua dedicação me fez crescer em muitos aspectos.

“Desaprender para aprender. Deletar para escrever em cima. Houve um tempo em que eu pensava que, para isso, seria preciso nascer de novo, mas hoje sei que dá pra renascer várias vezes nesta mesma vida. Basta desaprender o receio de mudar.”

Martha Medeiros

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMREC e AMESC no sul do estado de Santa Catarina. Para tanto, foram abordadas questões como os desafios enfrentados pela mulher na carreira política, a contribuição das cotas eleitorais para o empoderamento feminino, e investigou-se as narrativas sob a ótica das dimensões individual, relacional e coletiva do empoderamento feminino. Quanto a metodologia, esse estudo caracteriza-se quanto à abordagem qualitativa; quanto aos objetivos descritiva, por meio de uma pesquisa de campo com oito mulheres que ocupam cargos no legislativo e executivo em municípios no sul de Santa Catarina. Os resultados obtidos revelam que as entrevistadas se deparam com um conjunto de desafios impostos pelo conjunto político-partidário, e sociedade, que afrontam sua movimentação e autonomia política. Observou-se que as cotas eleitorais se tornam um desafio a ser enfrentado pelas mulheres na política. A análise dos resultados também descreveu os elementos basilares que permitiram a ocorrência do processo de empoderamento nos níveis individual, relacional e coletivo, por meio de ações em que as mulheres modificaram o direcionamento das ações que lhes diz respeito, perpassando por todos os envoltórios que influenciaram a construção do empoderamento no nível relacional, e por fim, a ocorrência de transformações na sociedade na qual está inserida.

Palavras-chave: Empoderamento feminino; mulheres políticas; política; mulher.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização do trabalho	18
Quadro 2 - Dimensões do empoderamento conforme Horochovski	21
Quadro 3 - Dimensões comumente usadas para medir o Empoderamento das mulheres e seus potenciais operacionalizadores	28
Quadro 4 - Número de vereadoras e prefeitas na região da AMREC no mandato de 2017 a 2020	44
Quadro 5 - Número de vereadoras e prefeitas na região da AMESC no mandato de 2017 a 2020	44
Quadro 6 - Síntese do delineamento da pesquisa	45
Quadro 7 - Estruturação do público-alvo	45
Quadro 8 - Síntese das três dimensões do empoderamento conforme apresentado na Fundamentação Teórica.....	46
Quadro 9 - Dimensões do empoderamento adotadas para a análise dos dados.....	48
Quadro 10 - Perfil das entrevistadas.....	49
Quadro 11 - Síntese dos desafios enfrentados pela mulher na política	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução do número de prefeitos/as eleitos/as - 2004 a 2016	33
Tabela 2- Evolução do número de vereadoras/os eleitas/os- 2004 a 2016.....	34
Tabela 3- Evolução do número de Deputadas/os estaduais/distritais eleitas/os em 2006, 2010 e 2014	34
Tabela 4- Evolução do número de deputadas/os federal eleitas/os em 2006, 2010 e 2014.....	35
Tabela 5- Evolução do número de senadores/as eleitos/as em 2006, 2010 e 2014	35

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Síntese do processo de empoderamento das entrevistadas	77
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 EMPODERAMENTO	19
2.2 EMPODERAMENTO DE MULHERES	23
2.3 A MULHER NA POLÍTICA: HISTÓRICO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	29
2.4 AS LEIS Nº 9.100 E Nº 9.504: E A PREVISÃO DE COTAS PARA O SEXO FEMININO.....	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	42
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO, AMOSTRA E ÁREA.....	43
3.3 PLANO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	46
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	49
4.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS	49
4.1.1 Perfil quanto à escolaridade, idade, estado civil, filhos e mandato.....	49
4.1.2 Motivos que levaram a entrar na política	50
4.2 OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NA CARREIRA POLÍTICA	51
4.2.1 Falta de apoio e confiança.....	52
4.2.2 Preconceito	55
4.2.3 A existência de poucas mulheres na bancada	59
4.2.4 Falta de aceitação e respeito dos colegas homens	60
4.2.5 O lado mais emocional	65
4.2.6 A família perante o novo cargo	67
4.2.7 Fatores que desmotivam a mulher a entrar na política	68

4.3 LEGISLAÇÃO QUE REGE AS COTAS ELEITORAIS POR SEXO NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO	71
4.4 DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES QUE ATUAM NA CARREIRA POLÍTICA.....	76
4.4.1 Dimensão individual.....	77
4.4.2 Dimensão relacional	91
4.4.3 Dimensão coletiva	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE(S)	119

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, compartilhou-se a visão de que o homem tem mais poder, inteligência, e, à mulher, cabia o papel de adaptar-se a esse cenário, obedecer às regras, e viver em um posicionamento inferior ao homem, como se esta fosse sua sentença final ditada pela sociedade, e por muito tempo muitos concordaram com esse posicionamento (VELHO, 2011). A partir da segunda metade do século XX, a mulher passou a apropriar-se de sua autonomia, tendo um olhar mais valoroso de si mesma (MAUX; DUTRA, 2009).

Nesse contexto, nos últimos anos, o empoderamento das mulheres vem ganhando forças e tornando-se o centro de protestações, articulações e ponderações por parte do movimento de mulheres e feministas, juntamente com o tema de acesso ao poder (GROSSI; MIGUEL, 2001).

A Organização das Nações Unidas, no documento intitulado Princípios de Empoderamento das Mulheres (ONU MULHERES, 2010, p. 21), define empoderamento como: “dar ou adquirir poder ou mais poder. [...] Uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas”. Neste sentido, o indivíduo que se encontra empoderado tem a capacidade de traçar seus propósitos, reconhecer ou ampliar suas competências, deliberar conflitos e sustentar-se a si próprio, sendo este um processo e resultado concomitantes, podendo ser empoderados pessoas desprivilegiadas financeiramente, mulheres, indivíduos da raça negra e indígenas, e todos aqueles indivíduos que não tem liberdade para tomar suas próprias decisões assim como aqueles que são desfavorecidos na sociedade.

Conforme Brauner (2015), para que haja avanços em todos os aspectos na sociedade, o empoderamento feminino faz-se primordial e, para que isso ocorra, existem acordos entre países e organizações internacionais como, por exemplo, a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminações Contra a Mulher (CEDAW), as Conferências Internacionais do Cairo (CIPD)¹, Pequim², entre outras, que apontam a necessidade de ampliar a participação das mulheres em todos os setores, principalmente nos espaços de poder

¹ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994 e reuniu 179 países (UNFPA, [201-]).

² Conferência Mundial sobre a Mulher evento patrocinado pela ONU em 1995 em Pequim na China (GROSSI; MIGUEL, 2001).

e decisão, porém ainda há muito a se fazer. A autora complementa que o empoderamento da mulher é o caminho para a redução da exclusão social e desenvolvimento de autonomia, autoconfiança e desenvolvimento da liderança (BRAUNER, 2015).

Nesse sentido, é fundamental o empoderamento de mulheres para que essas possam fazer parte de todos os setores e níveis de atividades econômicas, para que se tenha: 1) economias mais fortes e sociedades com maior estabilidade e igualdade; 2) as operações e metas dos negócios sejam impulsionadas; 3) melhora na qualidade de vida de homens, mulheres, famílias e comunidade como um todo; 4) fazer com que o desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos tornem-se reconhecidos (ONU MULHERES, 2010).

No decorrer do último século, a participação da mulher em várias áreas teve crescimento indiscutível, porém a ocupação de mulheres em cargos políticos diminuiu conforme aumenta o grau de poder (MIGUEL, 2000; GROSSI; MIGUEL, 2001). Essa realidade diminuiu um pouco em países que adotam a política de cotas, apesar de que é evidente que a política de cotas não assegura resultados eleitorais, levando-se em conta os obstáculos impostos pela sociedade e formação partidária na candidatura das mulheres. Dessa forma, destaca-se a necessidade de ações que sensibilizem tanto os partidos quanto as próprias mulheres, juntamente com ações que ajam a longo prazo, para que tenha sensibilização, capacitação e investimento perpétuo para que seja possível buscar e formar lideranças femininas na política. (MIGUEL, 2000; GROSSI; MIGUEL, 2001).

Com base nas informações supracitadas, o presente estudo objetiva avaliar como ocorre o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMESC e AMREC no sul do estado de Santa Catarina³.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Historicamente, ao analisar os papéis femininos e masculinos, desde os primórdios ao homem foi atribuído o papel de provedor, por meio do trabalho, enquanto à mulher coube o papel reprodutivo e de cuidadora do lar. Durante séculos, acreditou-se que essa desigualdade

³ AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, a qual abrange o total de 15 municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo. AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera, a qual abrange 12 municípios: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

entre homens e mulheres era característica decorrente do homem ter o poder, e a mulher ser a dominada (VELHO, 2011). Porém algumas mudanças ocorridas no século XX foram essenciais para a presença da mulher na sociedade, cedendo-lhe reconhecimento no mercado de trabalho, como uma pessoa que tem seus direitos, assim como respeito quanto a sua posição como mulher e cidadã (VELHO, 2011). Dentre essas mudanças, pode-se citar a convocação dos homens para lutar nas guerras, o que forçou a mulher a posicionar-se no mercado de trabalho para garantir o sustento da casa. Também a criação do telefone a qual originou a profissão de telefonista, tipicamente um trabalho feminino na época, a Guerra da Criméia ocorrida em 1854 quando surgiu a profissão de enfermeira, por meio de mulheres que deixavam suas casas para prestar assistência aos feridos em batalhas, que mais tarde evoluiu e possibilitou capacitação e aperfeiçoamento profissional (MANCINI, 2005).

Entretanto, de acordo com Luchmann e Almeida, no âmbito político, dados ainda mostram que o grau de inclusão de mulheres ainda se mostra baixo. Tal fato não ocorre porque mulheres mostram menos interesse por política do que os homens, ou porque são menos participativas e, tampouco, porque possuem menos conhecimento e ânimo para participar da vida política. E sim, devido aos fatores históricos e culturais, os quais excluíram e restringiram a participação da mulher em vários aspectos da sociedade e nos assuntos públicos, os quais permeiam até os dias de hoje a participação da mulher na política e diminuem suas chances de ganhar qualquer disputa eleitoral (LUCHMANN; ALMEIDA, 2010).

De acordo com Grossi e Miguel, inspirada pelo contexto da IV Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida na China em 1995 e pelos bons resultados obtidos por outros países, a bancada feminina no Congresso Nacional propôs que fosse incluído na legislação brasileira, um artigo que assegurasse cotas de vagas de cada partido ou coligação para candidatas mulheres, com o intuito de aumentar o número de mulheres ocupantes de cadeiras nos Poderes Legislativos e Executivos. Dessa forma, em 29 de Setembro de 1995, a Lei nº 9.100 foi aprovada, e estabelecia uma cota mínima de 20% para mulheres nas próximas eleições municipais que aconteceriam em 1996 (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Seguidamente, foi criada uma extensão dessas medidas, pela Lei nº 9.504, a qual estabelece que as medidas fossem aplicadas para os cargos na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital, e altera o valor da cota, que passa a ser uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. A nova lei, juntamente com outros esforços, contribui para mudanças no comportamento, tanto nos

partidos políticos, quanto no eleitorado, e de forma discreta, é possível ver o aumento da participação das mulheres no cenário político. Contudo, ainda existem obstáculos impostos pelo sistema partidário e eleitoral e até mesmo pela família e sociedade no que tange a participação feminina na política institucional no Brasil (LUCHMANN; ALMEIDA, 2010).

Barreiras impostas pelos cônjuges quando decidem pela carreira política, a dificuldade de manejar a carreira juntamente com questões domésticas, se a mulher chega à política por meio de relações de parentesco- que classifica essa forma como desabonadora, pelo fato de terem usufruído das alianças criadas pelo pai ou marido- são obstáculos impostos pela família e sociedade. Enquanto padrões culturais os quais atribuem características e responsabilidades distintas para homens e mulheres, a cultura machista presente em todos os setores políticos, os mecanismos invisíveis utilizados por partidos que visam excluir mulheres das principais disputas eleitorais, a falta de recursos materiais e apoio financeiro para as campanhas, o que impossibilita a mulher de disputar em condições justas e iguais com os homens, a falta de apoio nas candidaturas das mulheres, por parte dos partidos, mesmo que elas mostrem que possuem mais chances de vencer, o que é chamado de lógica sexista, são alguns obstáculos impostos pelo sistema partidário e eleitoral, e que tornam mais difícil a inclusão e o sucesso da mulher no cenário político institucional, em consonância com Grossi e Miguel (2001).

Com o recente aumento no número de discussões, iniciativas e manifestações acerca do movimento de mulheres na política e do empoderamento das mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001), e levando-se em conta que a inclusão das mulheres na política está diretamente atrelada a uma visão abrangente de empoderamento que exija ações integrais e que inclua as distintas extensões presentes na vida das mulheres, como plenitude física e mental, trabalho e saúde (MIGUEL, 2010); coloca-se a pergunta a qual este estudo pretende investigar: como ocorre o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMESC e AMREC no sul do estado de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMREC e AMESC no sul do estado de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar os principais desafios enfrentados pela mulher na carreira política;
- b) Identificar se a previsão de cotas para o sexo feminino conforme as Leis Nº 9.100 e Nº 9.504 contribui para o processo de empoderamento feminino;
- c) Descrever as dimensões de empoderamento das mulheres que atuam na carreira política, sob a dimensão individual, relacional e coletiva.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa pretende identificar os elementos que propiciaram o empoderamento de mulheres que atuam em cargos político-eletivos na região da AMESC e AMREC em Santa Catarina, haja vista que a ocupação de cargos políticos por mulheres ainda é um fato recente, e tais mulheres se deparam constantemente com inúmeras barreiras, que muitas vezes não as permitem ingressar neste meio ou tornarem-se tão bem-sucedidas quanto os homens (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Somando-se a isso, empoderamento feminino é considerado uma teoria recente, ainda carente de estudos que o abordem de forma clara e disseminada, estando diretamente relacionado ao desenvolvimento das mulheres e como consequência, da sociedade em geral, e sendo um tema interdisciplinar, podendo ser discutido dentro de diversas áreas do conhecimento, o que o torna extremamente enriquecedor (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008).

Por consequência, o momento atual é apropriado para a realização desta pesquisa, que visa entender o processo de empoderamento das mulheres que conseguiram ultrapassar o teto de vidro e ocupar cargos políticos.

Esta pesquisa é relevante para a sociedade em geral, principalmente para as mulheres que ocupam ou pretendem ocupar cargos políticos e estudiosos do assunto, pois faz com que a sociedade perceba mais claramente os impactos causados pelo empoderamento nas carreiras dessas mulheres, e também por acrescentar conhecimento do assunto para a comunidade acadêmica, assim como contribui para o acervo literário da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Finalmente, a exploração desse tema mostra-se viável, tendo em mente que a pesquisadora terá acesso aos dados e à amostra da pesquisa, da mesma maneira que tempo e

recursos financeiros para a realização da pesquisa no prazo estabelecido pelo Curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Este trabalho está organizado da seguinte forma conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1 - Organização do trabalho

CAPÍTULO 1	Introdução		
	Tema		
	Objetivos	Objetivo geral	
		Objetivos específicos	
Justificativa			
CAPÍTULO 2	Fundamentação teórica	Empoderamento	
		Empoderamento de mulheres	
		A mulher na política: Histórico da mulher na política brasileira	
		As Leis Nº 9.100 e Nº 9.504: e a previsão de cotas para o sexo feminino	
CAPÍTULO 3	Metodologia	Delineamento da pesquisa	
		Definição da população, amostra e área	
		Plano de coleta e análise de dados	
CAPÍTULO 4	Apresentação e análise dos dados	Perfil das entrevistadas	Perfil quanto à escolaridade, idade, estado civil, filhos e mandato
			Motivos que levaram a entrar na política
		Os principais desafios enfrentados pelas mulheres na carreira política	
		A lei que rege as cotas eleitorais por sexo no processo de Empoderamento	
		Dimensões do Empoderamento das mulheres que atuam na carreira política	Dimensão individual
			Dimensão Relacional
Dimensão Coletiva			
CAPÍTULO 5	Considerações finais	Reflexões acerca dos objetivos	
		Limitações da pesquisa	
		Sugestões para pesquisas futuras	
REFERÊNCIAS			
APÊNDICE A			

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo objetiva fundamentar teoricamente o tema levantado. Em seu desenrolamento, são abordadas questões que têm em vista analisar o empoderamento e empoderamento da mulher, assim como suas dimensões e conceitos. E, posteriormente, é exposta a história da mulher na política brasileira, assim como um panorama da atual atuação da mulher no cenário político. E, por último, as Leis nº 9.100 e nº 9.504, conhecidas como as Leis de cotas por sexo na política são expostas perante os diferentes ângulos trazidos na literatura.

2.1 EMPODERAMENTO

Segundo Baquero (2012), o conceito do *empowerment* tem suas raízes no século XVI, durante a Reforma Protestante, a partir do momento em que o Monge Martinho Lutero passa a questionar a interpretação da Bíblia e decide traduzir esse conteúdo do latim para o dialeto local, o que possibilitou o contato da população plebeia com a Bíblia, privilégio antes obtido apenas pela minoria. Assim, segundo a autora, o processo de Reforma iniciado por Lutero desencadeou de certa forma um Empoderamento por parte das pessoas, pois, ao ter acesso à leitura dos “textos sagrados”, a comunidade tornou-se sujeito de sua religiosidade.

Na era contemporânea, o *empowerment* é expresso nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e durante a segunda metade do século XX, esteve presente na ideologia da ação social dos países desenvolvidos. A partir dos anos 1970, o empoderamento sofre influência dos movimentos de autoajuda, seguido pela psicologia comunitária nos anos 1980 e na década de 1990, é abraçado por movimentos que procuram assegurar o direito da cidadania em diversos setores, como saúde, educação, política, justiça e ações comunitárias esclarece Baquero (2012).

Em seu estudo Rowlands (1995) afirma que o termo empoderamento é usado em várias disciplinas tais como educação para adultos, serviço comunitário e serviço social em particular, porém não há uma definição clara e comumente entendida, e tal confusão deve-se ao fato de que o conceito raiz de empoderamento, “poder”, é em si um conceito controverso, entendido de formas diferentes por pessoas diferentes. Complementarmente, Rowlands demonstra que empoderamento não pode ser considerado uma entidade fixa, mas sim, construído a partir de um contexto e de aspectos específicos da situação na qual qualquer

mulher ou grupo de mulheres se encontram. A partir do resultado de uma lista de possíveis componentes de empoderamento agrupados em categorias, a autora desenvolveu um modelo derivado da revisão da literatura, desenvolvido para contribuir com processos de empoderamento. Tal processo é composto por três dimensões: a dimensão pessoal, a qual implica no desenvolvimento de um sentimento de autoconfiança e capacidade individual, desfazendo os efeitos da opressão internalizada. A dimensão relacional, que desenvolve a capacidade de negociar e influenciar a natureza de um relacionamento e decisões tomadas dentro dele. E por último, a dimensão coletiva, na qual os indivíduos trabalham juntos para alcançar um impacto mais extenso do que cada um poderia ter tido sozinho. Isso inclui o envolvimento em estruturas políticas, mas também pode abranger ações coletivas baseadas na cooperação em vez da concorrência. A ação coletiva pode ser local: por exemplo, os grupos que atuam em aldeias ou de vizinhanças, nesse caso são chamados de local ou informal; ou ser mais institucionalizados, como as atividades das redes nacionais ou os procedimentos formais das Nações Unidas, nesse caso são chamados de formal ou institucional. Dessa forma, os aspectos das ações locais ou formais podem ser distinguidos (ROWLANDS 1995).

Enquanto empoderamento pessoal é um dos ingredientes para se atingir o empoderamento na dimensão coletiva, seja ela formal ou informal, concentrar-se apenas na dimensão pessoal não é suficiente, assim como empoderamento pessoal não leva ao empoderamento relacional automaticamente. Para que haja a implementação bem-sucedida do empoderamento para o desenvolvimento, são necessárias mudanças em cada dimensão, no tocante às habilidades dos indivíduos e coletividades de identificar e apropriar-se das necessidades de seus lares, comunidades, organizações, instituições e sociedades (ROWLANDS, 1995).

Freire e Shor (1996) expõem sua definição de empoderamento para as classes sociais e afirmam que, neste caso, o empoderamento está atrelado à forma como a classe trabalhadora se compromete a obter poder político por meio de suas próprias experiências e cultura e, por isso, o empoderamento não deve ser considerado um ato individual ou psicológico, e sim, um conjunto de atos políticos nos quais os indivíduos pertencentes às classes dominadas buscam livrar-se desta condição. Tudo isso ocorre durante um processo extenso, tendo a educação como principal alicerce.

Complementarmente, Horochovski (2006, p. 22) define que “ocorre empoderamento quando atores sociais reúnem recursos que lhes permitem, efetivamente, tomar parte das decisões que lhes afetam, por meio de sua voz e de suas ações”. Para o autor, tanto pessoas

quanto grupos podem empoderar-se quando decidem determinar seu destino e dentro das limitações impostas pelas obrigações de agir existentes em qualquer sociedade, conquistam independência, e nesse contexto quase sempre é necessária a intervenção de fatores externos. Sobre esse fato, soma-se a limitação de recursos, a qual força os sujeitos a viverem de forma dependente, tornando-os desprovidos de livre-arbítrio.

Ainda para o autor, o empoderamento depende de elementos, pois é um processo em que vários agentes como: empresas, organizações, o Estado entre outras, atuam como um canal interveniente, facilitando, indicando caminhos prováveis e auxiliando em todos os aspectos, nunca ditando as ações a serem feitas. Ainda nesse contexto, Horochovski (2006) afirma que o empoderamento não é o resultado de uma comunidade análoga, que compartilha interesses semelhantes, pelo contrário, é o fruto de interesses e ações conflituosas por recursos. A respeito da participação cidadã no empoderamento, Horochovski (2006) a classifica em duas formas: *grassroots*, formado por organizações e movimentos os quais elegem, criam e dirigem sua própria metodologia e fins; e a segunda, chamada de formal ou com mandato governamental, a qual o participante deve cumprir os requisitos legais exigidos e participa das decisões políticas ou da operação de agências reguladoras. Para o autor, o empoderamento, por não ser uma variável universal, ou seja, ser formado por vários graus é possível o enquadrar o em cinco dimensões: 1) níveis ou sujeitos de empoderamento; 2) motivações do empoderamento; 3) poderes ou recursos do empoderamento; 4) modalidades de empoderamento e por último; 5) escopo da intervenção e das políticas de empoderamento. Essas dimensões e respectivos níveis são mostradas no Quadro 2:

Quadro 2 - Dimensões do empoderamento conforme Horochovski

Dimensões	Níveis
1) Níveis ou sujeitos de empoderamento	- Empoderamento individual - Empoderamento organizacional - Empoderamento Comunitário
2) Motivações do Empoderamento	- Empoderamento reativo - Empoderamento proativo
3) Poderes ou recursos do empoderamento	- Sociais - Econômicos - Políticos - Psicológicos
4) Modalidades de Empoderamento	- Empoderamento formal - Empoderamento instrumental - Empoderamento substantivo
5) Escopo da intervenção e das políticas de Empoderamento	- Contexto base - Comunitário

Fonte: Adaptado de Horochovski (2006).

Com relação às dimensões do empoderamento supracitadas, Horochovski (2006, p.21) afirma que “todas essas dimensões se entrecruzam nos processos de Empoderamento e permitem a operacionalização desta categoria em pesquisas empíricas, mediante procedimentos de coleta e análise quantitativos e qualitativos”, e, para alcançar maiores efeitos, é desejável o cruzamento da maior possibilidade desses indicadores, efetivamente quando se trata de análises com unidades extensas, as quais são construídas matrizes e correlações. Os resultados dessas aplicações são decisivos para as estratégias de investigação fundamentada no empoderamento.

De acordo com Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), empoderamento é quando o indivíduo se transforma em agente ativo e, sendo orientado por seus objetivos e valores, abraça o papel de cuidador de si próprio, tornando-se o agente promotor de seu crescimento, causando transformações no seu ambiente e sociedade, enquanto no centro de todo esse processo.

Kleba e Wendausen (2009) destacam duas vertentes teóricas em termos conceituais nas quais originam o empoderamento: a primeira tem o objetivo de agregar os indivíduos no sistema capitalista, sendo relacionada às ações assistencialistas as quais são criadas para cumprir com o processo de correção de desequilíbrios econômicos de um país; a segunda resguarda a autonomia de cidadãos e comunidades e objetiva o intercuro real e simbólico na busca pela igualdade e democracia, na qual o sujeito abraça o papel principal na interferência de processos ensejadores do empoderamento. Para os autores, o empoderamento é um elemento fundamental para o entendimento das possibilidades e limitações ao promover a participação política e social. Enquanto um termo multifacetário, o empoderamento apresenta-se como um processo que evolui constantemente, abrangendo aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Kleba e Wendausen (2009) expõem as três dimensões do processo de empoderamento como: 1) psicológica ou individual; 2) grupal ou organizacional e 3) estrutural ou política. O empoderamento individual ocorre por meio da ampliação da autonomia e liberdade, permitindo a independência do sujeito. Enquanto na dimensão grupal, ocorre dentre os membros de um grupo o desencadeamento de respeito e suporte mútuo e recíproco, os quais geram o sentimento de pertença, reciprocidade e práticas solidárias. A dimensão estrutural ou política subsidia e torna viável o empenho, responsabilização compartilhada e participação social no panorama da sociedade.

No documento intitulado *Princípios de Empoderamento das Mulheres* (ONU MULHERES, 2010, p. 21), empoderamento é definido como “dar ou adquirir poder ou mais poder. [...] Uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas”. Neste sentido, o indivíduo que se encontra empoderado tem a capacidade de traçar seus propósitos, reconhecer ou ampliar suas competências, deliberar conflitos e sustentar a si próprio, sendo este um processo e resultado concomitantemente, podendo ser empoderadas pessoas desprivilegiadas financeiramente, mulheres, indivíduos da raça negra e indígenas, todos aqueles indivíduos que não têm liberdade para tomar suas próprias decisões e aqueles que são desfavorecidos na sociedade.

Baquero, ao analisar as diferentes abordagens de empoderamento disponíveis na literatura, evidencia que este é um conceito baseado não somente no resultado da construção da natureza psicológica, mas também nas relações autoritárias na sociedade. Para a autora, empoderamento vai além do conceito, engloba o agir, necessitando de processos de reflexão sobre a ação, enquanto visa à conscientização sobre fatores como economia, política e cultura, os quais delimitam a realidade enquanto afetam o cidadão. À vista disso, “um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas.” (BAQUERO, 2012, p. 184).

2.2 EMPODERAMENTO DE MULHERES

Para Stromquist (1995), empoderamento, quanto ao significado emancipatório, levanta a questão de agência pessoal, em vez de dependência de intermediários, liga ação às necessidades e é o resultado de fazer-se mudança coletiva significativa. É um conceito que não se limita apenas à identidade pessoal, mas traz uma análise mais ampla dos direitos humanos e justiça social. Para a autora, a sociedade e várias instituições inserem homens e mulheres em categorias opostas, por meio de práticas que incorporadas em crenças de longa data constroem sujeitos masculinos e femininos que enfrentam e se conformam com fatos como: práticas familiares, mitos religiosos, a divisão social e sexual do trabalho, costumes do casamento, o sistema educacional, e leis civis. Todos esses combinam e produzem hierarquias, crenças internalizadas e expectativas, as quais são restritivas e ao mesmo tempo são consideradas normais e, por isso, raramente questionada. Nesse contexto, o

empoderamento é um processo de mudança na distribuição do poder, tanto nas relações pessoais quanto nas instituições em toda a sociedade (STROMQUIST, 1995).

Ainda para Stromquist (1995), tradicionalmente, o estado interpretava as necessidades das mulheres para que suprissem suas próprias preferências, e a única consideração que a mulher recebeu do estado foi a de ser mãe e esposa. Por conseguinte, as mulheres precisam assumir seu papel de defensoras e abordar os problemas e causas que as afetam e que vem sendo ignoradas. Assim, empoderamento em última análise envolve um processo político que produz consciência aos formuladores de políticas a respeito das mulheres e também pressiona para que haja mudanças na sociedade. A autora ainda afirma que o empoderamento é um processo que deve ser centrado em mulheres adultas por duas razões: a primeira, pelo fato de já serem adultas, as mulheres já passaram por muitas experiências de subordinação e por consequência conhecem esse problema muito bem, mesmo não sendo capazes de denomina-lo como tal; e a segunda, ao serem transformadas, essas mulheres passam a ser fundamentais no processo de quebra da reprodução integradora da autoridade patriarcal. Stromquist também evidencia que:

Por meio do empoderamento mulheres irão adquirir um melhor entendimento de seu mundo, um senso mais claro das suas habilidades de muda-lo, e recursos para desenvolver influência. Em prazo imediato elas não irão mudar o mundo-hierarquias e centros de poder irão permanecer por um tempo- mas gradualmente estas mulheres empoderadas podem desgastar o poder tradicional e redefini-lo. (STROMQUIST, 1995, p. 17).

Costa (2008, p.7) aponta a definição de empoderamento como um “mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”. A mesma autora propõe que o surgimento do conceito de empoderamento ocorreu nos anos setenta, por meio dos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos e da bandeira do poder negro, sendo esta uma maneira de valorização da raça e conquista de uma cidadania integral. E foi ainda durante essa década que o termo começou a ser utilizado pelo movimento feminista, no qual o empoderamento consiste em alterar integralmente os processos e estruturas os quais impõem a mulher como classe subordinada. Desse modo, as mulheres empoderam-se por meio da tomada de decisões em grupo e também de mudanças individuais (COSTA, 2008).

Autores diferentes aplicam a palavra empoderamento para significados diferentes. Entretanto, existem quatro aspectos sobre empoderamento feminino que são normalmente aceitos na literatura: primeiro, para uma pessoa ser empoderada deve ter sido “desempoderada”, e por isso falar sobre empoderamento feminino, pois como um grupo, as mulheres são “desempoderadas” em comparação aos homens; segundo, empoderamento não pode ser dado de presente por terceiros: e sim, deve ser reivindicado; desta forma agências de desenvolvimento não podem empoderar mulheres, mas devem facilitar que as mulheres empoderem-se a si próprias, por meio da criação de condições favoráveis ao empoderamento; terceiro, definições de empoderamento geralmente abordam o fato de as pessoas tomarem uma decisão e agir perante a mesma. Reflexão, análise e ação são envolvidas neste processo, que pode acontecer individualmente ou coletivamente. Por fim, o empoderamento é um processo contínuo e não um produto. Um objetivo final é inexistente, ou seja, uma pessoa não atinge um nível de total empoderamento: as pessoas são empoderadas ou desempoderadas em relação às outras, ou mais importante: em relação a si mesmas em um período anterior (MOSEDALE, 2005).

Ainda para Mosedale (2005), o nível de empoderamento de uma mulher é variável, muitas vezes imensamente, de acordo com critérios tais como classe social, etnia, riqueza, posição familiar, entre outros, de modo que qualquer análise do poder ou falta deste em uma mulher deve considerar esses aspectos. A autora define empoderamento feminino como o processo no qual as mulheres redefinem e ampliam o que é possível para elas serem e fazer em situações nas quais elas, uma vez, foram limitadas de ser e fazer, em comparação aos homens.

De acordo com Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), empoderamento feminino é um foco teórico recente, e incorpora várias questões: no tocante ao seu impacto no desenvolvimento das mulheres, redistribuição do poder; além de agregar contribuições para diferentes disciplinas como psicologia, antropologia, ciência política, sociologia, educação, direito, administração e economia. Para os autores, o empoderamento engloba o fator de poder das mulheres a respeito das decisões sobre suas vidas tanto no âmbito público quanto no privado, assim como a detenção de poder nas tomadas de decisões em acontecimentos públicos e privados que tenham interferência direta ou indireta na sociedade ou seus próprios interesses particulares.

Sobre o processo de empoderamento das mulheres, Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) destacam que este vem ganhando destaques nas discussões nos últimos anos, porém,

devido a inexistência de uma teoria estruturada, existem dificuldades para que se tenha discussões mais aprofundadas, e, portanto, o conceito de processo do empoderamento ainda é considerado um tanto vago. Seguindo esta linha, os autores propõem um processo de empoderamento que consiste em três níveis: o nível de análise individual, no qual ocorre o ponto de partida para o empoderamento, ou seja, a mulher percebe a inexistência de caminhos para que ela consiga concretizar suas aspirações e explorar todo o seu potencial, sendo que este primeiro passo não ocorre de forma uniforme em todas as mulheres. Partindo de um objetivo pessoal e da apropriação de autonomia, neste nível, a mulher passa a enfrentar os obstáculos que encontra.

O segundo nível, é chamado de processo relacional, ou seja, o empoderamento feminino tem envolvimento direto com outros elementos os quais compõem o cenário em que a mulher está inserida. Neste nível, fatores como influência familiar, valores culturais transmitidos durante a criação na infância e juventude, a participação em grupos sociais como ONGs, associações de bairro, e principalmente a educação formal recebida, sendo este um fator fundamental para o empoderamento feminino na sociedade, pois é por meio da educação que a mulher adquire habilidades e autoconfiança para poder atuar no mercado de trabalho e atingir a emancipação. É por meio da educação formal e de qualidade que mulheres conseguem ocupar cargos mais altos nas empresas, obter salários mais altos, participar como representantes no governo e obter influência política (Mageste; Melo; Ckagnazaroff, 2008).

O nível contextual, o terceiro nível de análise do empoderamento, engloba uma quantidade de temas, nas quais é possível aplicar pesquisas e estatísticas para detectar onde as melhorias podem ser aplicadas, e por isso é o nível mais exigente quanto ao investimento de esforços. Neste nível, estão relacionadas as questões de saúde, bem-estar, nutrição adequada, sexualidade e reprodução, representação equitativa das mulheres na carreira política, na formulação de políticas públicas que impactam a sociedade na qual estão inseridas, na participação da mulher na economia e a inserção da mulher no mercado de trabalho (Mageste; Melo; Ckagnazaroff, 2008).

Estes três níveis trabalham de uma forma interligada e dependente: ou seja, a ação em um gera mudança no outro, em que “uma transformação radical na estrutura de poder que mantém essa estrutura é lenta e gradual, incorporando aos poucos os resultados”. (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p. 7). O processo de empoderamento pode ser iniciado em qualquer um dos níveis supracitados, mas só é considerado completo quando passar por todas elas.

Para Malhotra, Schuler e Boender, apesar da diversa ênfase e trabalhos que discutem empoderamento de mulheres, os autores puderam encontrar na literatura um consenso a respeito da conceptualização do termo. Existe uma relação de alguns termos chave e sobrepostos que são na maioria das vezes incluídos na definição de empoderamento: opções, escolha, controle e poder. Frequentemente, estes se referem às habilidades da mulher para tomar decisões e influenciar resultados de importância para elas mesmas e suas famílias. O controle sobre a própria vida e sobre os recursos também é frequentemente sublinhado. Assim, há uma frequência na referência à algumas variantes na habilidade de afetar o bem-estar de alguém e fazer escolhas estratégicas na vida (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002).

Também aparecem frequentemente nas definições de empoderamento um elemento relacionado ao conceito de intervenção humana: auto eficiência. Sendo extraídas principalmente das perspectivas feministas e dos direitos humanos, muitas definições contêm a ideia de que uma mudança fundamental nas percepções, ou um processo de transformação interior é essencial para a formulação das escolhas, ou seja, as mulheres deveriam ser capazes de definir seu interesse e escolhas próprias, e ver a si mesmas como capazes e intituladas a fazer escolhas (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002).

A maioria dos estudos avaliados por Malhotra, Schuler e Boender (2002) conclui que fatores favoráveis tais como educação, emprego, um casamento saudável ou condições de parentesco; ou ainda intervenções programáticas tais como programas de microcrédito levam as mulheres a terem mais escolhas, opções, controle ou poder sobre suas condições de vida. Similarmente, estudos que examinaram o papel mediador do empoderamento também concluíram que o controle da mulher sobre sua renda, decisões domésticas, e bens está atrelado a melhores resultados para as famílias, melhorou o bem-estar dos filhos e reduziu o índice de fecundidade dessas mulheres (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002).

Malhotra, Schuler e Boender (2002) afirmam que o empoderamento das mulheres é um conceito complexo e desafiante para conceituar e medir, e expõem que as complexidades de medir empoderamento devem ser levadas em conta ao se desenvolver um enquadramento para medir o empoderamento. Dessa forma, sintetizam uma lista de dimensões comumente usadas para medir as dimensões do empoderamento das mulheres. Este enquadramento sugere que o empoderamento das mulheres deve ocorrer entre as seguintes dimensões: econômica, sociocultural, familiar e interpessoal, legal, político e psicológico, e é potencializado nas esferas domiciliar, comunidade e áreas mais amplas, conforme demonstra o Quadro 3:

Quadro 3 - Dimensões comumente usadas para medir o empoderamento das mulheres e seus potenciais operacionalizadores

Dimensões	Domiciliar	Comunidade	Áreas mais amplas
Econômicas	Controle da mulher sobre a renda; contribuição relativa para o sustento da família; acesso e controle dos recursos da família	Acesso ao trabalho; propriedade de bens e terras; acesso ao crédito; envolvimento e/ou representação nas associações de comércio local; acesso aos mercados.	Representação feminina em empregos de alta remuneração; mulheres como CEO's; representação dos interesses econômicos das mulheres nas políticas macroeconômicas, orçamentos estaduais e federais
Sociocultural	Liberdade de circulação da mulher; ausência de discriminação contra filhas; comprometimento com a educação das filhas	Visibilidade e acesso das mulheres em espaços sociais; acesso ao transporte moderno; participação em grupos extrafamiliares e redes sociais; mudança em normas patriarcais (tais como preferência pelo filho); representação simbólica do sexo feminino no mito e ritual	Alfabetização da mulher e acesso a uma ampla gama de opções de ensino; imagens positivas da mulher na mídia; seus papéis e contribuições
Familiar e interpessoal	Participação das decisões domésticas; controle sobre suas relações sexuais; habilidade de tomar decisões sobre sua fertilidade; uso de contraceptivos; acesso ao aborto; controle sobre a escolha do cônjuge e momento certo de casar; libertação da violência doméstica	Mudanças nos sistemas de casamento e parentesco, indicando maior valor e autonomia para as mulheres (por exemplo casamentos tardios, auto seleção do cônjuge, redução na prática do dote, aceitabilidade do divórcio); campanhas locais contra a violência doméstica	Tendências nacionais/regionais no momento do casamento, as opções para o divórcio; apoio político, legal, e religioso para (ou a falta de oposição) a tais mudanças; sistemas que fornecem acesso à contracepção, aborto seguro, serviços de saúde reprodutiva
Legal	Conhecimento dos direitos legais; apoio doméstico para o exercício de direitos	Mobilização da comunidade para os direitos; campanhas de sensibilização para os direitos; aplicação local eficaz dos direitos legais	Leis que apoiam os direitos das mulheres, acesso aos recursos e opções; defesa dos direitos e legislação; uso do sistema judicial para corrigir as violações dos direitos
Político	Conhecimento do sistema político e meios de acesso; apoio doméstico para o engajamento político; o exercício do direito de voto	Envolvimento ou mobilização das mulheres no sistema / campanhas políticas locais; apoio a candidatos ou legislação específica; representação nos órgãos locais de governo	Representação das mulheres nos órgãos regionais e nacionais de governo; força como um bloco de eleitores; representação dos interesses das mulheres em lobbies eficazes e grupos de interesse
Psicológico	Autoestima; auto eficácia; bem-estar psicológico	Consciência coletiva de injustiça, potencial de mobilização	Sentido de inclusão e direitos; aceitação sistêmica do direito e da inclusão das mulheres

Fonte: Malhotra, Schuler e Boender (2002, p.13, tradução nossa).

A dimensão psicológica contribui no que tange a criação de sentimentos que as mulheres podem agir sobre para melhorar suas condições, ou seja, a formação de crenças de que seus esforços para mudar podem ser bem-sucedidos. A dimensão psicológica é importante, porém deve ser reforçada com recursos econômicos. A respeito da dimensão econômica, esta requer que a mulher esteja disposta a participar de uma atividade produtiva que lhe garanta certo grau de independência financeira, não importando o quão pequena seja esta renda (STROMQUIST, 1995).

A dimensão política implica na capacidade de analisar o ambiente em termos políticos e sociais e também de instituir e movimentar mudanças sociais na sociedade. Enquanto a dimensão sociocultural tem forte influência, pois o empoderamento só será bem-sucedido se for um meio de aprendizagem que se aproxima das experiências diárias das mulheres, e se for construído sobre os recursos culturais, intelectuais, e emocionais que as mulheres expõem em seu espaço social (STROMQUIST, 1995).

Em relação à dimensão legal, implica que a lei como um instrumento de empoderamento das mulheres, permite que as mesmas tenham uma sensação de segurança e visão do futuro, a habilidade de ganhar a vida e de agir com eficácia no setor público, aumenta o poder de tomada de decisão no domicílio, mobilidade e visibilidade na comunidade e a habilidade de participar de grupos que não sejam os familiares, além da mudança social. Porém, a mulher só pode utilizar a lei como um instrumento de empoderamento, quando passam a entendê-la no contexto da sua posição social e econômica. Desta forma, o conhecimento jurídico empodera as pessoas pessoalmente e socialmente a participar na criação de suas sociedades (SCHULER; KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, 1992).

Enquanto Malhotra, Schuler e Boender (2002) expõem que, na dimensão familiar e interpessoal, o empoderamento pode ser medido por diversos fatores, como a inclusão da mulher no mercado de trabalho, o poder de decidir sobre métodos contraceptivos, aborto, escolha do cônjuge e quando deve casar-se, aceitabilidade do divórcio, assim como sistemas que apoiam essas ações, entre outras.

2.3 A MULHER NA POLÍTICA: HISTÓRICO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Foi no final do século XIX que surgiram as primeiras publicações brasileiras femininas expressando contrariedade ao papel que lhe fora imposto na sociedade. A primeira

publicação, intitulada “O Jornal das Senhoras”, questionava o tratamento que as mulheres recebiam pelos maridos, exigindo maior valorização no tocante os papéis de mãe e esposa (COELHO; BAPTISTA, 2009). Coelho e Baptista (2009) afirmam que, em seguida, na década de 1860, as mulheres pertencentes à burguesia encontraram uma forma de fugir do papel secundário por meio da participação em atividades filantrópicas, além de abraçarem o abolicionismo, porém, participando na forma de arrecadação de fundos para o movimento e não em posições políticas, o que se mostrou ser o primeiro movimento da mulher brasileira na reivindicação por direitos sociais, mesmo não sendo os seus.

Na década seguinte, surgem no Brasil outras publicações de cunho feminista, os quais destacavam a importância da educação da mulher para a sociedade, enquanto alguns defendiam que a mulher deveria ocupar posições em algumas profissões, enquanto outros já defendiam o voto feminino. Foi, naquela época, que surgiram os primeiros debates acerca da criação de escolas superiores voltadas para mulheres. O período do final do século XIX e o início do século XX foi composto por vários acontecimentos sociais, os quais trouxeram à tona a participação mais ativa da mulher na estrutura social (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Em consonância com Cajado:

Numa sociedade que estava se formando a partir de novos pressupostos, e que passava a ver os indivíduos como unidade básica da atuação política, o debate sobre a exclusão das mulheres nos pleitos instalou-se em várias instâncias da vida social, havendo desde o século XIX, inúmeras tentativas de participação na vida eleitoral do país. (CAJADO, 2012, p. 48).

Durante a década de 1880, a dentista Isabel de Matto Dellom solicitou seu alistamento como eleitora, evocando a então Lei Saraiva (que possibilitava o voto de bacharéis). No ano de 1928, vinte mulheres se inscreveram e quinze votaram nas eleições de 15 de abril, porém seus votos foram anulados pela Comissão de Verificação de Poderes, enquanto nos jornais, cidadãs indagavam a proibição do voto feminino e exigiam maior participação no cenário político (CAJADO, 2012).

A primeira tentativa de inserir o voto feminino na constituição, apesar de receber o apoio de uma minoria como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, foi vetado durante as discussões para a elaboração da primeira constituição republicana brasileira, ocorrida em 1891. Curiosamente, a constituição supracitada, não explicitou a exclusão das mulheres do eleitorado, referindo-se como eleitores cidadãos acima de 21 anos, excluindo analfabetos, soldados, mendigos e religiosos, o que permitiu interpretar que o voto feminino

não era proibido, e, portanto, deu abertura ao movimento feminino sufragista, já existente na Europa desde o final do século XIX (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Mesmo não tendo o direito de votar ou de exercer qualquer cargo político, em 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino, por duas mulheres: Leolinda Daltro e Gilka Machado. O partido tinha como objetivo movimentar a sociedade acerca dos direitos políticos das mulheres, por meio de eventos como marchas públicas. Este partido teve seu fim em no final da década de 1910 (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Outra personalidade de destaque no movimento de defesa da participação feminina na política foi Bertha Lutz: considerada uma importante patrona dos direitos das mulheres, em 1919 criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde, em 1922 foi substituída pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino: este movimento defendia o voto feminino, o reconhecimento dos direitos políticos e a mulher como cidadã, sendo composta por mulheres burguesas que tinham acesso aos homens mais influentes da sociedade da época, dentre eles o deputado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, o qual se mostrou grande apoiador do sufrágio feminino, tanto que foi o responsável, em 1927, por tornar seu estado o primeiro a permitir que ambos, homens e mulheres, pudessem votar e se candidatar, sem distinções, por meio da inclusão do voto feminino da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, 2014).

Foi a influência exercida pelo movimento Federação Brasileira para o Progresso Feminino de Bertha Lutz, que levou o então Presidente Getúlio Vargas a aprovar na Constituição de 1932 o decreto que tornou o voto e candidatura em igualdade de condições com os homens um direito nacional, fato até então inédito em vários países da Europa como França e Itália. No ocidente, o Brasil foi o terceiro país a permitir o voto de mulheres, ficando atrás apenas do Canadá, EUA e Equador (COELHO; BAPTISTA, 2009).

A conquista desse direito foi o ápice de um conjunto de exigências por parte não apenas das mulheres, mas da mesma forma de religiosos, políticos e intelectuais (CAJADO, 2012). Assim, a primeira mulher eleita à deputada federal para a assembleia constituinte que promulgou a Nova Constituição de 1933 foi Carlota Pereira Queiroz, seguida por Bertha Lutz que atuou como suplente por dois anos, até que assumiu uma cadeira de deputada após o falecimento de seu detentor (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Outros fatores foram cruciais na história da inserção da mulher na política, como a ampliação da atuação da mulher em espaços sociais e profissionais, a aprovação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121) em 1962, a qual fez com que a mulher passasse a ser

colaboradora do marido, ao invés de representada legalmente por ele, o movimento social Feminista, iniciado nos EUA nos anos 60, enquanto nesta década, as mulheres brasileiras reivindicavam questões políticas, democráticas, sociais, salários, etc. Na década de 70, as mulheres brasileiras adentraram o movimento feminista, e iniciaram a luta por direitos mais amplos e pela democracia no Brasil, enquanto tiveram importante participação político-social, como a Conferência realizada no México pela ONU (Organização das Nações Unidas), a criação do Ano Internacional da Mulher (1975), a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, responsável por lutar contra questões do regime militar, a volta da comemoração do Dia Internacional da Mulher no Brasil em 1976, o qual teve como resultado de suas comemorações a articulação de mulheres em favor dos interesses (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Já na década de 1980, com o fim da ditadura, as mulheres passaram a levar suas reivindicações para os órgãos públicos, o que levou a criação em São Paulo do Conselho Estadual da Condição Feminina, a primeira Delegacia da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Também na década de 1980, ocorreram dois fatos definidores para a participação feminina na política brasileira: a Assembleia Nacional Constituinte, a qual foi instalada no Congresso Nacional em 1987 durante a legislatura de 1986 a 1990 e era composto por vinte e seis deputadas federais (dentre 590 parlamentares), formando a Bancada Feminina, responsável por apresentar 30 emendas reivindicando ações de origem popular e dos movimentos feministas (COELHO; BAPTISTA, 2009), e a Constituição de 1988, “reconhecida como o momento da conquista da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres”. (OLIVEIRA, 2014, p. 14).

Todos os esforços realizados pelas mulheres na história brasileira, os quais relatam a passagem feminina tanto no espaço privado e público, resultaram na conquista da mulher no espaço público e demonstram o quão decisivo foi seu papel em momentos importantes de nossa história, inclusive para o fim da ditadura militar (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Complementarmente, deve-se mencionar a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina, Luíza Soriano Teixeira, que foi eleita prefeita da cidade de Lajes no Rio Grande do Norte em 1928, vencendo a eleição com 60% dos votos. Outras mulheres travaram luta na vida política, e asseguraram que a Constituição brasileira permeasse o direito do voto feminino, as garantias de segurança ao trabalho da mulher e o princípio de igualdade entre os sexos, como: Maria do Céu Pereira Fernandes, a qual foi eleita como primeira deputada do

Rio Grande do Norte em 1934 conforme expõe o Tribunal Superior Eleitoral (2013). No Senado, as primeiras mulheres a serem eleitas foram Júnia Marise e Marluce Pinto, o que ocorreu em 1990, enquanto Roseana Sarney, em 1994, foi a primeira mulher escolhida por voto popular para ser governadora, no estado do Maranhão (BRASIL, 2014).

Em 31 de outubro de 2010, a mulher brasileira alcançou o ápice do cenário político, ao eleger a primeira mulher presidenta: Dilma Rousseff, sendo ainda reeleita para o segundo mandato em 2014. Passando por uma ascensão repentina, do quase anonimato à vitória no pleito, a eleição de Dilma representou a superioridade do discurso da continuidade e obteve imensa repercussão na mídia nacional e internacional. Entretanto, a eleição da nova presidente recebeu ceticismo, pelo fato de nunca ter ocupado um cargo por eleição direta anteriormente, pelo fato de ser a primeira mulher na direção do país e por exercer um estilo de liderança completamente diferente de seu predecessor e mentor político (FERNANDES, 2012). Não obstante, Dilma Rousseff fez história novamente no dia 31 de agosto de 2016, após ter seu *impeachment* aprovado no Senado por 61 votos a 20 pelo crime de responsabilidade contra a Constituição e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2016).

Coelho e Baptista (2009, p.96) afirmam que “a atribuição do espaço público como masculino e do espaço privado como feminino, ao longo da sociedade brasileira, incide diretamente na condição atual das brasileiras no cenário político”, no qual a inserção da mulher ainda é restrita.

Dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) mostram que, mesmo sendo uma pequena maioria do eleitorado (52%) e da população (51,03%), a participação feminina na política vem apresentando crescimento nos últimos anos, porém, ainda pode-se considerar que as mulheres são sub-representadas em todos os níveis políticos no Brasil (BRASIL, 2016), conforme mostram as Tabelas 1 a 5, que demonstram a evolução do número de prefeitos (as), vereadores (as), deputados (as) estaduais e distritais eleitos (as) nas últimas quatro eleições, e deputados (as) federais e senadores (as) eleitos (as) nas últimas três eleições:

Tabela 1- Evolução do número de prefeitos/as eleitos/as - 2004 a 2016

Ano	Feminino	%	Masculino	%	Total
2004	404	7,3	5.075	92,6	5.479
2008	504	9,1	5.022	90,9	5.526
2012	657	11,9	4.860	88,1	5.517
2016	637	11,6	4.856	88,4	5.493

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do TSE (2016).

Na Tabela 1, vê-se que realmente houve um aumento no número de mulheres prefeitas eleitas. O aumento foi gradual, e entre as eleições de 2004 e 2016, houve um aumento total de 4,23% no número total de prefeitas eleitas no Brasil. Entretanto o número de eleitas total de cada eleição em comparação com os homens, a diferença é indiscutível, o comprova o quanto as mulheres são pouco representadas na política. A Tabela 2 demonstra a evolução do número de vereadoras e vereadores entre os anos 2004 e 2016:

Tabela 2- Evolução do número de vereadoras/os eleitas/os- 2004 a 2016

Ano	Feminino	%	Masculino	%	Total
2004	6.555	12,7	45.257	87,3	51.812
2008	6.504	12,5	45.399	87,5	51.903
2012	7.655	13,3	49.779	86,7	57.434
2016	7.793	14	49.924	86	57.717

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do TSE (2016).

A Tabela 2 demonstra que entre as eleições de 2004 e 2008, houve um pequeno decréscimo no número de vereadoras eleitas, entretanto a partir das eleições de 2012 a 2016, o número foi crescente o que conseqüentemente causou a diminuição de vereadores homens eleitos. Entretanto, a disparidade no total de candidatos eleitos com relação ao sexo é inegável, com o total de homens eleitos chegando a ser seis vezes maior que as mulheres (em 2016). Por outro lado, dentre todas as posições, o cargo de vereador/a é o que representa a maior porcentagem de mulheres eleitas (dentre os outros cargos aqui demonstrados), o que vem ao encontro com Miguel e Grossi (2001), que apontam que a ocupação de mulheres em cargos políticos diminui conforme aumenta o grau de poder. A Tabela 3 trata do cargo de Deputado (a) estadual e distrital.

Tabela 3- Evolução do número de Deputadas/os estaduais/distritais eleitas/os em 2006, 2010 e 2014

Ano	Feminino	%	Masculino	%	Total
2006	123	11,6	936	88,4	1.059
2010	138	13,3	901	86,7	1.039
2014	120	11,3	942	88,7	1.062

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do TSE (2016).

A Tabela 3, que trata do número de candidatos homens e mulheres eleitas para os cargos de Deputado (a) estadual e distrital, indica que no ano de 2010, o número de mulheres

eleitas teve um crescimento substancial, entretanto nas últimas eleições esse mesmo número foi até menor do que o ano de 2006. E com relação aos deputados eleitos, nota-se que os homens superam amplamente em número as mulheres nas assembleias legislativas estaduais.

A Tabela 4 trata da evolução do número de Deputados (as) federal eleitos (as) nas eleições de 2006, 2010 e 2014.

Tabela 4- Evolução do número de deputadas/os federal eleitas/os em 2006, 2010 e 2014

Ano	Feminino	%	Masculino	%	Total
2006	45	8,8	468	91,2	513
2010	45	8,8	468	91,2	513
2014	51	9,9	462	90,1	513

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do TSE (2016).

A Tabela 4 mostra que nas últimas eleições o número de deputadas eleitas aumentou em relação às duas eleições anteriores, que mostram ter tido o mesmo resultado. Entretanto, vê-se que a Câmara dos Deputados é predominantemente ocupada por homens.

A Tabela 5 demonstra a evolução de senadores (as) eleitos (as) durante as eleições de 2006, 2010 e 2014.

Tabela 5- Evolução do número de senadores/as eleitos/as em 2006, 2010 e 2014

Ano	Feminino	%	Masculino	%	Total
2006	4	14,8	23	85,2	27
2010	7	13	47	87	54
2014	5	18,5	22	81,5	27

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do TSE (2016).

Na Tabela 5, nota-se o aumento significativo de mulheres eleitas entre as eleições de 2010 para 2014, um total de 5,5%. Em contraponto, como nos outros casos, as mulheres ainda estão tendo presença restrita no Senado brasileiro.

Para Coelho e Baptista (2009), enquanto a sociedade rotular a mulher como a responsável pelo lar, aos cuidados domésticos e dos filhos, mesmo que essa mesma mulher ainda exerça uma atividade profissional, o cenário político continuará sendo uma realidade distante, de difícil inserção para a mulher. No tempo em que a cultura do Brasil não assimilar a mulher como cidadã também capaz de gerir o espaço público, o número de mulheres nesta esfera continuará reduzido. Entretanto, esse cenário pode mudar se um número maior de

mulheres propôs-se a desafiar as muitas barreiras impostas às que decidem ingressar na carreira política, pois haverá maiores indagações sobre o papel da mulher na cultura brasileira, o que pode corroborar com a discussão e desobstrução para mudanças nesse quesito.

Conforme Oliveira, a busca pela efetiva participação feminina na política brasileira venceu várias fases, e é considerada uma busca política, social e econômica. A autora traz que o Brasil possui uma posição desanimadora no quesito igualdade entre os sexos nas listas de candidatas, órgãos legislativos e nos parlamentos, e que a política brasileira ainda sofre profunda influência masculina, o que acaba por criar diferentes tipos de barreiras frente à inserção e manutenção da mulher na carreira política, realidade que pode vir e já vem sendo alterada: avanços importantes foram conquistados pelas mulheres desde a conquista do direito ao voto, porém, há ainda muito que se fazer dentro de um conjunto de ações para que haja plena equidade de direitos e representatividade política feminina (OLIVEIRA, 2014).

Para Matos (2009), as barreiras para a eleição de candidatas mulheres ao Legislativo brasileiro formam um conjunto dividido em três grandes níveis, os quais atuam simultaneamente e inseparavelmente.

No primeiro nível, chamado de Micro, encontra-se a “barreira da ambição política” que consiste em um conjunto de conflitos na percepção individual sobre a possibilidade de candidatar-se e ser eleita, ou seja, a auto avaliação feita pelas próprias candidatas acerca de sua movimentação política, no que tange o sistema político, autonomia própria e pessoal, o enfrentamento da sociedade quanto aos papéis do homem e da mulher, ausência do apoio familiar para entrar e manter-se na carreira política e a ausência de recursos econômicos (MATOS, 2009).

No segundo nível, inicia-se após a superação dos obstáculos do primeiro nível, e é chamado de Sociológico: neste nível, a mulher encontra barreiras quanto à distribuição do poder e dificuldades quanto à tomada de decisão no âmbito doméstico, social e interacional, e político institucional, por meio de discriminação, opressão, assédio moral e até mesmo sexual, assédio social quanto à incapacidade, recusa de licença e deslegitimação, desinteresse por parte da família, partido, sociedade e eleitorado, desequilíbrio estrutural de perfil; o que acaba resultando em descrença no sucesso da carreira política feminina (MATOS, 2009).

Por último, no terceiro nível, chamado de Contestação, que ocorre após a superação dos níveis um e dois e após a eleição da mulher, a mulher passa por barreiras políticas e filosóficas: ou seja, a mulher depara-se com as regras de jogo político-partidário, criadas por e para homens, e englobam os critérios indiscrimináveis para a seleção das candidatas, e a

fragilidade do sistema partidário brasileiro, composto por baixa institucionalização e escassa fundamentação em critérios racionais e legais, o que faz com que as mulheres tenham uma relação sobrecarregada e conflitante com seus partidos, o que os torna um obstáculo a ser enfrentado pelas mulheres, em oposição a um espaço de apoio e democrático (MATOS, 2009).

Para Grossi e Miguel (2001), um dos maiores obstáculos que as mulheres políticas enfrentam ao optar pela carreira política, são os empecilhos familiares: tanto pela resistência dos maridos, quanto pela maneira de lidar com assuntos domésticos, como cuidados com a casa e filhos, já que a carreira política demanda muito tempo para ser exercida, e os homens em relacionamento com mulheres na política dificilmente estão preparados para enfrentar essa vida.

Desta forma, de acordo com Matos (2009, p. 2), “são muitas as “pedras no caminho” e elas tem influenciado o jogo político-democrático brasileiro na direção do exercício por chaves, regras e atores majoritariamente masculinos” o que torna a baixa representação feminina uma questão séria em todo o globo. E dados da União Interparlamentar confirmam esse fato: a combinação de representantes femininas no senado a nível mundial é de 22,3% (totalizando apenas 1.538 mulheres contra 5.357 homens). Nas Câmaras de Deputados, a participação feminina mundial é de 22,9% (8.983 mulheres contra 30.195 homens). Na média regional, os países nórdicos estão no topo da lista, com 41% de participação feminina no parlamento, seguidos dos países americanos e europeus (exceção dos países nórdicos) com 27,7% e 25,8% respectivamente. O Brasil, na classificação mundial, apresenta representação feminina no senado de 16% (13 mulheres ocupando um total de 81 cargos) e na Câmara de Deputados a representação feminina é de 9,9% (51 mulheres ocupam um total de 513) cargos. Números que colocam o Brasil na vergonhosa 155ª posição no ranking mundial (dentre 193 países), sendo superados até mesmo pela maioria de nossos vizinhos da América Latina, como: Bolívia (em 2º lugar), Equador (em 9º lugar), Argentina (em 28º lugar), Peru (em 53º lugar), Colômbia (em 93º lugar), Uruguai (em 118º lugar), Chile (em 122º lugar), Paraguai (em 124º lugar) e Venezuela (em 129º lugar). (IPU, 2016).

Coelho e Baptista (2009) corroboram com os fatos acima e afirmam que, apesar de expressiva presença da mulher na política partidária em tempos contemporâneos pós-feminismo, o número de mulheres que exercem cargos políticos ainda é pequeno, contudo este não é apenas um problema encontrado no Brasil, tanto que foi um dos destaques na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pela ONU em Beijing, em 1995. Durante o

evento foi debatida a recomendação da criação de cotas mínimas de mulheres em cargos públicos, incluindo o Judiciário. Seguido deste fato, foi a provado no Brasil a Lei 9.100, conhecida como a “Lei das Cotas”, a qual será abordada a seguir.

2.4 AS LEIS Nº 9.100 E Nº 9.504: E A PREVISÃO DE COTAS PARA O SEXO⁴ FEMININO

A legitimação de política de cotas surgiu a partir da Conferência Mundial sobre a Mulher evento patrocinado pela ONU em 1995 em Pequim na China (GROSSI; MIGUEL, 2001). Essa conferência teve como objetivo avaliar e criar um conjunto de objetivos estratégicos para que mulheres pudessem praticar inteiramente seus direitos e desenvolver-se plenamente como pessoas. Dentre as doze áreas prioritárias discutidas, uma delas foi: a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias (VIOTTI, 2006). A Conferência foi um divisor de águas para que tal política fosse implantada em grande parte dos países presentes no evento, dentre eles o Brasil, que fora representado pela bancada feminina no Congresso Nacional. Influenciadas pelos resultados positivos obtidos por outros países e pela temática dessa conferência, a bancada propõe que seja incluído na legislação brasileira um artigo que assegure para a candidatura de mulheres, uma cota das vagas de cada partido ou coligação (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Assim, em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100, que “estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências” e determinou no Art. 11, § 3 que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995, *on-line*). Porém, em 1997, na Lei nº 9.504 que “estabelece normas para as eleições” são aprovadas as seguintes mudanças: a ampliação das medidas para os cargos também eleitos por voto proporcional: Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital- e aplica uma mudança com relação ao número de vagas, inserida no Art. 10, § 3 que determina “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. (BRASIL, 1997, *on-line*). Desse modo, ao invés de

⁴ O nome da lei nesse trabalho utiliza a palavra “sexo” de acordo com o uso da palavra na Lei nº 9.504, Art. 11, §3.

uma cota mínima de 20% para as mulheres, a nova lei passa a assegurar uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Apesar de ambas as leis terem recebido um grande apoio de parlamentares masculinos, elas tiveram de ser negociadas por um aumento no número total de candidaturas que os partidos poderiam oferecer nas eleições, o que acabou por diminuir a influência da nova medida (GROSSI; MIGUEL, 2001).

De acordo com Grossi e Miguel (1991), como a mais popular das ações afirmativas⁵; as quais constituem em reconhecer as discriminações existentes e agem com o objetivo de evitar que se perpetuem na sociedade; a política de cotas é a determinação para mudar variados grupos de disparidades, dentre eles: racial, étnica, sexual, social. Nesse sentido, as cotas eleitorais por sexo buscam conforme Grossi e Miguel:

Criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres. (GROSSI; MIGUEL, 1991, p.169)

A aprovação da lei supracitada estimulou ponderações e atuações por parte da sociedade brasileira quanto à participação da mulher em cargos políticos, fazendo com que o campo político debatesse os meios de lidar com a questão. Nas eleições de 1996, a primeira a ser realizada seguindo as normas da nova lei, viu-se o apoio e trabalho em peso de bancadas femininas, organizações não governamentais e entidades afins em prol do movimento das mulheres, assim como as capacitações voltadas às mulheres que entrariam na disputa no pleito, o que acabou por aumentar a presença das mulheres nas eleições, mesmo de forma pequena (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Entretanto, Grossi e Miguel (2001) expõem que, mesmo sendo vista com entusiasmo e defesa incondicional por parte dos políticos, a lei das cotas eleitorais, em geral é vista de forma ambígua: para alguns ao forçar os partidos políticos e a sociedade a pensar sobre a baixa participação das mulheres na política, as cotas acabam por aumentar as oportunidades para as mulheres. Por outro lado, outros veem que as cotas não estariam sendo eficazes, pois, no caso de alguns cargos, menos mulheres foram eleitas em relação aos anos anteriores. As autoras afirmam que a lei realmente não trouxe aumento significativo no número de mulheres

⁵ Ações afirmativas são “políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos.” (SEPPPIR, [201-], *on-line*).

eleitas, e isso se deve a diversos fatores: primeiramente devido ao modo de como funcionam as eleições no Brasil: por candidaturas e não por listas eleitorais; seguido da política interna dos partidos que tendem a excluir candidatas das principais disputas, que é chamado de lógica sexista: quando uma mulher candidata não concorre seguindo as mesmas regras dos candidatos homens: muitas vezes o partido não reconhece a liderança de intenções de voto para a candidata, outras vezes por não ter um candidato homem o partido decide por esvaziar a candidatura feminina e propor alianças com outros partidos; ou seja, existem resistências e mecanismos invisíveis sobressaem perante a lei, o que traz à tona interrogações sobre sua eficiência (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Adicionalmente, Htun (2003) afirma que a Lei das Cotas não funciona tão bem no Brasil devido a alguns detalhes da lei: primeiramente, exige-se que os partidos reservem 30% das candidaturas para mulheres, porém não obriga que os partidos efetivamente completem essas posições. Sendo que a lei eleitoral do Brasil aceita que os partidos indiquem 50% de candidatos acima da quantidade de cadeiras que estão na disputa em um estado, na realidade, um partido pode nomear uma chapa eleitoral inteira sem incluir uma candidata mulher. Htun traz como exemplo:

Se um estado eleger dez membros para o Congresso, cada partido pode indicar 15 candidatos. A lei de cota exige que o partido *reserve* quatro dessas posições para mulheres. Se um partido não quiser recrutar mulheres, ele pode manter 11 candidatos do sexo masculino para o eleitorado e, ainda assim, não violar a lei. Esta ambiguidade na lei de cota ajuda a explicar porque o número de candidatas permanece baixo. (HTUN, 2003, p.9).

O que vem ao encontro de Oliveira (2014), que complementarmente expõe deficiências na eficácia da Lei de cotas. Inicialmente pelo fato de que o partido que descumprisse a cota e não preenchesse as vagas destinadas às mulheres, não era penalizado e não levava prejuízo algum. A autora ainda menciona o quão desfavorável o sistema de lista aberta é para o sistema de cotas, já que nesse sistema o eleitor tem a possibilidade de votar tanto no candidato, quanto na legenda do partido, sem a existência de uma lista definida de partidos. A autora afirma que a Lei de Cotas não garante o real acesso das mulheres ao cenário político.

Enquanto Miguel (2000) complementa que mesmo com o aumento do número de candidatas no Legislativo Brasileiro acarretado pela aprovação da política de cotas, o equilíbrio entre os sexos ainda é uma realidade distante, conforme dados das eleições de 1998

levantado pela autora: neste ano, mesmo logo após a adoção da política de cotas por sexo, o número de deputadas federais eleitas diminuiu: enquanto em 1994 as mulheres compunham 6,24% da Câmara dos Deputados, em 1998 passaram a representar 5,65%. Tal percentual foi uma demonstração de uma deficiência, conforme Miguel:

Que uma política de cotas para candidaturas não pode assegurar resultados eleitorais. [...] as cotas são para as candidaturas, e este é o único efeito direto que pode ser assegurado pelas cotas, se cumpridas, um aumento no número de mulheres candidatas. (MIGUEL, 2000, p.167).

Ou seja, o número de candidatas pode até aumentar, entretanto ser eleita é outro problema, que deve ser enfrentado pelas candidatas, suas organizações e seus partidos políticos. O que dá sequência à outra deficiência: a falta de investimento na formação, apoio e condições por parte dos partidos para formar de fato líderes femininas, que consigam atingir o eleitorado de forma eficaz, somando-se à dificuldade e despreparo dos partidos para cumprir as cotas e a falta de monitoramento dessa política por parte dos tribunais regionais; são fatores que intercedem no sucesso feminino no pleito, o qual depende de diferentes fatores intrínsecos, não solucionados a curto prazo apenas com a assinatura de Leis (MIGUEL, 2000).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo expor os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa e apresentar a coleta de dados do estudo em questão. Para Michel (2015, p. 35) a “metodologia científica é a busca da verdade num processo de pesquisa ou aquisição de conhecimento [...] o corpo de regras e diligências confiáveis estabelecidas para se realizar uma pesquisa.”

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No presente trabalho, optou-se por realizar um estudo de abordagem qualitativa, a qual, conforme Michel (2015), não comprova por meio de números, mas sim, por intermédio da experiência empírica e exame compreensivo, sólido e coeso, assim como na argumentação coerente das ideias.

Quanto à tipologia a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, que conforme Cervo, Bervian e da Silva (2007), tem como característica observar, registrar, analisar e correlacionar ocorrências ou elementos sem influenciá-los. Busca expor, com o maior nível de assertividade possível, a assiduidade de um acontecimento, sua relação e vinculação com outros, sua natureza e suas propriedades.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa caracteriza-se como pesquisa de campo, que, conforme Prodanov e Freitas (2013), é utilizada quando se objetiva obter conhecimentos e ou informações sobre uma questão para qual o pesquisador busca uma resposta, uma hipótese que se queira comprovar ou a respeito de novos acontecimentos ou o relacionamento entre eles. Para os autores, é realizada por meio da observação de fatos e fenômenos em sua forma espontânea, por meio da coleta de dados referentes a eles e por meio do registro das variáveis consideradas relevantes para a análise. Proadnov e Freitas (2013) afirmam que para a realização da pesquisa de campo, é necessário a priori a realização da pesquisa bibliográfica acerca do tema do estudo. Conforme os autores, a pesquisa bibliográfica servirá para nortear o pesquisador acerca do cenário atual em que o problema se encontra, por meio de trabalhos já realizados e quais as opiniões seminais sobre o assunto. Complementarmente, a pesquisa bibliográfica cria o alicerce do modelo teórico inicial de referência, assim como para a decisão das variáveis e preparação do plano geral da pesquisa.

Quanto ao tempo, a pesquisa caracteriza-se como sincrônico, pois estudou o fenômeno do empoderamento feminino das mulheres políticas em um determinado período de tempo, ou seja: no momento atual (primeiro semestre de 2017).

Em relação ao método de abordagem, utilizou-se o método indutivo que, de acordo com Proadnov e Freitas (2013), é o método no qual se parte da observação de fenômenos ou fatos que são causados por fatores que desejamos conhecer e posteriormente, realizar uma comparação com o intuito de descobrir quais as relações existentes entre eles.

E finalmente, quanto à disciplinaridade, esse trabalho é considerado interdisciplinar, que conforme Vasconcelos (2008) permite ganho mútuo e um movimento que torna horizontal a ligação de poder entre os campos apresentados. É necessário identificar uma problemática comum, por meio de um levantamento científico teórico e ou político básico, com vistas a disposição dos conceitos e princípios em comum, para que haja a leitura do significado das convergências de tais conceitos, e dessa forma, gerar a concepção de uma aprendizagem mútua.

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO, AMOSTRA E ÁREA

Com relação ao local da pesquisa, foi realizado uma pesquisa de campo um grupo de mulheres que ocupam cargos no executivo e legislativo municipal nos municípios atendidos pelas associações AMESC e AMREC no sul de Santa Catarina.

A Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) abrange um total de 15 municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaiivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

A Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) abrange 12 municípios: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Para a presente pesquisa, a população foi composta por 32 mulheres que ocupam cargos no executivo e legislativo municipal nos municípios atendidos pelas associações AMESC E AMREC no sul de Santa Catarina, conforme apresentado nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Número de vereadoras e prefeitas na região da AMREC no mandato de 2017 a 2020

AMREC			
Município	Vereadoras	Prefeitas	Vice-prefeitas
Balneário Rincão	0	0	0
Cocal do Sul	1	0	1
Criciúma	2	0	0
Forquilha	0	0	0
Içara	1	0	0
Lauro Muller	1	0	0
Morro da Fumaça	0	0	0
Nova Veneza	0	0	0
Orleans	1	0	0
Siderópolis	1	0	0
Treviso	1	0	0
Urussanga	1	0	0
Total	9	0	1

Fonte: Dados de Eleições 2016, (2016).

Quadro 5 - Número de vereadoras e prefeitas na região da AMESC no mandato de 2017 a 2020

AMESC			
Município	Vereadoras	Prefeitas	Vice-prefeitas
Araranguá	0	0	0
Balneário Arroio do Silva	2	0	0
Balneário Gaivota	2	0	0
Ermo	1	0	0
Jacinto Machado	2	0	0
Maracajá	1	0	0
Meleiro	2	0	0
Morro Grande	3	0	0
Passo de Torres	0	0	0
Praia Grande	1	0	0
Santa Rosa do Sul	0	0	0
São João do Sul	2	0	0
Sombrio	0	0	1
Timbé do Sul	3	0	1
Turvo	1	0	0
Total	20	0	2

Fonte: Dados de Eleições 2016, (2016).

Para o presente estudo, decidiu-se por uma amostra não-probabilística por acessibilidade, devido ao acesso às entrevistadas e ao tempo disponível para a realização das

entrevistas. Conforme Proadnov e Freitas (2013), amostras por acessibilidade ou por conveniência compõem o modelo menos rigoroso dentre os tipos de amostragem e são desprovidas de qualquer rigor estatístico. Cabe ao pesquisador realizar a seleção dos elementos acessíveis, de forma que tal seleção represente o universo. Esse tipo de amostragem é comumente aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos, os quais não requerem um alto nível de precisão (PROADNOV, FREITAS; 2013).

O Quadro 6 apresenta em síntese o delineamento da presente pesquisa.

Quadro 6 - Síntese do delineamento da pesquisa

Objetivo geral: Avaliar o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMREC e AMESC no sul do estado de Santa Catarina.	
Método de abordagem	Indutivo
Quanto à natureza/ Meio de investigação	Pesquisa de campo
Abordagem	Qualitativa
Tipo de pesquisa quanto aos objetivos	Descritiva
Pesquisa quanto à Disciplinaridade	Interdisciplinar
Universo/amostra	Amostra não probabilística por julgamento
Técnica de coleta de dados	Entrevista roteiro semiestruturado
Técnica de análise de dados	Dimensões de Empoderamento: Individual, Relacional e Coletiva

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Com relação aos processos e critérios implicados na escolha das entrevistadas, inicialmente, a pesquisadora, utilizou de sua rede de contatos para marcar a primeira entrevista. A primeira entrevistada então indicou duas de suas colegas de trabalho para participarem do estudo. E finalmente, após ser realizado o levantamento dos contatos das trinta e duas mulheres que compõem a população da pesquisa, a pesquisadora agendou as entrevistas conforme a disponibilidade de tempo e interesse das mulheres em participar da pesquisa. Dessa forma, tem-se como amostra: uma vice-prefeita e sete vereadoras, segmentadas da seguinte forma: cinco na região da AMREC e duas na região da AMESC. Nesse trabalho, com o intuito de preservar a identidade das entrevistadas, elas serão identificadas como E seguido do número que corresponde à ordem na qual ocorreu a respectiva entrevista.

O Quadro 7 apresenta em síntese a estruturação do público alvo da pesquisa.

Quadro 4 - Estruturação do público-alvo

Objetivo geral	Período	Extensão	Unidade de amostragem
-----------------------	----------------	-----------------	------------------------------

Avaliar o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMREC e AMESC no sul do estado de Santa Catarina.	Corte-transversal	AMREC e AMESC	Vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas.
---	-------------------	---------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

3.3 PLANO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista qualitativa utilizando-se um roteiro semiestruturado composto por tópicos, conforme apresentado no Apêndice A. A aplicação da entrevista se deu entre os meses de março e abril de 2017, nos gabinetes das respectivas entrevistadas. As entrevistas foram gravadas e seguidamente transcritas literalmente para a realização mais apurada da análise de dados.

Posteriormente, a partir de uma análise da revisão da literatura com base em Rowlands (1995,1997), Horochovski (2006), Mageste, (2008), Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), Kleba e Wendausen (2009), foi realizada uma síntese das dimensões do empoderamento, conforme apresentado no Quadro 8, com o objetivo de elaborar as características das dimensões de análise utilizadas nesse trabalho.

Quadro 5 - Síntese das três dimensões do empoderamento conforme apresentado na Fundamentação Teórica

DIMENSÃO	AUTOR - ANO	CONCEITO	PALAVRAS-CHAVE
Individual	ROWLANDS (1995,1997)	Desenvolvimento de autoconfiança, capacidade individual, desfaz os efeitos da opressão internalizada.	Autoconfiança, capacidade, desfazer opressão.
Individual	HOROCHOVSKI (2006)	Ao participar em toda a sociedade, indivíduos se percebem que possuem recursos que lhes permitem influenciar e controlar os cursos de ação que lhes afetam.	Detentor de recursos, influir e controlar cursos de ação.
Individual	MAGESTE, (2008)	Compreende que está em situação desprivilegiada, muda o comportamento para mudar condição, por meio de processos.	Liberdade, independência, autonomia, autoestima, ser ouvido, ser visto, melhor de si, inconformidade, busca de desenvolvimento pessoal.
Individual	MAGESTE, MELO, CKAGNAZAROFF (2008)	Ponto de partida para o Empoderamento. A partir de um objetivo pessoal, apropriação de autonomia, enfrenta obstáculos.	Ponto de partida, objetivo, autonomia, enfrentar obstáculos.

DIMENSÃO	AUTOR - ANO	CONCEITO	PALAVRAS-CHAVE
Individual	KLEBA, WENDAUSEN (2009)	Ampliação da autonomia, liberdade, surgimento da independência.	Ampliação da autonomia, liberdade, independência.
Relacional	ROWLANDS (1995,1997)	Capacidade de negociar e influenciar a natureza de um relacionamento e as decisões tomadas dentro dele.	Negociar, influenciar, relacionamentos, decisões.
Organizacional	HOROCHOSVSKI (2006)	O processo pelo qual as organizações formais – agências governamentais, empresas, organizações da sociedade civil – constituem mecanismos de compartilhamento do poder decisório e da liderança, de modo que as decisões sejam mais coletivas e horizontais.	Compartilhamento do poder decisório, liderança, decisões horizontais.
Relacional	MAGESTE (2008)	Aspectos relacionados à socialização da mulher, influências sociais desde a infância, grupos frequentados, alianças estabelecidas.	Família, filhos, marido, escola, professores, experiências profissionais, professores, relacionamentos interpessoais.
Relacional	MAGESTE, MELO, CKAGNAZAROFF (2008)	O envolvimento direto com os elementos que compõem o cenário em que a mulher está inserida. Fatores como influência familiar, valores culturais, participação em grupos, educação formal atuam de forma a empoderar a mulher.	Influência familiar, valores culturais, emancipação, educação formal, autoconfiança.
Grupal	KLEBA, WENDAUSEN (2009)	Dentre os membros de um grupo o desencadeamento de respeito e suporte mútuo e recíproco, gerando o sentimento de pertença, reciprocidade e práticas solidárias.	Respeito, suporte, parceria, apoio, ajuda, práticas solidárias.
Coletiva	ROWLANDS (1995,1997)	Indivíduos trabalham juntos para alcançar impacto maior do que poderia ter tido sozinho. Envolvimento em estruturas políticas, ações baseadas na cooperação em vez de concorrência. Ação pode ser local ou formal.	Maior impacto, cooperação, ação de cooperação.
Comunitário (2006)	HOROCHOVSKI (2006)	Quando indivíduos e grupos de uma comunidade coletivamente formulam estratégias e ações para potencializar e obter recursos que lhes permitam influenciar nas decisões que são de seu interesse.	Potencialização de recursos, influência.
Contextual	MAGESTE (2008)	Ações realizadas para a melhoria de seu bem-estar e quando essa experiência é estendida para sociedade na qual está inserida. Ao empoderar-se na dimensão contextual, a mulher passa a acreditar que pode contribuir para mudanças na sociedade. Por meio de seu status e influência, elas se	Contribuir, mudança na sociedade, influência, exemplo, exerce o poder de forma responsável, gerar bem na sociedade.

DIMENSÃO	AUTOR - ANO	CONCEITO	PALAVRAS-CHAVE
		tornam um exemplo a ser seguido por mulheres que se encontram em situação desprivilegiadas socialmente.	
Contextual	MAGESTE, MELO, CKAGNAZAROFF (2008)	Estão incluídas as questões de alcance de bem-estar, segurança econômica, conhecimento social, individual e coletivo. Também nesse nível estão incluídas as questões relacionadas à representação equitativa de mulheres nas instâncias de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e ao mesmo tempo ter direito a voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas.	Coletivo, representação pública, conhecimento social.
Estrutural ou política	KLEBA, WENDAUSEN (2009)	Subsidia e torna viável o empenho, responsabilização compartilhada e participação social no panorama da sociedade.	Responsabilidade partilhada, sociedade, participação.

Fonte: Rowlands (1995,1997), Horochovski (2006), Mageste, (2008), Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), Kleba e Wendausen (2009).

Com base na leitura da revisão da literatura apresentada no Quadro 8, realizada para uma compreensão maior do conteúdo de cada uma das dimensões expostas por cada autor, foram sistematizadas três dimensões de empoderamento utilizadas para fazer a análise dos dados do presente trabalho, apresentadas no Quadro 9. O nome de cada dimensão foi dado com base em Rowlands (1995,1997).

Quadro 6 - Dimensões do empoderamento adotadas para a análise dos dados

Dimensão	Descrição
Individual	Neste nível surge a percepção da posição desprivilegiada, e a partir disso, inicia-se novos comportamentos e processos para o desenvolvimento de autoconfiança, autonomia, independência, e liberdade, buscando a reversão das implicações resultantes da opressão internalizada e influenciar e modificar o direcionamento das ações que lhe diz respeito.
Relacional	Implica o envolvimento e participação de todos os relacionamentos, influências sociais e alianças estabelecidas que serviram de base para a construção do empoderamento do indivíduo, assim como a capacidade do indivíduo de influenciar e negociar com tais elementos para que se possa atingir o empoderamento.
Coletivo	O momento e que o indivíduo acredita que pode contribuir para a sociedade (individualmente ou juntamente com outros grupos) e se sente responsável pela melhoria coletiva. A partir disso, passa trabalhar para estender, compartilhar e participar de ações de melhorias, estratégias e responsabilização no panorama da sociedade na qual está inserido.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rowlands (1995,1997), Horochovski (2006), Mageste, (2008), Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), Kleba e Wendausen (2009).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo serão abordadas a apresentação e análise dos dados da pesquisa, realizada com oito mulheres que atuam em cargos político-eletivos no legislativo e executivo municipal no extremo sul de Santa Catarina. Será apresentado o perfil de cada uma das entrevistas, e seguidamente, os dados levantados para cada um dos objetivos específicos delineados para a pesquisa. Com o intuito de preservar a identidade das entrevistadas, elas serão identificadas como E seguido do número que corresponde à ordem na qual ocorreu a respectiva entrevista.

4.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

4.1.1 Perfil quanto à escolaridade, idade, estado civil, filhos e mandato

A fim de identificar o perfil das oito entrevistadas, foram sistematizadas no Quadro 10 as informações acerca das entrevistadas.

Quadro 7 - Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Perfil
E1	A E1 não tem filhos, está concluindo o ensino superior, está cumprindo seu segundo mandato.
E2	A E2 não tem filhos, é pós-graduada, e está cumprindo seu segundo mandato.
E3	A E3 tem filhos, concluiu pós-graduação, e está em seu primeiro mandato.
E4	A E4 tem filhos, concluiu o ensino superior, está cumprindo seu segundo mandato.
E5	A E5 tem filhos, é pós-graduada e está em seu primeiro mandato.
E6	A E6 não tem filhos, possui pós-graduação, está em seu primeiro mandato.
E7	A E7 tem filhos, concluiu o ensino fundamental e está em seu primeiro mandato.
E8	A E8 tem filhos, concluiu pós-graduação e está em seu segundo mandato.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Com relação a faixa etária, dentre as oito entrevistadas, quatro tem entre 20 a 40 anos, e as outras quatro tem entre 41 a 70 anos. Quanto ao estado civil, três das entrevistas são solteiras, quatro são casadas e uma é divorciada. A idade e estado civil não foram apresentados individualmente no Quadro 9 para garantir a preservação da identidade das entrevistadas. De acordo com o Quadro 9 pode ser observado cinco das oito mulheres concluíram pós-graduação, e apenas uma não possui ensino superior. Quanto a filhos, cinco das entrevistadas afirmaram ter filhos e as outras três não possuem filhos. Classificando desse

modo, o perfil das mulheres participantes da pesquisa quanto à idade, estado civil, escolaridade e mandato.

4.1.2 Motivos que levaram a entrar na política

A partir dos relatos, foi possível observar quais motivos levaram as entrevistadas a entrar na carreira política, além de algumas características de suas personalidades que as levaram a atuar nesse meio. Uma breve descrição desses motivos é elencada a seguir.

A entrevistada E1 nunca teve nenhum familiar na política, entretanto seu pai sempre foi filiado e participante ativo no partido. Ele a incentivou a também ser filiada, e preparou a filha para que um dia se tornasse candidata. Ela recebeu o convite para preencher as cotas do partido, e desde o início, recebeu todo o apoio do pai para entrar na campanha.

A entrevistada E2 tem familiar que já ocupou um cargo político e sempre foi muito ativo na comunidade. Ela relata que desde criança acompanhou toda a trajetória política desse familiar, e ao ver essa atuação, decidiu que queria seguir os mesmos passos.

A entrevistada E3 também foi a primeira da família a ocupar um cargo político, mas sua família sempre foi envolvida e filiada a partidos políticos. Em sua narrativa, ela relata que foi criada em um ambiente confortável financeiramente, frequentou boas escolas, entretanto o fato de ter ido morar em um bairro que tinha uma realidade diferente do qual ela foi criada, a incentivou a assumir o papel de líder, e ela passou a ser uma pessoa chave na atuação para melhorias em sua comunidade. Esta não foi sua primeira candidatura, mas é o seu primeiro mandato. Ela relata que teve dúvidas se deveria aceitar o convite para a candidatura, entretanto, foi a chance de poder ajudar mais as pessoas em uma amplitude maior que a levou a aceitar o convite.

A entrevistada E4 vem de uma família de agricultores, teve uma infância simples e desde cedo teve que trabalhar na roça para ajudar a família. Ela relata que perdeu o pai muito cedo, já teve familiares que ocuparam cargo político, e sua família sempre gostou muito de política. Ela sempre teve o desejo de entrar para a política, e como preparo, desde cedo foi ativa na comunidade por meio de projetos e da atuação profissional, com vistas a ganhar visibilidade dos partidos e da população.

A entrevistada E5 também veio de uma família simples de agricultores. Ela relata que uma das prioridades na vida de seus pais foi prover educação superior para todos os filhos. Em sua narrativa, ela afirma que sempre teve vontade de seguir na carreira política, e que em

um primeiro momento não obteve o apoio da família, devido ao atual cenário político no país, mas conseguiu convence-los após três meses de argumentos.

A entrevistada E6 teve uma infância difícil, pois desde pouca idade teve que trabalhar na roça junto de seus pais para que a família tivesse condições de sobreviver. Em seu relato, é possível ver que ela sempre foi uma pessoa atuante na comunidade, e sempre buscou assumir o papel de líder desde a infância. Ela relata que o fato de ter familiares que já ocuparam cargos políticos, a motivou a seguir a carreira.

A entrevistada E7 também teve uma infância em que teve que trabalhar na roça para ajudar na sobrevivência da família. Seu pai sempre foi fiel a um partido, o que teve forte influência em sua carreira política. Ela relata que essa não foi sua primeira candidatura, e que recebeu o convite do partido para preencher a política de cotas. Em sua narrativa, ela afirma que sua profissão envolve ajudar a comunidade, entretanto, sempre buscou ir além e ajudar as pessoas de seu município, independente do cargo.

A entrevistada E8 perdeu o pai quando era criança, o que levou a numerosa família a ter que buscar o sustento juntamente com sua mãe, que passou a trabalhar da melhor maneira que podia: lavando roupa para as pessoas da comunidade. Ela conta que foi graças a persistência de sua mãe que ela conseguiu concluir o ensino médio, entretanto, concluiu o ensino superior no mesmo ano em que se aposentou. Ela afirma que sempre foi uma pessoa ativa no município, não só porque é algo intrínseco da profissão que exercia antes da política, mas porque ela acredita que é seu papel ajudar os outros e fazer as pessoas felizes e isso lhe traz satisfação e realização. Foi essa atuação que lhe deu visibilidade e a levou a entrar na política.

Na subseção seguinte, serão abordados os principais desafios enfrentados pelas mulheres na carreira política, conforme o objetivo específico (a).

4.2 OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NA CARREIRA POLÍTICA

A apresentação dessa etapa objetiva expor os desafios enfrentados por cada uma das entrevistadas, desde a decisão de se candidatar, os desafios enfrentados para se elegerem e os desafios enfrentados para atuar no cargo. Também foram elencados os desafios que desmotivam e impedem as mulheres se candidatarem, sob a perspectiva das entrevistadas.

Para Matos (2009), as barreiras para a eleição de candidatas mulheres ao Legislativo brasileiro formam um conjunto dividido em três grandes níveis, os quais atuam simultaneamente e inseparavelmente. O primeiro, chamado de “barreira da ambição política”, engloba fatores que inibem uma candidatura ou eleição. O segundo, chamado de Sociológico, inicia-se após a superação do primeiro, e são as barreiras encontradas pela mulher quanto à distribuição do poder. No terceiro nível, chamado de Contestação, que ocorre após a superação dos níveis anteriores, e após a eleição da mulher, por meio de barreiras políticas e filosóficas.

Foram criadas categorias para cada um dos desafios relatados, para facilitar a compreensão e descrição dos mesmos. Tais categorias são elencadas no Quadro 11.

Quadro 8 - Síntese dos desafios enfrentados pela mulher na política

Desafios	
Falta de apoio e confiança	Falta de aceitação e respeito dos colegas homens
Preconceito	O lado mais emocional
Existência de poucas mulheres na bancada	A família perante o novo cargo

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas subseções a seguir, serão descritos os desafios enfrentados pela mulher na política, conforme o relato das entrevistadas.

4.2.1 Falta de apoio e confiança

Grossi e Miguel (2001) apontam que há falta de recursos materiais e apoio financeiro para as campanhas, o que impossibilita a mulher de disputar em condições justas e iguais com os homens. Somando-se a isso, o pouco apoio nas candidaturas das mulheres, por parte dos partidos, mesmo que elas mostrem que possuem mais chances de vencer, o que é chamado de lógica sexista, são alguns obstáculos impostos pelo sistema partidário e eleitoral, e que tornam mais difícil a inclusão e o sucesso da mulher no cenário político institucional.

A partir dos relatos das entrevistadas, referente aos desafios enfrentados pelas mulheres na carreira política, presenciou-se o relato do enfrentamento da falta de apoio e confiança de amigos e familiares, no momento que anunciaram e durante a campanha eleitoral. Foi possível perceber conforme a E1, que uma campanha eleitoral é uma disputa muito acirrada, e que pode despertar o pior das pessoas, mesmo sendo familiares e amigos. A

entrevistada considera que muitos se afastam e negam apoio que era esperado pela mulher, causando um sentimento de traição e desamparo.

Eu sempre digo, tu quer conhecer as pessoas tu entra numa campanha eleitoral, depois de uma campanha eleitoral tu vai saber quem é quem, tu vai ver que aquele familiar que tu considerava, se ele puder acabar contigo, com a tua imagem, com a tua pessoa ele acaba, e eu passei por isso[...] quando os outros te dizem que tu não vai conseguir, porque dizer que tu não vai conseguir é 500, são poucas as pessoas que te dizem que tu vai conseguir, que vão te dar o apoio moral que às vezes a mulher precisa, ainda mais no início da carreira, então vai mesmo da mulher de acreditar no seu potencial pra conseguir. (E1) [Grifo nosso].

Nessa mesma linha de raciocínio, as entrevistadas E5 e E7 também afirmaram não contar com a ajuda de amigos e familiares, e citaram que alguns optaram até mesmo por apoiar concorrentes do sexo masculino.

Tu vai lá naquela família que são teus compadres, tu acha que eles vão trabalhar pra ti, mas daqui a pouco eles estão com compromisso com o *fulano*⁶, vão trabalhar, “bah se tu tivesse vindo aqui antes” sabe, tudo isso tu tem que ter um jogo de cintura, pra ti não perder a amizade. (E5).

A gente tem x de “amigas”, chega na hora que a gente precisa, elas optam trabalhar pra homens, ajudar homens, isso lógico a gente tem que respeitar é uma opção, mas dói no coração, dói no coração ver que não acreditam na gente. (E7) [Grifo nosso].

Algumas mulheres relataram a falta de apoio da família no sentido de incentivar a entrada delas na campanha. A entrevistada E2 e E4 falam que muitas vezes essa falta de apoio é causada pela cultura machista da família, que sempre apoiou os homens da família a entrarem na política. Enquanto a entrevistada E3 menciona que a família não queria que ela se envolvesse em política, pelo fato de eles já terem trabalho, e não precisarem entrar no campo político, levando-se em consideração todas as julgamentos que são atrelados à esse campo.

Coragem porque às vezes tu tem que enfrentar a tua família, que já vem de uma criação machista que não te permite isso. (E2).

Inclusive em relação a política eles não queriam muito que eu entrasse tá, de início, e tive bastante dificuldade da família, de apoio da família, mas é uma coisa que eu sempre gostei muito. O apoio das pessoas que conviviam comigo, tá, a minha família de início não me apoiava muito. (E5).

Só que como eu era mulher, a minha mãe dizia que eu não podia ser candidata, minha mãe era contra, era pra um dos meus irmãos ser candidato a vereador, minha mãe apoiava o homem, queria que um dos filhos fosse. Aí, a mãe dizia: ‘Tu não

⁶ Os trechos em itálico nas falas foram modificados para preservar a identidade das entrevistadas.

pode ser candidata, tu é mulher’. Eu decidi ser candidata, quando ela soube que eu era candidata, ela disse: “Eu não acredito que tu é candidata, eu te disse pra ti não ser”. (E4) [Grifo nosso].

A família a princípio não quis, os meus familiares da parte do meu sogro, eles assim: ‘Não, não vai, a gente sempre trabalhou, sempre teve empresa, sempre assim né, nunca precisamos disso’, enfim, foi muito pesado. (E3).

Algumas das entrevistadas relataram também a falta de apoio, tanto financeiro e administrativo, quanto apoio relacionado à preparação e capacitação, do partido que eram filiadas. De acordo com a E3, não existe incentivo, os partidos não propiciam um preparo a longo prazo para que a mulher entre na campanha com verdadeiras chances de vencer a eleição. Normalmente, a mulher é escolhida em cima da hora, sem preparo ou experiência prévia em atividades públicas. Para isso, é preciso que a mulher tenha iniciativa de ir buscar seus próprios recursos e capacitações para poder competir de forma igualitária.

Mas os homens eles não incentivam nos partidos as mulheres, pode ver que eu saí de última hora, eles não preparam as mulheres pra serem candidatas que realmente possam chegar lá, é pra ti, tipo assim, não é que eles acreditam muito, e cada um pensa em si sabe, eles não tão a fim de que as mulheres peguem o poder, então a mulher é que vai ter que se sentir, só que não é preparado, não são mulheres que foram preparadas, por exemplo, hoje, vou convencendo, vou preparar a fulana, ela tem participação na comunidade, vejo que ela tem o perfil, vamos conversar com ela, vamos preparando, não, é lá no último ano, último mês: Vai! E aí a pessoa não vai, não tem como, tu tem que ser preparada psicologicamente, tem que se engajar, no teu bairro, tu tem que ver se é isso mesmo que tu quer, então tem que ir preparando a pessoa também, pra não, né, mas, tem que ser as mulheres engajadas com as mulheres, porque se não. (E3) [Grifo nosso].

Aí eu já comecei a discutir, eu não quero ser candidata [...] eu não me preparei, eu não quero ser candidata. Realmente, eu não estava preparada, mas pra ajudar o partido, ‘Não é isso que eu queria agora, porque não é o momento, nem pensei em ser candidata’ Fui tipo no impacto. Eu, na minha cabeça, eu dizia: ‘Eu não tô preparada, eu não vou fazer 200 votos’. (E7) [Grifo nosso].

A outra vez eu entrei numa campanha com meu irmão que faleceu, meu pai e eu. Eu pregava minhas placas, eu era a coordenadora da campanha, eu era a administradora da campanha, eu era a marqueteira da campanha, eu era tudo, com o auxílio da minha família. (E5).

A entrevistada E4 relata sua experiência com o partido em relação ao apoio financeiro. De acordo com a E4, após ela assinar o contrato da candidatura, o partido não lhe deu apoio financeiro nenhum. Em sua opinião, eles em momento algum levaram a sério suas intenções de candidatura.

Ele me largou. E é isso que acontece com as mulheres. Ele me largou, eu dei o nome, assinei o papel e eu senti o puxão do tapete. Me largou, sem dinheiro, sem nada, a primeira eleição. E ele sabia o tempo inteiro, mas ele pensou assim: ‘Ah a

primeira vez dela, entrou pelas cotas, ela nem quer ganhar. ' È isso que eles pensam. [...] E ele continuou não me dando dinheiro. Não me deu dinheiro, nada ele me deu. (E4) [Grifo nosso].

Para poder vencer a eleição, a E4 relata que utilizou todo o seu dinheiro, e foi com o apoio financeiro da mãe que ela conseguiu superar esse desafio e vencer a eleição:

Financeiramente. Quando faltava três dias pra eleição, imagina, tu gasta um monte, tem que ter dinheiro, tem que ter um monte de coisas, nossa, tu anda o tempo inteiro, tu acaba devendo um monte... Aí ela [a mãe] me disse assim: 'Então tá', o que me marcou bastante, ela me disse assim: 'Então eu prefiro morrer do que tu perder' e ela me deu o dinheiro da eleição (E4).

Os aspectos supracitados corroboram com o segundo nível das barreiras para a eleição de candidatas mulheres, conforme Matos (2009). Nesse nível, também chamado de Sociológico, a mulher encontra barreiras quanto à tomada de decisão no âmbito doméstico, social e interacional, e político institucional, por meio do desinteresse por parte da família, partido, sociedade e eleitorado. Para a autora, esse processo acaba resultando em descrença no sucesso da carreira política feminina. Em contraponto a essa afirmação, as entrevistadas em momento algum demonstram descrença no sucesso da carreira política ao se depararem com esses desafios, pelo contrário, ao cruzarem com tais barreiras, elas passam a se impor perante a sociedade, e criam estratégias para derrubar essas barreiras.

4.2.2 Preconceito

Conforme expõem Luchmann e Almeida (2010), ainda existem obstáculos impostos pelo sistema partidário e eleitoral e até mesmo pela família e sociedade no que tange a participação feminina na política institucional no Brasil. Enquanto existir padrões culturais que atribuem características e responsabilidades distintas para homens e mulheres, a cultura machista presente em todos os setores políticos, os mecanismos invisíveis utilizados por partidos que visam excluir mulheres das principais disputas eleitorais, dificultará a inclusão e o sucesso da mulher no cenário político institucional (GROSSI; MIGUEL, 2001).

A partir das considerações das entrevistadas referentes ao preconceito contra a mulher na política, foi possível identificar diversos relatos do preconceito advindo das próprias mulheres da sociedade. A E2 afirma que esse é um dos desafios enfrentados pela mulher para ser eleita, e afirma que as mulheres não acreditam no potencial de outras mulheres:

Eu acho de ser eleita, eu acredito que infelizmente nós vivemos numa sociedade machista, então tem sim, eu digo machista há mulheres machistas, que é o que me

choca mais, não é construção de homens, é de mulheres também, que não sabem o potencial que uma outra mulher pode ter, então tem essa dificuldade dessa sociedade que ainda não acredita nas mulheres. (E2) [Grifo nosso].

A entrevistada E7 expõe que desde o início a mulher já tem essa desvantagem, a falta de apoio das eleitoras femininas:

Num município que a mentalidade das mulheres ainda sinto que é daquela época antiga: ‘Não, os homens têm que fazer a frente sabe e as mulheres tem que seguir os homens’ [...] falar em política, pras mulheres eu sempre digo que eu, quando a gente sai, não todas, tenho certeza que não é só eu, pras mulheres é uma tarefa muito difícil, nós já saímos muito discriminadas dentro da nossa ala, que é a ala feminina. (E7) [Grifo nosso].

No mesmo sentido, a entrevistada E3 aponta a falta de apoio das mulheres de seu próprio partido durante a sua campanha, entretanto levanta a hipótese de esse fato ter acontecido por ela ter anunciado a sua candidatura tardiamente. De certo modo, é possível detectar em sua fala uma certa indignação pelo fato ocorrido.

Eu também entrei tarde e eu quase não tive apoio das mulheres do partido, eu acredito também que um pouco foi porque eu entrei tarde né, minha decisão foi depois de vários vereadores já serem candidatos, então elas, eles convidaram: ‘Ah fulana, vem comigo, me ajuda, me ajuda’, então elas já tinham dado a palavra pra outros, mas é incrível, eu não tive praticamente ninguém do partido mesmo assim de mulher me apoiando (E3) [Grifo nosso].

Nessa mesma linha, a entrevistada E6 aponta que, certamente são poucas as eleitoras que votam em mulheres, pois em sua cidade o público eleitoral é predominantemente feminino, entretanto, apenas uma mulher foi eleita nas últimas eleições.

Vou te falar uma coisa, as próprias mulheres não votam em mulheres. Se as mulheres da cidade X votassem em mulheres, se elegia eu, *a fulana*, se elegia todas que foram, mas assim, se todas as mulheres da cidade X decidisse votar em mulher, porque às vezes elas mesmas tem a insegurança (E6).

As entrevistadas E1, E2 e E7 concordam e afirmam que em seu município existe o mesmo cenário:

Mas a mulher ainda tem muito preconceito por parte das mulheres mesmo, isso dificulta a entrada da mulher na política, porque se tu for olhar no município X, tem mais mulher do que homens, então existe o preconceito, infelizmente, [...] as próprias mulheres têm preconceito de votar em mulher por ser mulher, é triste mas é a realidade” (E1).

Não é em mim, na nossa classe, na mulher, não acreditam na mulher, que se tu acreditasse na mulher ‘Não eu acredito que ela pode, ela faz, ela vai fazer acontecer’ teríamos hoje no município X não uma mulher na câmara, teríamos três ou quatro,

não precisa ser do meu partido. Tinha mulheres muito inteligentes dos outros partidos, mas hoje eu sinto que os homens acreditam mais nas mulheres do que a própria mulher (E7) [Grifo nosso].

Me questionam muito, porque somos a maioria na população, então proporcionalmente mulher não vota em mulher se tu for fazer essa análise, porque nós somos mais então devia ser mais equilibrado, somos X vereadores, devia ser metade mulheres, se as mulheres estão votando nas mulheres (E2).

A entrevistada E6 afirma ainda que, durante as campanhas, percebeu que convencer a eleitora mulher, a respeito de sua capacidade política é mais difícil do que os homens. A entrevistada ainda afirma que as próprias mulheres se mostram contra a mulher na política e a desencorajam da carreira.

Ela é difícil, tu tens que conquistar... É mais fácil eu chegar lá numa casa e falar com o homem, e depois eu ter que conquistar o voto da mulher. Dizer porque eu quero entrar na política, dizer pra ela qual o meu motivo na política, onde o homem... Eu senti isso, o homem não perguntava assim sabe, qual o teu interesse. Pra mulher, ela não perguntava mais eu sabia que ela queria saber o porquê eu tava entrando, porque eu queria ser candidata. 'Ah isso aí é mais pra homem, tu tá louca entrar lá, a política, sair de carro sozinha, vão te atirar, vão te matar'. Elas mesmo puxavam eu pra trás, em muitas casas, verdade, como nossa autoestima feminina às vezes não nos ajuda a conquistar o espaço (E6) [Grifo nosso].

Diante dessa realidade, a entrevistada E7 acredita que é papel das mulheres que estão no poder agora, mudar esse cenário, e se sente profundamente responsável em cumprir esse papel durante seu mandato. Ela pretende por meio de um trabalho bem feito, convencer as mulheres a mudar esse preconceito e acreditar mais nas mulheres políticas.

Tenho responsabilidade de mudar nesses quatro anos a cabeça das mulheres e a responsabilidade de eleger três mulheres daqui a quatro anos. De todos os partidos, pras mulheres acreditarem nas mulheres, e os homens também, lógico. Mas hoje eu sinto que os homens acreditam mais nas mulheres do que a própria mulher, então eu fico pensando eu tenho que fazer, eu tenho que mostrar, e tenho que fazer um bom trabalho (E7) [Grifo nosso].

Outro ponto identificado nos relatos descreve o preconceito da sociedade em geral com relação à ocupação da mulher em cargos políticos. A entrevistada E2, afirma que antes de entrar para a política tinha a percepção de que esse preconceito fosse menor. Como a entrevistada E2 seguiu os passos de um familiar na política, afirma que por ter irmãos homens, várias vezes foi questionada do porque não foi o irmão que seguiu a carreira política.

Eu acho que realmente tem um preconceito assim, eu acho que quando eu tava de fora eu achava que tinha menos, achava que as coisas já estavam melhor assim, até porque quando a gente decidiu que eu seria vereadora, num consenso com a família, muita gente me pergunta até hoje: 'Ah, mas o teu *familiar* não queria perder espaço

colocou um dos *familiares*'. Não, não colocou, eu queria, queria muito. 'Tá, mas por que não colocou teu irmão?' ou às vezes perguntam: 'Tá, tu tem irmão? Mas porque ele não foi?', tipo não entendendo a situação. Então eu senti dificuldade [...] bah isso ainda, a gente tá em 2017 (E2).

Para Grossi e Miguel (2001) se a mulher chega à política por meio de relações de parentesco, a sociedade considera essa ascensão desabonadora, pelo fato de terem usufruído das alianças criadas pelo pai ou marido- o que se torna mais um preconceito e obstáculo imposto pela sociedade para a mulher na política. Nesse mesmo contexto, a entrevistada E1 afirma já ter vivenciado situações onde o ficou claro preconceito contra a mulher que atua na política, e a percepção que a sociedade tem dessas mulheres.

Na política? Ah é mulher não vai conseguir, entendeu tem que ter jogo de cintura e mostrar a tua força, porque não é fácil não vencer na política. Tem dias que tu vai nas casas e eles dizem assim: 'Tu é mulher, o que tu quer fazer na política O que tu entende de política? Eles não vão votar em ti porque tu é mulher' (E1).

A entrevistada E4 também reconhece o preconceito e complementa que a Lei das Cotas eleitorais favorecem esse comportamento, pois leva as pessoas a pensar que a mulher está na disputa apenas porque tinha o direito, e não porque tem competência e bons projetos para a comunidade. "As pessoas te dizem: 'ah tu entrou porque tem que ter as cotas, tu entrou porque o partido era obrigado a te colocar, tu não entrou porque tu tinha ideias, tu entrou porque o partido era obrigado a te colocar', aí a pessoa já fica sem votar em ti entendesse".

O fato de que o papel da mulher sempre foi mais voltado para a esfera privada, como cuidadora do lar e dos filhos, alimenta esse preconceito contra a mulher na política, conforme a entrevistada E4 reconhece, ao relatar que várias vezes teve que dar explicações acerca de quem tomaria conta de sua família e casa enquanto ela tivesse que cumprir com as obrigações do cargo.

'Tá e o teu filho, tu vai deixar em casa, quem vai fazer a comida?' Eles fazem todo um processo sabe, a mulher tem tudo isso. 'Ah tu vai dormir fora de casa?' O marido, homem pode, a mulher não pode. 'Tá teu filho, com quem tu vai deixar teu filho?' O marido pode, mas a mulher não pode deixar o filho três dias, daí tu tem que te impor (E4).

Coelho e Baptista (2009) afirmam que enquanto a sociedade rotular a mulher como a única responsável pelo lar, cuidados domésticos e pelos filhos, mesmo que essa mesma mulher ainda exerça uma atividade profissional, o cenário político continuará sendo uma realidade distante, de difícil inserção para a mulher. Esse conceito retrata a resposta anterior da entrevistada E4, que apontam que sentem que os eleitores pensam que o lugar da mulher é

dentro da casa cuidando da família e dos afazeres do lar, e que por ter essas funções, não será possível ela exercer o cargo político.

Adicionalmente, existe o preconceito contra o fato de a mulher estar convivendo cercada de homens, o que para as entrevistadas, passa uma imagem negativa da mulher para a sociedade, principalmente se ela é uma mulher casada, pois passa a existir a suspeita e boatos de infidelidade, e a desconfiança de que ela não vai ser capaz de cumprir o mandato da melhor forma, devido ao fato de ter o compromisso do casamento. Dessa forma, cabe à mulher se impor perante a sociedade, e acima de tudo, manter a postura mais profissional possível, para não ser passível de julgamentos que podem vir a destruir sua carreira, conforme afirmam as entrevistadas E4 e E6.

‘Ah, mas se tiver que ir pra Florianópolis, pra Brasília, tu vai junto com os homens?’
 ‘Eu vou, sem problema nenhum’. ‘Ah, mas daí tu vai deixar teu marido, ele não vai deixar, ele vai ter ciúme’. Não tem problema nenhum, eu vou ir a mesma coisa. [...] ‘Ah tu vai dormir fora de casa?’ O marido, homem pode, a mulher não pode. [...] ‘Não eu posso, eu vou, eu deixo sim, não tem problema, eu vou te representar bem, eu vou pra Brasília buscar recurso pra tua comunidade, eu vou te representar bem, eu vou ir lá, mas eu não vou fazer nada de errado’. Tem que provar, e pro homem não precisa [...] Porque se alguém souber de alguma coisa da mulher, acabou tudo, se alguém sabe alguma coisa de homem não dá nada, mas se alguém sabe de alguma coisa da mulher acabou tudo. Preconceito. A gente já sabe que existe um preconceito. (E4) [Grifo nosso].

Nós que somos da política sofremos muita consequência, porque assim, daqui a pouco toca o meu telefone. [...]. Eu tenho que pegar e ir pra Florianópolis com o deputado, mais um assessor, quase não tem mulher nesse ninho, é tudo homem, então assim, e tu tem que pisar bem forte, não pisar em ovos, porque se tu pisar. [...] A postura é tudo na política, é o fundamento, a pedra pilar da minha formação na política foi a postura que eu tive até hoje, como eu te falei, às vezes a gente sofre algumas coisas, mas com a tua postura, tu passa por cima assim que ninguém percebe que tu tá dando uma descartada (E6) [Grifo nosso].

4.2.3 A existência de poucas mulheres na bancada

A respeito das mulheres serem a minoria na bancada na qual atuam, também foi um dos desafios enfrentados pelas mulheres na política. O fato de serem em poucas faz com que a conquista de respeito por parte dos homens se torne mais difícil, conforme afirmou a entrevistada E1.

Porque tem muitos casos que tem câmara que tem mais mulheres do que homens, como aconteceu no município X. Então, no meu primeiro ano no cargo foi difícil, porque só tinha duas vereadoras, e pra eles te respeitarem lá dentro como mulher foi difícil (E1).

Enquanto a entrevistada E2, o desafio imposto por ser a minoria diz respeito a dificuldade de implementar projetos mais voltados às mulheres e fortalecer mais a mulher perante a sociedade. Conforme a entrevistada, fazer projetos que visam a melhoria de vida das mulheres é algo que ela busca muito, porém, por serem apenas duas mulheres na bancada, isso se torna mais difícil. “Mas na hora de fazer de acontecer acaba empacando e tudo mais, então tem muito pouco para as mulheres, mas é um desejo muito grande meu de montar, por isso eu acho que uma bancada maior ia facilitar um pouco mais” (E2). A entrevistada E3 concorda e afirma que mais poderia ser feito, se tivessem mais mulheres na banca.

É muito complicado, e tu não é uma maioria, porque nós somos X vereadores na casa, e somos só 2 mulheres, mas se tu tens uma união, os partidos as vezes boicotam algumas coisas que são boas pra comunidade. [...]. Eu sempre coloco, sermos poucas, até gostaria se tivesse mais colegas, vereadoras enfim, a gente poderia fazer até um trabalho em conjunto, mas não tem né (E3).

Seguindo essa linha, outro ponto identificado é o fato de que a mulher sozinha na banca acaba perdendo a força, isto é, torna-se mais difícil para ela ser ouvida e ganhar visibilidade. Por ser minoria, a mulher deve sempre ficar atenta para não ser derrubada pelos homens. A entrevistada também afirma que seria muito positivo se houvessem mais mulheres na bancada, dessa forma elas se tornariam mais fortes.

Quando tu é em duas, as mulheres acabam, tu tem uma certa união entre as duas, tu tem mais espaço. Agora a partir do momento que tu é sozinha o tempo inteiro, tu tem que tomar uma atitude, se não tu vai ser excluída, é a lei da natureza [...] eles tentam puxar o tapete delas o tempo inteiro. Eu sempre digo o dia que eu fiquei aqui na câmara sozinha, eu achava que vinha mais mulheres junto comigo, e quando não veio, nossa fiquei muito triste, que daí eu pensei: “bah de novo sozinha”, porque eu queria que tivesse, nossa seria bom mais mulheres [...] eu acho que seria bem melhor se tivesse (E4) [Grifo nosso].

4.2.4 Falta de aceitação e respeito dos colegas homens

A respeito da falta de aceitação dos políticos homens, quanto a atuação de uma mulher na política, a entrevistada E1 afirmou que no início de seu primeiro mandato, muitas vezes teve que se impor e exigir respeito dos colegas, pois muitos deles não acreditavam que uma mulher entenderia de política o suficiente para estar naquela posição. A entrevistada ainda aponta que tudo isso causou um impacto emocional muito grande, e levou muito tempo para que seus colegas comesçassem a respeitá-la como política.

‘Não, tu tem que me respeitar aqui dentro, porque eu sou igual a tu. Somos diferentes, mas a minha função é igual a tua, então tu me respeita. Eu tive que dizer isso, porque eles não me respeitavam. ‘Ah que isso aí entende, não entende nada de política.’ Então tu tem que mostrar pros teus colegas depois que tu te elege, não tu tem que me respeitar porque eu entendo e eu vou te mostrar o meu serviço. Falando bem o português é assim, eu não vou negar pra vocês que no meu primeiro ano de mandato eu nunca fui pra casa chorando é mentira, porque eu fui mesmo. Levou uns seis meses pra eles me respeitarem como mulher, como agente pública na câmara (E1) [Grifo nosso].

Nesse mesmo sentido, para a entrevistada E3 não é muito diferente. A mesma ainda afirma, sentir que não é dado muito crédito para as ideias e projetos apresentados pelas mulheres, por parte dos homens que trabalham junto a ela e ocupam a mesma posição. “Eu percebo que é não é a, parece que tu não tem muito crédito, sabe, os homens são mais: “Ah, tipo né”, não sei eu não sei, mas essa questão de às vezes de não dar muito crédito mesmo sabe” (E3). Nesse mesmo sentido, no pensar da entrevistada E2, por ter tido familiares que atuaram na política anteriormente, ela afirma ter passado por situações em que muitas vezes, os colegas rejeitavam sua presença na bancada, e discutiam com seu familiar a respeito de decisões a serem tomadas, fazendo com que ela fosse completamente excluída de algumas tomadas de decisões. “Ou até mesmo os políticos aqui da época dele, não falavam comigo, falavam com ele sobre alguma votação, alguma coisa polêmica, falavam com ele, não vinham falar comigo, tipo: “Ah, já resolvi, já falei com o teu *familiar!*” (E2). A entrevistada ainda expõe momentos em que foi questionada se seu familiar aprovaria as decisões tomadas por ela na bancada, sugerindo que ela não tinha capacidade de tomar suas próprias decisões: ‘Já falasse com teu *familiar?* O que ele acha disso? Tu já pediu autorização [ao seu familiar] pra tá com esse tipo de postura?’ (E2).

Ela complementa que os colegas muitas vezes utilizam de mecanismos, como marcar reuniões em lugares tidos como “masculinos” para que a mulher não possa participar de decisões, reuniões ou eventos importantes.

Eles marcam reunião, às vezes vão discutir: ‘Ah, vamos ali jogar uma sinuca, vamos ali no bar’ e aí emenda outra conversa, e pra mulher, não é um ambiente, não que eu tenha preconceito com isso, mas não é um ambiente favorável pra gente, gera um desconforto naturalmente, mas não culpo, porque é um ambiente masculino, é de muito tempo que isso foi construído, então acho que tem assim bastante (E2).

A entrevistada E4 complementa com outras articulações por parte dos colegas, para que a mulher não possa participar ativamente de seu cargo, dessa forma perdendo oportunidades e dificultando o exercício de sua função.

‘Não, eles vão me ajudar, ah vai ser bom, eles vão me convidar pra tal reunião, vão me convidar pra participar’, esquece, eles não vão te convidar. Esquece, eles não vão te convidar, eles são machista, a sociedade é assim, eles querem pra eles, eles não vão querer que tu assumas a câmara, porque eles não querem, então automaticamente, eles não te querem junto, não aceitam (E4).

Elegem no legislativo, mas os homens que estão no executivo eles te barram, barram as mulheres entendesse, então o executivo escuta mais os homens, se o executivo é homem ele vai escutar mais os homens, e as mulheres sempre vão ficar de fora, porque é o machismo que existe dentro do meio político. É entre eles entendesse, vê que não tem nenhuma mulher prefeita, porque eles não admitem que a mulher, ele ser mandando por uma mulher entendesse, e é isso, eles sempre barram [...] pelo fato do machismo [...]. Ah, vai só atrapalhar entendesse, vamos só nós. Ah nós vamos pra Brasília porque a gente vai pedir isso. Não, vai só nós. Entendesse então eles nunca colocam mulher no meio (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E4 completa ainda que, colegas homens procuram fazer com que a mulher tenha a menor visibilidade possível, e impõem resistência até para que a mulher apareça em fotos.

Ambiente político machista, se eles puderem marcar uma reunião escondida, pra ti não participar tirar um monte de foto e tu não tá na foto, melhor ainda. Se tu não tiver na foto. Como diz a *fulana*, ela é deputada, ela diz: ‘Até pra foto, até na foto tu tem que brigar pra tá na foto, se não eles te deixam sem a foto, eles ficam na frente pra não mostrar que a mulher tá’ (E4).

A entrevistada E4 também mencionou que os colegas homens usam de artifícios para que a mulher não tenha visibilidade a acesso a recursos para a realização de seu trabalho, e alegam que a presença da mulher em determinadas situações será incômoda, e que ela só será útil se utilizar seus atributos físicos, e que não tem capacidade e competência para conseguir realizar seu trabalho. O que levou a entrevistada a adotar uma maneira totalmente masculina de se vestir, em uma tentativa de adquirir mais respeito passar a imagem de competência. Um outro ponto que ficou claro durante a conversa com a entrevistada E4, foi que muitos de seus direitos como agente pública não lhe foram concedidos, pelo simples fato de ser mulher.

‘Ah, ela vai, mas ela vai só pra atrapalhar, ou vai se intrometer’ entendesse, eles não aceitam. [...] eles não olham o que tu vai conquistar lá, o teu potencial como mulher na política, eles olham assim: ah vai bem bonita e quem sabe então tu arranca alguma coisa deles, mas vai bem bonita, entendesse, por outros meios. ‘Ah então tu vai junto *fulana*? Ah então tá, então te veste bem, vai com uma saia bem bonita, vai bem bonita, arruma bem o teu cabelo, se maquia, então tu vai bem bonita, bem cheirosa, que sabe a gente ganha alguma coisa porque tu tá ali’, eles acham que a gente consegue as coisas por outros meios, entendesse [...] a maioria das mulheres quando entra na política, no início eu comecei a usar roupa de homem, quando eu

entrei de início, nossa, dificilmente eu botava uma saia, na primeira legislatura [...] dentro da câmara eles não me davam nas comissões eu não praticava, entendeu, eu fui, eles não me deram a presidência da câmara, eles não me deram, porque eu era mulher, eles não aceitaram (E4) [Grifo nosso].

O relato da entrevistada E7, foi de que também se sente desrespeitada, e tem a percepção de que a atuação na política é facilitada para o homem. Por outro lado, percebe que suas ideias são ouvidas pelos colegas, entretanto, seus pedidos de serviços para a população são atendidos por último, mesmo que ela tenha sido a primeira a realiza-los.

Mas é difícil. Muito difícil. Difícil de ser respeitada, difícil. Ouvir todo mundo ouve, a nossa fala, os nossos questionamentos. Ouvir é fácil. Mas eu sinto dificuldade para pôr em prática, [...] pra mulher não é fácil, eu já senti que é muito mais fácil pro homem. Vou te relatar coisinhas corriqueiras tá, a gente precisa de um serviço pra um bairro, ou por uma rua, um pedido de uma vereadora mulher vem sempre atrás de um pedido de um vereador homem. Mesmo que eu tenha pedido antes, mas eu já vi, já vi isso, já cobrei e já falei (E7) [Grifo nosso].

Ainda na entrevista 7, percebeu-se que durante a campanha, muitos candidatos homens, colegas de partido e da sociedade em geral, usam a questão do sexo contra as candidatas, como argumento para se destacar na campanha e convencer os eleitores.

Tinha vez de eu chegar em casa e desanimar, porque é muita coisa dizendo: ‘Não, ela não vai fazer 200 votos, mulher nunca se elege, ela não chega lá’. Os candidatos do meu partido, o que me doía. Na minha rua, onde eu moro, na minha rua, candidatos do meu partido, indo lá e dizendo, eu tinha certeza que era verdade porque a pessoa não ia lá em casa me falar: ‘*Fulana*, fulano de tal teve lá em casa, ele disse que eu falei que lá em casa a gente ia votar todo mundo em ti, porque tu é uma pessoa assim e assim, e tal e tal, e ele disse: Não vota nela, mulher nunca se elege, ela não faz 200 votos, vocês vão jogar o voto fora’ (E7) [Grifo nosso].

Nos relatos acima, pode ver algumas barreiras do nível sociológico conforme Matos (2009), como dificuldades quanto à distribuição do poder e dificuldades quanto à tomada de decisão, por meio de discriminação, opressão, assédio moral, assédio social quanto à deslegitimação e desinteresse por parte do partido e da sociedade.

Grossi e Miguel (2001) afirmam que no decorrer do último século, a participação da mulher em várias áreas teve crescimento indiscutível, porém a ocupação de mulheres em cargos políticos diminui conforme aumenta o grau de poder. A entrevistada E4 também menciona as barreiras impostas para dificultar que a mulher consiga alcançar cargos maiores na política. Em seu relato, a entrevistada afirma que a partir do momento que a mulher

demonstra querer conquistar cargos mais altos, se torna inimiga do partido da qual é coligada, pelo fato de que não há interesse por parte desses partidos em ter candidatas mulheres.

“Ah ela vai querer ser uma vice, mas ela é mulher, é um problema”. Tu de aliada, passa a ser inimiga, e aí é a política. Tu não é mais aliada do teu partido, tu é inimiga do teu partido, porque teu partido agora quer te derrubar, porque tu é mulher, porque tu chegou longe demais, tu foi longe demais, tu quebrou muitas regras, tu quebrou preconceitos (E4).

Ainda na quarta entrevista, a resistência dos homens contra as mulheres na política foi fortemente levantada. Para a entrevistada E4, os homens nitidamente não querem as mulheres ocupando cargos políticos.

Tu cresceu um pouquinho, tu se torna inimiga deles, eles tentam te barrar, principalmente as mulheres. Foi o que eu te disse, tu é amiga deles até tu assinar o papel de ser candidata. Tu assinou o papel de ser candidata tu se torna inimiga, ela vai ser inimiga a partir do momento que ela assinar o papel pra ser candidata a política, ela vai ser inimiga do partido, eles não querem as mulheres. É ciente, tu vê nitidamente, que a política eles acham que é dos homens, por isso não tem mulher. É esse o fato [...] Eles não aceitam ser mandado pelas mulheres. Isso é fato, tu vê perfeitamente na política (E4) [Grifo nosso].

Essas barreiras, para Matos (2009), fazem parte do terceiro nível de barreiras para a eleição da mulher na política. Também chamado de Contestação, onde a mulher passa por barreiras políticas e depara-se com as regras de jogo político-partidário, criadas por e para homens, e englobam os critérios indiscrimináveis para a seleção das candidatas, e a fragilidade do sistema partidário brasileiro, composto por baixa institucionalização e escassa fundamentação em critérios racionais e legais, o que faz com que as mulheres tenham uma relação sobrecarregada e conflitante com seus partidos, o que os torna um obstáculo a ser enfrentado pelas mulheres, em oposição a um espaço de apoio e democrático.

Tal oposição é vista também pelas entrevistadas E6 e E8. Ambas afirmam que os homens não dão espaço para a mulher na política. A entrevistada E8 enfatiza que, existe sim espaço para a mulher na política, entretanto ela tem que se posicionar e se impor para poder atravessar as barreiras impostas a ela.

A dificuldade hoje em dia pra mulher entrar na política é o espaço. É fechado, eu acho que é como eu falei pra ti, querendo ou não querendo a política ainda é liderada por homens, tira pela Dilma, a primeira rasteira que eles puderam dar eles tiraram ela pra colocar um homem (E6).

Então a mulher, tem que se impor, o homem é claro que ele é espaçoso, ele não dá muito espaço não. Mas também, cabe a nós mulheres se impor e dizer: 'Eu vou estar, tem espaço' (E8).

Não existe empoderamento da parte dos políticos em relação às mulheres. Tu te empodera. [...] homens políticos ele não te dá, tu tem que ter feito, tu tem que te fazer, é diferente tipo dos homens, os políticos até querem fazer um outro político homem, mas eles não querem fazer uma mulher, esquece essa parte (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E5 concorda que os homens dificultam a entrada da mulher na política, e atribui esse comportamento ao fato de que eles não querem perder o poder que possuem nesse campo, que sempre foi predominado pelo público masculino. Da mesma forma que as entrevistadas E4 e E8 afirmam que a mulher deve se impor para conseguir conquistar o espaço político, a entrevistada E4, também enfatiza que a mulher deve usar de sua inteligência para poder entrar na política.

Na política é muito difícil a gente conseguir entrar dentro, ganhar uma eleição, é muito concorrido, os homens gostam desse empoderamento, tomar posse desse poder, nós mulheres temos que lutar do nosso jeitinho pra conseguirmos ganhar as eleições [...] Mas é muito difícil, tu concorrer com homem, de igual pra igual eles ainda tão muito, como é a palavra, eles querem ter o poder né, não deixa de ser o poder na política, eles lutam com garra e força [...] às vezes é complicado tu conseguir botar mais uma mulher no grupo de executivos, eles querem um público mais masculino (E5) [Grifo nosso].

Para Coelho e Baptista (2009), no tempo em que a cultura do Brasil não assimilava a mulher como cidadã também capaz de gerir o espaço público, o número de mulheres nesta esfera continuará reduzido.

4.2.5 O lado mais emocional

O fato de a mulher trabalhar o lado emocional com mais intensidade que os homens em geral, foi um fator identificado nos relatos, e considerado um grande desafio que a mulher tem que enfrentar na carreira política. Para as entrevistadas, a mulher que está em uma campanha eleitoral ou já está atuando, em diversas ocasiões se depara com situações que impactam o lado emocional nas mulheres. Como menciona a E3, que descreveu a campanha como um processo de muito desgaste emocional, devido ao fato de a pessoa lidar com rejeição constantemente, o que a deixava muito abalada. Para ela, os homens lidam melhor nessas situações, por serem seres mais racionais.

Um desgaste emocional, principalmente campanha é um desgaste emocional, na primeira vez eu sofri bastante [...] tem pessoas que amassam, e dizem que não vão votar em ninguém, que amassa teu santinho e jogam no lixo [...] então é complicado, principalmente assim, como mulher eu não, assim, os homens são mais, nós somos mais sensíveis a esses casos assim, de não a se alguém faz isso tu já fica chateada, a gente percebe que a gente é um pouco mais emocional, acho que os homens não sentem tanto isso (E3) [Grifo nosso].

Na mesma linha a entrevistada E7 afirma que o fato de a mulher ser movida pela emoção e diante das dificuldades enfrentadas durante a campanha, o ser emocional certamente é um dos desafios que a mulher deve superar para vencer na carreira política.

Eu sou movida a sentimento, eu se eu não tiver sentimento eu não acredito, tem que ter sentimento em tudo. Então, por ser assim emotiva, tinha dias que eu chegava em casa, eu ia pro banheiro, a minha vontade era de sentar e não levantar, porque é muita coisa que envolve uma campanha, muito disse que disse sabe. Mesmo acreditando em mim, mesmo acreditando no potencial das pessoas que estavam me ajudando, sabendo que eu não estava sozinha, é muito difícil (E7).

Conforme o relato da entrevistada E4, ela também percebe que existe essa diferença entre os homens e as mulheres, e conforme questionada pela pesquisadora, adiciona que essa característica é utilizada pelos colegas homens como estratégia para enfraquecer e manipular a mulher no ambiente político. E cabe à mulher ter muito controle para não se deixar levar por essa característica.

Elas se envolvem muito emocionalmente e eles sabem disso, entendesse. Tipo assim: ‘Ah, vai lá pega no emocional’. Isso. ‘Pega no emocional dela. Às vezes eu percebo quando me pega no emocional, entendesse. ‘Ah *fulana*, cede porque tá precisando, tu é mulher tu entende’, então eles te pegam no emocional. A mulher tu sabe, tudo move com o coração, a vê uma criança, vê um idoso, tá precisando, como tu não vai ceder, homem não, então eles pegam no emocional nessa parte, é a estratégia deles (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E6 também destaca o controle emocional que a mulher deve ter sob si mesma para não perder o controle e causar danos na carreira. “Às vezes eu converso com pessoas da política, a gente que é política a gente tem que trabalhar assim muito o emocional da gente. Porque às vezes certas coisas na rua como político que às vezes tu perde a estribeira total sabe, tu perde”. (E6).

Da mesma forma que a entrevistada E6, a entrevistada E8 em seu relato aponta que é importante ter um equilíbrio entre a emoção e a razão.

Porque assim a mulher ela é um pouquinho mais emoção, e o homem é mais razão. Não que eu diga que a gente tem que trabalhar só na emoção, porque se tu for só pro lado emocional tu não trabalha e tu não faz nada. Mas eu penso que tem que ser um equilíbrio, entre emoção e razão. Porque aqui tu tem que cumprir leis, então o que tá dentro da lei, se tu consegue fazer tu vai fazer, se não tá tu não faz (E8).

Mas a política já é um equilíbrio maior, porque tu vai ouvir aquilo que tu quer e aquilo que tu não quer, então tem que saber filtrar muito. [...] Porque se não, tu vai cair assim em depressão, tu vai ser uma pessoa desequilibrada emocionalmente, vai sair ofendendo todo mundo sabe, então tu tem que saber filtrar muitas coisas, [...] saber também responder, às vezes, não tem que tá respondendo tudo.[...] Então tu tem que ser muito sincera, muito transparente, muito humana, ter esse equilíbrio maior, pra viver com situações, situações que tu não viveria se tivesse fora da política partidária (E8) [Grifo nosso].

Ela tem que se policiar, tem que se policiar, porque se eu for levar mais pro lado da emoção às vezes eu vou estar fazendo coisa que eu não devo, de repente ajudar uma pessoa que chega aqui pedindo pra mim, chega aqui pra mim durante o dia situações, situações que eu já passei na minha vida, dificuldade financeira, dificuldade de alimentação, de medicamento, sabe então não posso me deixar levar só pelo emocional, porque eu não vou poder resolver todas as situações. Sabe nesse sentido, nesse contexto todo, do atendimento em si, porque o homem talvez ele não tem esse lado, do acolhimento na verdade, mas eu tenho que ter um equilíbrio na razão, porque senão eu vou sair fora também e não vou conseguir (E8) [Grifo nosso].

Percebeu-se por meio dos relatos, dois motivos pelos quais a mulher na política deve controlar seu lado emocional: para a mulher não perder o juízo perante determinados cenários existentes na política, assim como para não cometer atos que não são permitidos pela lei. Conforme ela relata, diariamente como política ela se depara com situações que mexem muito com o seu lado emocional, porém, para cumprir com as leis, e para não se desestabilizar, não pode se deixar influenciar por isso e atender a todos os pedidos ou se deixar levar por todas as provocações, sob o risco de por sua carreira em risco. Por isso, a importância de saber controlar o lado emocional.

4.2.6 A família perante o novo cargo

Para Grossi e Miguel (2001), um dos maiores obstáculos que as mulheres enfrentam ao optar pela carreira política, são os empecilhos familiares: tanto pela resistência dos maridos, quanto pela maneira de lidar com assuntos domésticos, como cuidados com a casa e filhos, já que a carreira política demanda muito tempo para ser exercida.

A principal questão levantada, aqui foi a dor de ter que deixar a família de lado, para poder exercer seus cargos e ter dedicação para a comunidade. Nenhuma das entrevistadas mencionou a resistência do marido como um obstáculo para entrar na carreira política, em

contraponto com Grossi e Miguel (2001) que afirmam que um dos obstáculos para as mulheres políticas é a resistência dos maridos.

A partir das considerações das entrevistadas referentes à relação entre família e a carreira política, foi possível perceber que a Entrevistada E8 considera que a família sente as consequências trazidas pela política, tanto no sentido de sofrer com as críticas que a mulher irá receber durante seu mandato, quanto a ausência da mulher na família, tendo em vista a quantidade de tempo exigida para a atuação na política, seguida de muita dedicação à comunidade, o que acaba fazendo com que sobre pouco tempo para a dedicação à família.

Então isso machuca a gente, eu já estou um pouco mais acostumada, eu consigo um equilíbrio, mas a família não. A família sofre muito nesse sentido, sofre muito. Tanto é que meu filho pede muito: “Mãe, é o último mandato né? Tu não vai mais né?”[...] então assim tu não tem mais, à noite eu não tenho hora de chegar em casa, a gente deveria estipular, eu tenho uma família, que é importante pra mim, sabe, e a gente deixa muito de lado a família pra se doar pra uma ação. Eu não reclamo disso, é gratificante, eu faço o que eu gosto, faço o que eu gosto (E8) [Grifo nosso].

A entrevistada E5 corrobora com essa questão, e relata que um dos maiores desafios enfrentados por ela ao entrar para a política foi ter que deixar o papel de mãe de lado, para atender as exigências de uma campanha, e posteriormente atender a comunidade no papel de vereadora. Ela relata que sente muita culpa por não estar presente na vida dos filhos, principalmente pelo fato de um deles ainda ser bebê, e comenta que esse é um problema inexistente na vida dos homens.

Acho que é a família, não pelo fato da família não apoiar, mas pelo fato de tu deixar a família de lado. Pra mim a maior dificuldade era essa, porque e tinha um bebê pequeno, mas eu me culpava o tempo inteiro de não ficar com ele, porque eu tava amamentando na época e eu tive que começar a introduzir comida com 4 meses, NAN, mamadeira, pra eu poder sair e fazer campanha. Pra mim, eu acho que é a família, pras mulheres, sair do lar pra se dedicar aos outros, porque a política tu não te dedica pra tua família, mas sim pra um todo, pra tua comunidade toda [...] a minha maior dificuldade é deixar meu filho com os outros, de novo pra família, porque eu sofro muito com isso, pode parecer que não, eu acho que esse é o maior diferencial entre uma mulher e um homem na política, a mulher é muito apegada na família, não sei se é felizmente ou infelizmente, pra mim a maior dificuldade é ficar longe da minha família e dos meus filhos (E5) [Grifo nosso].

4.2.7 Fatores que desmotivam a mulher a entrar na política

A partir dos relatos das entrevistadas, foi possível levantar os fatores que desmotivam ou inibem que as mulheres se interessem em entrar na carreira política, sob a ótica das entrevistadas. A E1 considera que, as mulheres têm receio de entrar na política pelo fato de que a partir do momento que ela se torna um agente público, ela perde a privacidade. E

adiciona o medo do julgamento da sociedade por participar de um partido, algo ainda considerado tão masculino, e o medo de críticas. Para a entrevistada, quanto menor o município, mais se encontra esse cenário.

Não tá fácil de colocar as mulheres na política, e muitas vezes por causa que elas tem receio, tem vergonha, a partir do momento que tu entra na política tu perde a privacidade, tu é muito analisada por todo mundo [...] por causa do julgamento da sociedade, município pequeno tem esse problema elas não querem aparecer, Tal, porque tem gente que vai criticar elas por fazer parte de um partido, de um grupo de mulheres, então tem essa insegurança (E1).

Para a entrevistada E2, o atual cenário reflete em partes o fato de a mulher ter conquistado seu espaço na política legalmente há pouco tempo, e em outras partes é o reflexo da falta de políticas públicas que incentivem a construção da mulher na política, por meio de participações em várias formas de grupos partidários ou não partidários, e em sua comunidade.

A mulher entrar na política tem que ter uma construção desde lá do início, desde escola, pra ela entender melhor o processo, participar de uma agremiação partidária, de tudo de sindicatos, de ONG, de algum movimento, de algum diretório acadêmico, de alguma coisa que mostre que ela pode ser inserida, que ela pode brigar, lutar por melhorias, eu acho que falta isso, falta a construção sabe, a gente já tá andando atrás porque a gente já começou historicamente atrás, a gente conquistou o direito do voto muito depois do homem, ainda com restrições e aí a gente tá andando muito atrás e ainda não tem políticas públicas para as mulheres serem inseridas, eu acho que falta isso e acaba sendo um reflexo e tudo isso de ter poucas mulheres na política [...]a gente deixa de ter representantes de qualidade por isso, por não ter alguém pra empurrar, não tem política pública, ninguém assim (E2) [Grifo nosso].

O que vem ao encontro de Oliveira (2014), que afirma que há ainda muito que se fazer dentro de um conjunto de ações para que haja plena equidade de direitos e representatividade política feminina, e que a busca pela efetiva participação feminina na política brasileira é considerada uma busca política, social e econômica.

A entrevistada E3 corrobora com esse relato, afirmando que é tudo um reflexo da entrada tardia da mulher na política, e da falta do engajamento da mulher em causas públicas. Para ela, a mulher tem a característica de ajudar as pessoas, e existem muitas mulheres competentes para os cargos, entretanto, faltam ações e pessoas com coragem para fazerem a frente.

Estamos a muitos anos atrasadas, porque na verdade a mulher também começou depois essa questão do empoderamento, porque há uns anos atrás, o que oitenta ou sessenta e poucos anos, não votava, nem o poder de voto a mulher tinha [...] então as conquistas das mulheres mesmo também tá muito, como começou atrasado tudo tem um atraso [...] acredito que tem muitas mulheres escondidas por aí que podiam

estar ajudando muito, então na verdade é ter a coragem né, a coragem pra tá enfrentando. (E3) [Grifo nosso].

Acho que a mulher tem que se unir, tem que saber que tem esse poder e tem esse potencial de ajudar as pessoas, pra se engajar, na política também, que de repente é com o engajamento delas que de repente esse cenário de hoje vai mudar né [...]. Mas é complicado, tem que tomar a frente porque senão isso não vai mudar (E3).

Coelho e Baptista (2009) afirmam que o cenário político para as mulheres pode mudar se um número maior de mulheres propôs-se a desafiar as muitas barreiras impostas às que decidem ingressar na carreira política, pois haverá maiores indagações sobre o papel da mulher na cultura brasileira, o que pode corroborar com a discussão e desobstrução para mudanças nesse quesito.

A entrevistada E3 adiciona que o atual cenário político que se encontra no país, é um fator que inibe as mulheres na política, e menciona que a mulher tem a tendência a ser mais honesta e quer o bem das pessoas, e por isso pensam que não tem o perfil para atuar na política.

Porque a gente sabe, tá vendo na TV, aquilo tudo né, aquelas falcatruas todas e esse mundo político é tão difícil, que eu ficava pensando: ‘Eu quero isso pra mim?’, né, porque a gente tem boa idoneidade, de sempre quer fazer o bem, então tu fica meio assim né, e eu acredito que a maioria das mulheres é isso que faz ela não entrar na política, porque ela é mais séria, ela quer o bem das pessoas, então isso faz tu querer ficar do outro lado, deixar isso pras outras pessoas que tenham outro perfil (E3) [Grifo nosso].

Sobre esse contexto, a entrevistada E4 complementa, que o fato de o ambiente político ser predominantemente ocupado por homens, também é um fator que inibe as mulheres a querer entrar na política. “Principalmente na política, elas acham que é um ambiente de homens ainda, e elas entram todas desconfiadas, acontece isso” (E4). Corroborando com essa fala, para Oliveira (2014), a política brasileira ainda sofre profunda influência masculina, o que acaba por criar diferentes tipos de barreiras frente à inserção e manutenção da mulher na carreira política.

Fica claro então, resgatando o que foi exposto por Matos (2009), a respeito do primeiro nível ou nível Micro das barreiras para a eleição de candidatas mulheres, também chamado de “barreira da inibição política”. Nesse nível a mulher se depara com um conjunto de conflitos na percepção individual sobre a possibilidade de candidatar-se e ser eleita, ou seja, a auto avaliação feita pelas próprias candidatas acerca de sua movimentação política, no que tange o sistema político, autonomia própria e pessoal, o enfrentamento da sociedade quanto aos papéis dos homens e das mulheres.

4.3 LEGISLAÇÃO QUE REGE AS COTAS ELEITORAIS POR SEXO NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

Grossi e Miguel (2001) expõem que a Lei das Cotas Eleitorais, em geral é vista de forma ambígua: para alguns, força os partidos políticos e a sociedade a pensar sobre a baixa participação das mulheres na política, e como consequência aumentam as oportunidades para as mulheres. Por outro lado, é visto que as cotas não estariam sendo eficazes, pelo fato de não existir um aumento significativo no número de mulheres eleitas. Oliveira (2014) afirma que a Lei das Cotas Eleitorais não garante o real acesso das mulheres ao cenário político. Isso se deve ao fato de que, as cotas asseguram apenas o direito de candidatura, em contrapartida, não garantem os resultados eleitorais das candidatas (MIGUEL, 2000).

Por meio dos relatos, percebeu-se implicitamente que a maioria das entrevistadas afirmou que o convite para a candidatura surgiu a partir da necessidade do partido o cumprimento da lei das cotas, e não com base na experiência ou interesse da mulher. Como podemos observar nos relatos das entrevistadas E1 e E4.

Era época de campanha eleitoral e meu partido precisava de uma certa quantia de mulheres para fazer parte da campanha eleitoral, né, pra atingir aquela porcentagem, já fazia uma ano que eu era afiliada no partido (E1).

A gente tinha essa noção, há 4 anos antes de eu entrar, tipo eles diziam isso: ‘Ah é porque nós somos obrigados a colocar mulher, por causa das cotas’ eles chegavam e diziam isso pra nós (E4).

Com as entrevistadas E3 e E7 não foi diferente, elas relatam também receber o convite do partido apenas para o cumprimento da lei.

Veio também esse convite pra ser candidata a deputada federal, e aí eu disse: ‘aiaiaiai’, e acabei indo sabe, mas foi assim mais a emoção sabe, cabecei aceitando o desafio, a gente precisa de candidata enfim, eu fui mais pra ajudar, eu sabia que eu não tinha chance, mas eu fui mais pra ajudar o partido, pra ajudar o prefeito na época (E3) [Grifo nosso].

Em 2012, na realidade foi aquela velha história que tu começou no início: aqueles 30% de vaga, que é obrigado ser preenchido por mulher, em 2012 tínhamos poucas mulheres, ninguém queria ser candidata aqui *na cidade X*, faltava mulheres. Aí, em reuniões, ‘Não, tu tem que ser candidata’ ‘Por que eu tenho que ser candidata?’ ‘Não porque tá faltando mulher’. [...] Aí eu comecei, aí eu já comecei a discutir, eu não quero ser candidata só porque tá faltando mulher, e eu não me prepararei, eu não quero ser candidata. Realmente, eu não estava preparada eu não tinha pensado em ser candidata (E7) [Grifo nosso].

Com essa prática, muitas mulheres são lançadas na campanha sem preparo, capacitação, conhecimento ou experiência anterior, diminuindo as chances de serem eleitas.

Na época, eu tinha X anos, eu não sabia nada de política, eu não sabia o que fazia um vereador, eu não sabia quem era os vereadores do *município* X, e como é que eu ia me candidatar se eu não tinha o conhecimento? Daí me explicaram que tinha que ter uma quantidade de mulheres que tinha que participar (E1).

Só que não é preparado, não são mulheres que foram preparadas, por exemplo, hoje, vou convencendo, vou preparar a fulana, ela tem participação na comunidade, vejo que ela tem o perfil, vamos conversar com ela, vamos preparando, não, é lá no último ano, último mês: Vai! E aí a pessoa não vai, não tem como. [...] ‘Vem aqui, tu é do partido, mas coloca porque a gente tem que cumprir esse 30%, se não o partido não homologa’, então na verdade tem que ter 30% de mulheres, só que não é preparado, não são mulheres que foram preparadas (E3) [Grifo nosso].

Aí eu comecei, aí eu já comecei a discutir, eu não quero ser candidata só porque tá faltando mulher, e eu não me preparei, eu não quero ser candidata. Realmente, eu não estava preparada eu não tinha pensado em ser candidata. [...] saí nos 49 do segundo tempo, nem nos 45, foi nos 49, era a última foi eu, porque não tinha mesmo quem preenchesse a vaga sabe (E7).

O relato das entrevistadas vai de acordo com o que Miguel (2000) expõe a respeito da lei: que ela apresenta deficiências como a falta de investimento na formação, apoio e condições por parte dos partidos para preparar líderes femininas, que consigam atingir o eleitorado de forma eficaz, somando-se à dificuldade e despreparo dos partidos para cumprir as cotas e a falta de monitoramento dessa política por parte dos tribunais regionais.

Outra avaliação feita pelas entrevistadas, foi a respeito dos partidos criarem “mulheres laranjas” ou “mulheres fantasmas” para preencherem as cotas e o partido homologar. Nessas ocasiões, as mulheres emprestam seus nomes para serem usados na eleição, sem necessariamente realizar uma campanha real, ou nomes de mulheres são usados sem o conhecimento delas, conforme o relato das entrevistadas E3, E5 e E6.

A dificuldade, a necessidade da gente de entrar num caminho político que só se ouvia falar de homens, homens, homens, quando se vê a necessidade na política de botar o nome de mulher que tinha aquela porcentagem já há muito tempo atrás, colocava o nome das mulheres, elas saiam candidatas, imaginariamente, como se fosse uma fantasma, mas botar a cara era difícil ela colocar (E6) [Grifo nosso].

Existe uma legislação que a gente tem que ter um terço de inscritos ali na hora de ser candidatos de um sexo oposto. Mas normalmente as mulheres não se inscrevem, não tem interesse em se candidatar, então o que acontece, os homens do executivo tem que ir atrás dessas mulheres “laranjas” como eles chamam, pra fechar aquele 1/3 perante a lei (E5).

É a questão de gênero, tem uma cota de 30%, e que ela muitas teve até uma reportagem outro dia que elas colocam o nome, os partidos colocam o nome sem as mulheres saberem, é uma bagunça isso sabe, então eles colocam o nom. (E3).

Mas infelizmente elas estão sendo colocadas lá como só, como vou te dizer, não é pra entrar pra política, é por causa da cota, aí nem fazem campanha. [...] Ela tá sendo usada, só pra preencher essa cota, pra cumprir a lei (E8).

Por meio dos relatos, percebeu-se que as entrevistadas são contra a lei das cotas eleitorais por sexo. A entrevistada A2 afirma que a lei na maioria das vezes funciona apenas para que a mulher seja um número a ser cumprido, e não uma candidata com reais chances de ganhar votos e vencer a eleição.

‘Tá mas porque tem tão poucas mulheres na política?’ Porque não tem opção. Então não é porque ah eu vou ter que votar em mulher, não, tu tem que votar numa mulher que tem currículo, que tu te identifique, que tu acha que vai te representar, e falta isso, falta opções pra mulheres, porque acaba que tem a lei que tem que preencher 30%, só preenche 30%, nada mais que isso, então falta opções pras mulheres (E2) [Grifo nosso].

Para a entrevistada E4 não é diferente. Ela afirma que não gosta da política de cotas, e complementa que a lei acaba criando um preconceito, pois faz com que a sociedade veja a mulher na política apenas como um cumprimento de lei, e não como uma candidata com competência para exercer o cargo, diminuindo ainda mais suas chances de sucesso em uma eleição. Esse preconceito e o fato de saber que está ali para cumprir uma exigência, reflete negativamente na autoconfiança da mulher candidata.

Eu não gosto dessa parte das cotas. [...] Eu acho que não deveria ter, eu acho que as mulheres elas entram na cota, [...] e aí tu já tem um preconceito por que tu tá na cota, e aí o mesmo fato das mulheres, eu entrei na política por tinha que ter a cota das mulheres, eu entrei na política por causa das cotas. [...] Mulher ela tem que ter isso, entendesse, elas entram meio assim: eu estou nas cotas, elas parecem que se diminuem. Elas tem que parar de se diminuir. [...] Tipo elas tão ali pelas cotas. ‘Eu tô aqui porque é obrigado. O partido me colocou aqui, se eu ganhar ou perder eu to nas cotas. Eu não to aqui porque eu vim disputar’. Elas meio que entram assim. [...] Só que assim, nós somos 30%, só que quando ela sai na rua pra pedir voto, é como se elas já soubesse, que elas estão nas cotas, entraram porque elas eram obrigadas a entrar, elas não entraram pra disputar, entraram porque o partido tem um tanto que é obrigado a colocar, então quando tu vai pedir voto pra uma pessoa, a maioria das pessoas já te diz: “Ah, tu entrou porque é obrigada a colocar mulher né (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E7 também é contra a lei, e concorda que as cotas causam um efeito negativo no psicológico das candidatas, e acabam se tornando mais um obstáculo a ser enfrentado.

Eu acho errado que 30% de vaga pra mulher. Porque 30%? Tem que ser igual, nós somos iguais, eu também acho errado, Dificulta, porque na realidade, a mulher se sente: ‘porque só 30%? Por que os homens né, 70% e nós 30%?’ Já começa a diminuição (*risos*) desde ali, na cabeça delas, na cabeça das mulheres já começa a diminuir (E7).

Por outro lado, em alguns relatos, viu-se que para as entrevistadas, as cotas têm o lado positivo, pois é uma forma de trazer a mulher para política. A entrevistada E8 afirma que não concorda com a cota, e afirma que como lado positivo, a lei aumentou a participação da política, porém não aumenta a entrada da mulher na política.

Ah eu não concordo com essa lei, é direitos iguais pra todos, indiferente de credo, de ser mulher, de ser cor, sabe, todo mundo tem condições de estar, acho que botaram essa cota hoje pra mulher participar, porque ela não é de participar, mas infelizmente elas estão sendo colocadas lá como só, como vou te dizer, não é pra entrar pra política, é por causa da cota, ai nem fazem campanha (E8) [Grifo nosso].

Nesse mesmo sentido, a entrevistada E4 também vê um lado positivo. Para ela as cotas abriram espaço para as mulheres na política. “Se não tivesse as cotas, eu acho que a mulher tinha que entrar do mesmo jeito. Não é porque tem as cotas, claro foi obrigado porque nenhuma delas tinha espaço, entendesse”.

Conforme foi mencionado anteriormente, as cotas apenas garantem a candidatura da mulher. Nesse sentido, nos relatos, pode-se perceber que as entrevistadas estão conscientes disso, e se empoderaram, por meio da busca de conhecimento e estratégias que as ajudaram a aumentar suas chances de serem eleitas. A entrevistada E1, afirma que ao aceitar o convite da candidatura, tinha consciência que era desprovida de conhecimento acerca dessa atividade, portanto, foi em busca de conhecimento por meio de uma pessoa que tinha experiência anterior e estava disposta a ajudá-la.

Aí eu disse pra eles: ‘olha, eu posso até participar, mas eu vou ter que ter um curso, porque eu tenho que ter um certo conhecimento pra eu me candidatar’. Já pensou chegar ali... ainda mais que eu tinha X anos, como é que ia bater na porta das pessoas, pra pedir votos e as pessoas iam me perguntar: ‘Tá o *fulana*, o que tu entende de política?’ Então onde que eu fui, fui atrás do conhecimento técnico primeiro, na época quem me ajudou foi o *fulano*, ele trabalhou por muitos anos em câmara de vereadores, tanto do *município X* quanto do *município Y*, então foi ele que me deu todo conhecimento (E1).

Nesse mesmo sentido, percebe-se que cabe à mulher empoderar-se e suprir essa lacuna, conforme afirma a entrevistada E4. É importante e cabe à mulher se impor e adotar uma postura firme perante a sociedade e a si mesma, para mostrar que ela é capaz e não está na campanha apenas para cumprir a lei.

Não entrei na política por causa das cotas, eu entrei na política pra ganhar e ser igual. [...]. Ah, eu vou porque eu quero entrar na cota, esquece essa história de entrar na cota. Entra pra ganhar, entra vai na casa das pessoas, diz: ‘Tal projeto, e vou batalhar, eu vou conseguir tal projeto, pra tua comunidade, pra ti, pra tua rua e tal, eu vou conseguir, eu sou mulher suficiente pra conseguir, não to nas cotas. Não tô aqui para preencher uma vaga, eu to aqui pra ganhar, e eu vou ganhar.’ [...] Aí tu já tem que ir com o discurso pronto né: ‘Não, to aqui porque se não tivesse as cotas eu ia entrar a mesma coisa, to aqui porque eu quero, to aqui porque eu tenho projetos, eu to aqui porque eu vou’ (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E6 corrobora com esse raciocínio, e afirma que a mulher após aceitar a candidatura deve ter determinação e muita vontade em lutar por seu espaço.

Então assim, tudo depende do trabalho que tu vem fazendo, da conquista, eu já tive uma carreira. [...] Na verdade elas entram, pra ver a vantagem disso, entram pra ter uma ideia, mas não pensam, não vão com aquele espírito de ganhar, de vencer, de ir pra rua, de pedir voto. [...] Se tu ir por ‘Ah vou ir porque aí depois amanhã vou ter uma oportunidade’ Não te abre espaço, tu tem que ir com determinação, tudo na vida da gente tem que ter determinação e pensamento. Vai mesmo da pessoa, do interesse dela, da vontade (E6).

A entrevistada E5 relata pensar da mesma forma. “Eu fui bem consciente, de que eu iria e ia lutar de igual pra igual, acho que isso vai da mulher, o preparo da mulher” (E5). Ela complementa que, em sua visão, com o trabalho realizado nos grupos de mulheres dos partidos, foi possível empoderar mais as mulheres para a disputa do pleito, e considera esse um resultado positivo, pois de certa forma preenche a lacuna deixada pela lei das cotas.

Mas felizmente, com todo esse trabalho que a gente fez com o grupo de mulher do partido tal, nesse último um ano e meio, a gente conseguiu mulheres pra concorrer de igual pra igual. Sabe, sem emprestar nome, ‘não, vou concorrer porque eu quero e eu vou lutar igual a todo mundo, igual ao homem’ e deu certo, isso aí e consegui, eu alcancei o objetivo assim, mas é muito difícil, tu concorrer com homem, de igual pra igual eles ainda tão muito, como é a palavra, eles querem ter o poder né, não deixa de ser o poder na política, eles lutam com garra e força. Mas a gente não pode desistir (E5) [Grifo nosso].

Outra avaliação feita por uma das entrevistadas, foi que após o lançamento de sua candidatura, e o início das ações da campanha com o público ela sentiu um forte sentimento, que lhe deu motivação e força para continuar na disputa de igual para igual.

Mas depois que eu me lancei candidata, a adrenalina subiu, a adrenalina realmente vai a mil, a adrenalina subiu, e eu comecei a fazer as visitas, eu conheço praticamente todo mundo, todo mundo é meu cliente, então todas as casas que eu ia visitar, tinha que entrar, tomar café, porque todo mundo era meu conhecido, meu amigo, me dou com todo mundo. E aquilo foi, eu fui gostando de ser candidata, mesmo sem tá preparada, mesmo sem tá querendo, fui gostando cada vez mais (E7) [Grifo nosso].

No pensar da entrevistada, E8 não é diferente. Ela afirma que a mulher não precisaria das cotas para entrar na política, e aponta que a mulher tem competências e capacidades para assumir esse papel, entretanto, enfatiza que é necessário a mulher ter mais consciência de que ela precisa investir em conhecimento e se impor perante todos os desafios, ou seja, a superação das lacunas deixadas pela lei das cotas deve partir da mulher.

Só pra preencher, e a mulher não precisa passar por esse papel, ela tem condições, ela tem competência pra isso, de tá se impondo, de entrar e competir de igual por igual com homem. [...]. Eu penso que essa falha tá partindo da mulher, tá partindo da mulher, porque quando tu te impõe, tu tens argumento, porque tu tem que ter argumento. Não entrar por entrar e dizer: ‘Ah eu vou, e não tenho conhecimento nenhum’. Tu tens que ter conhecimento de causa (E8) [Grifo nosso].

Nesse sentido, ao fazer uma análise da lei das cotas eleitorais, percebe-se que essa deixa aberta uma lacuna entre a candidatura e a eleição da mulher na política. Desse modo, vê-se que a lei das cotas não contribui para o processo de Empoderamento da mulher na política. De fato, ela garante o espaço da mulher nas disputas pelo pleito, entretanto, não existem mecanismos na lei que garantam que a candidata será eleita, como traz Miguel (2000), o número de candidatas pode até aumentar, entretanto ser eleita é outro problema, que deve ser enfrentado pelas candidatas, suas organizações e seus partidos políticos. Soma-se ainda o fato de que a lei por vezes impulsiona o preconceito e as barreiras impostas para a mulher na política. Conforme as entrevistadas, a mulher ainda tem um comportamento tímido com relação à sua disputa nas eleições, e por esse fato afirmam que deve partir da mulher o uso de estratégias e mecanismos ao seu alcance para se empoderar, e conseguir superar esses obstáculos. O que vem ao encontro de Miguel (2000), que afirma que o sucesso feminino no pleito, depende de diferentes fatores intrínsecos, não solucionados a curto prazo apenas com a assinatura de Leis.

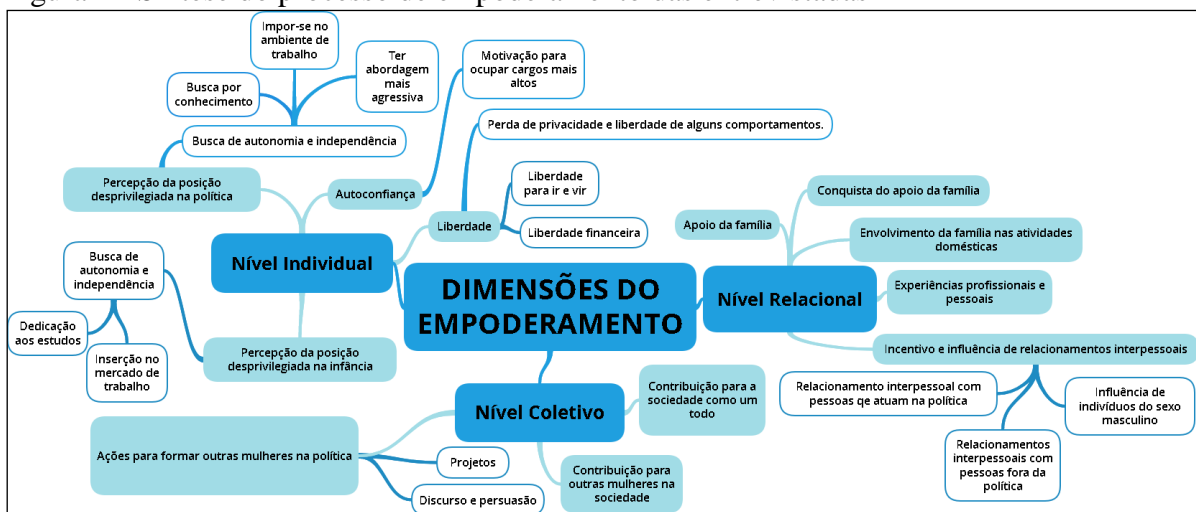
4.4 DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES QUE ATUAM NA CARREIRA POLÍTICA

Nesse objetivo, as experiências retratadas nos relatos das entrevistadas foram apresentadas de forma conjunta, levando-se em conta aspectos anteriores à entrada na política, até o dia a dia no cargo. Tais experiências são analisadas e apresentadas com base nas três dimensões do processo de empoderamento: individual, relacional e coletivo, adotadas para a análise dos dados, conforme apresentado no Quadro 8. Embora apresentados nesse trabalho

de forma separada, estes três níveis trabalham de uma forma interligada e dependente: ou seja, a ação em um gera mudança no outro, em que “uma transformação radical na estrutura de poder que mantém essa estrutura é lenta e gradual, incorporando aos poucos os resultados”. (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p. 7). O processo de empoderamento pode ser iniciado em qualquer um dos níveis supracitados, mas só é considerado completo quando passar por todas elas.

A Figura 1 mostra em síntese os relatos das entrevistadas analisados sob a ótica dos níveis de empoderamento.

Figura 1 - Síntese do processo de empoderamento das entrevistadas



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da pesquisa (2017)

Conforme mostra a Figura 1, por meio dos relatos foi possível acompanhar o processo de empoderamento das entrevistadas, perpassando os níveis individual, relacional e coletivo.

As classificações e narrativas serão descritas nas três subseções a seguir, iniciando pela dimensão individual.

4.4.1 Dimensão individual

Para a análise da dimensão individual do empoderamento, buscou-se os relatos que demonstram a percepção da posição desprivilegiada, e o início de novos comportamentos e processos para o desenvolvimento de autoconfiança, autonomia, independência, e liberdade, com vistas a reverter as implicações resultantes da opressão internalizada (ROWLANDS, 1995,1997; HOROCHOVSKI, 2006; MAGESTE, 2008; MAGESTE, MELO E CKAGNAZAROFF 2008; KLEBA E WENDAUSEN 2009).

4.4.1.1 Percepção da posição desprivilegiada na infância e a busca de autonomia e independência

Em seus relatos, as entrevistadas descreveram sua vida na infância e foi possível ver que tiveram um início de vida financeiramente difícil com muitos obstáculos a serem vencidos até chegarem ao cargo político. Conforme aponta a entrevistada E6.

Então me criei na roça puxando boi, pra riscar a terra, aprendi a trabalhar, era a única mulher do *município X* tratorista, isso há, eu tinha 12 anos de idade já era tratorista, já lavrava a terra, gradeava a terra, trabalhava na terra dos outros. Tratorista é dirigir o trator, lavrar, gradear a terra, bater feijão, plantar feijão, com a plantadeira, colhedeira, tudo o que tu imaginar, aerar, lavrar, era tudo eu que fazia. Na época aqui no *município X* eu era a única mulher que fazia esse serviço sabe, e me criei assim, em uma família bem humilde (E6).

A entrevistada E7 também relata que tem suas raízes no trabalho rural, e que desde criança já era acostumada a trabalhar para ajudar financeiramente sua família, entretanto, cresceu em um meio familiar amoroso, que a ensinou valores importantes. Ela também expõe que teve a oportunidade de conhecer outros cenários somente depois de uma certa idade.

Porque eu nasci no interior, trabalhei na agricultura até meus 19 anos, conheci a cidade X, aqui o centro, com 13 anos de idade, nós não tínhamos nem luz elétrica onde eu morava. [...] Porque minha mãe não tinha tempo de ficar cuidando dos filhos, eles tinham que ir pra roça, trabalhar, produzir pra dar comida pra gente, porque se eles ficassem em casa cuidando dos filhos nós não tínhamos o alimento do dia a dia./ Tudo que precisava, a gente carregava lenha, porque só tinha fogão a lenha, a gente ajudava as irmãs mais velha, era uma família pobre mas com muito amor porém, muito amor com os filhos, só que não tinha tempo de dar carinho, eles trabalhavam o dia inteiro na roça, chegava de noite eles estavam cansado, ainda tinha que fazer a janta (E7).

Em seu relato, a entrevistada E8 expõe sobre o fato de ter perdido seu pai prematuramente, o que deixou a família numerosa em uma situação vulnerável. Dessa forma, sua mãe assumiu o posto para prover para a família, com a ajuda de todos os filhos. Ela recorda que desde muito cedo teve que ajudar a mãe para que pudessem sobreviver financeiramente, e também fala que apesar das dificuldades, teve uma educação forte e com valores.

Então eu nasci no *bairro tal*, eu venho de uma família de oito irmãos, tudo era muito difícil naquela época, passamos muita dificuldade, eu perdi o pai muito cedo, então a

mãe ficou com os oito filhos, então assim eram pequenos, então, o mais velho que foi trabalhar na *cidade X* pra poder dar suporte também na alimentação pra todos nós, e a mãe ela lavava pra fora. [...]. Eu ajudava a mãe muito nesse sentido, de ajudar, lavar, de ajudar, lavar, depois no final do dia as pessoas vinham pegar essas roupas. [...] Pra ajudar a mãe, porque ela ficou, sem era e sem beira, e graças a Deus a gente teve uma educação muito sólida, os valores muito bem determinados, e uma família que não teve maiores problemas como a gente vê hoje a situação familiar (E8).

Para as entrevistadas E4 e E5 não foi diferente. Elas também tiveram uma infância muito difícil, como filhas de agricultores.

Sim, então eu sou de uma família de colonos, filha de colonos, meu pai tinha um aviário, minha mãe sempre foi do lar, sempre moramos em uma área rural, vivíamos da pecuária e da agricultura, estudei em escola rural até o 4º ano, uma escola bem rural. [...] Nossa família sempre teve bastante dificuldade, uma família que sempre economizou muito, uma família bem lutadora (E5).

Eu tenho sete irmãos, duas mulheres, eu e outra, cinco homens, tudo extremamente machista, aí meu pai morreu, e imagina, muito trabalho, sete irmãos, nasci no interior, trabalhava na roça, plantava fumo, banana, tudo (E4).

A partir dessa realidade, elas descrevem suas ações para a busca da autonomia, independência, e maior participação na sociedade, por meio de possibilidades no mercado de trabalho. As entrevistadas E5 e E8 relatam que iniciaram a vida profissional bem jovens. “Mas assim, foi bem batalhado, na verdade com 13 anos eu já dava aula” (E5). “E a minha vida profissional eu comecei como babá, aos quatorze anos, depois dali a gente veio pro *município X* e daqui eu trabalhei também nas *empresas XYZ*, trabalhei cinco anos nas *empresas XYZ*. E depois fui pro magistério”. (E8).

Nos relatos, pode-se perceber outra ação explorada pelas entrevistadas para o alcance da autonomia e independência, que é a dedicação aos estudos. Elas demonstram saber a importância da educação para que o indivíduo alcance autonomia e independência. Algumas relatam que abraçaram a oportunidade dada com muita dificuldade pelos pais, outras afirmam que foram em busca dos estudos sozinhas, pois sabiam que esse esforço iria lhes proporcionar maiores oportunidades.

A entrevistada E4 expõe que sempre teve uma personalidade decidida, e foi criada para casar e ter filhos, entretanto, mesmo contra a vontade da mãe, decidiu que iria buscar conhecimento, e foi a primeira de sete irmãos a obter o ensino superior.

Minha mãe me criou pra me casar e ter filho. [...] Eu sempre fui, se tivesse que ir, não tem problema mãe, eu vou sozinha, vou estudar. [...] Tipo, ela não aceitava, mas

quando ela via que eu tinha tomado a decisão, ela: ‘Tá bom, então eu vou te apoiar’, ela não queria, mas ela apoiava que era a minha decisão. ‘Não, eu não queria que tu fosse, mas já que tu vai.’ Eu fui muito decidida sabe, sempre fui muito decidida com relação a isso. Eu fui a única que estudei, daí os outros irmãos não estudaram. Depois que eu já tava formada, os meus irmãos começaram a estudar também (E4) [Grifo nosso].

Conforme o relato da entrevistada E5, apesar das dificuldades, seus pais fizeram questão de priorizar os estudos, e com muito esforço formaram todos os filhos no ensino superior. Ela aponta que seus pais sempre a incentivaram a estudar, pois sabiam da importância do estudo, sabedoria que foi absorvida pela entrevistada.

Meu pai sempre disse: ‘A melhor herança que o pai vai deixar pros filhos, e são cinco filhos, é os estudos’. Então assim sempre se dedicaram [...] foi muita luta, eu lembro até hoje as dificuldades do pai e da mãe pra pagar a faculdade pra todos os filhos, e meu pai sempre me incentivou, porque eles nunca tiveram a oportunidade de estudar, então eles incentivaram muito a gente, muito, muito (E5).

Em seu relato, a entrevistada E2 aponta que nunca passou por dificuldades financeiras, tampouco teve uma vida repleta de luxos, entretanto, seus pais sempre trabalharam para prover uma vida digna para a família, e também sempre priorizaram a educação como investimento na vida dos filhos.

Eu estudei em colégio público, assim como a minha irmã também estudou, eu estudei até a 8º série, aí depois meus pais já tinham uma condição um pouco mais confortável, não que sobrasse dinheiro em casa, mas quando sobrava eles tentavam investir na educação, então assim, ‘a gente tem uma condição mais confortável vamos investir na educação’ (E2).

A entrevistada E6 afirma que seus pais não tiveram condições de lhe proporcionar estudo completo, mesmo assim, ela nunca desistiu, e chegou a fazer três versões diferentes de ensino médio até conseguir condições financeiras para cursar o ensino superior.

Primeiro eu fiz o magistério, depois o técnico, o magistério naquela época era técnico só, depois eu fiz contabilidade, técnico em colégio estadual, [...] eu não tinha dinheiro pra entrar na faculdade, eu fiz mais um geral, o científico geral na escola X, eu fiz três segundo grau porque eu não tinha como entrar na faculdade, não tinha como entrar na faculdade. Porque eu tinha que ajudar meus pais, era muito difícil. [...]. Terminar a minha faculdade, que terminei bem velha já, bem velha eu terminei minha faculdade. Mas assim, tudo foi suado sabe, na época tinha os que tinham mais possibilidade que a gente na faculdade, então eles compravam o livro, davam o livro pra mim. [...] Muitas vezes eu dizia: “Bah, será que vale a pena? Fulano tem faculdade e tá lá trabalhando no mesmo lugar que eu to trabalhando.” Muitas vezes eu tinha a dúvida, de continuar na minha faculdade e vontade de parar. Mas eu via a necessidade e a vontade que eu tinha de conquistar, de ter o meu espaço, e foi através dali que eu conquistei tudo o que eu tenho hoje. [...] (E6) [Grifo nosso].

A entrevistada E8 afirma que apesar de ter iniciado no mercado de trabalho como professora, tendo como formação apenas com o magistério, e de ter casado e tido filhos cedo, nunca descartou a possibilidade de cursar o ensino superior, que acabou completando quando já havia se aposentado como professora.

Consegui um emprego na educação, em 81, uma vaga de professora, não tinha o magistério, ai teve meu primeiro filho, fui fazer o magistério, trabalhava 40 horas, fui fazer meu magistério, fiz magistério, depois do magistério, que eu formei a filha em pedagogia, formei o filho em química, quando eles tiveram formados que eu fui fazer a minha pedagogia. Me formei quando eu estava me aposentando, com 48 anos (E8).

A busca de autonomia inclui atitudes em que a mulher demonstra que é capaz de pensar criticamente e sabe tomar decisões acerca do que é melhor para si e seu bem-estar (MAGESTE, 2008). A entrevistada E8 relata essa busca, ao descrever sua decisão de dar continuidade nos estudos e ingressar no mestrado, mesmo a família sendo contra, ela afirma que vai em busca desse objetivo, pois é algo que lhe traz bem-estar.

Porque eles sabem que eu luto muito por aquilo que eu quero fazer, eu luto muito e vou. Até em questão dos estudos também, porque eles me cobram muito: ‘Mãe, tu não precisas mais estudar, tu já és aposentada de professora, *tu ocupa o cargo tal, não vai*’. Mas é coisa que eu gosto, eu gosto, então eu digo pra eles, não é um tempo que eu to perdendo, eu to ganhando, porque eu to fazendo aquilo que eu gosto, é prazeroso eu ficar um sábado inteiro, lá, um domingo inteiro, pra mim não é perder, é ganhar. [...] Eles me apoiam, né, não querem que eu vou, porque acham que “Mãe, vai fazer uma viagem então”. Não, mas não é isso que eu quero, eu quero conhecimento, eu tenho outros dias pra fazer a minha viagem, mas o conhecimento, é como eu te falei, é uma coisa que ninguém vai me tirar, então eu vou buscar sempre. Eu quero fazer um mestrado, não sei se eu vou conseguir, mas eu quero. E eu vou lutar muito pra isso, e eles são contra. Eles são contra, mas eu vou lutar muito pra isso (E8) [Grifo nosso].

A entrevistada E8 ainda expõe a importância que a independência financeira e participação no mercado de trabalho tem para a autonomia e independência, principalmente perante o conjugue. Ela afirma que obteve muito mais autonomia a partir do momento que deu início a sua carreira profissional. Para Mageste (2008), essa independência destaca-se como mola propulsora do processo de empoderamento no nível individual, pois permite mais mobilidade, liberdade e poder de barganha na família.

Não só hoje, mas assim a partir do momento que eu comecei a trabalhar fora, que eu tive a minha autonomia enquanto mulher, pra comprar os meus objetos pessoais e não ter que depender do esposo pra tudo, eu já me senti assim mais confiante. Não é hoje porque eu sou a vice-*prefeita* né. A partir do momento que tu trabalha e tu tem o teu salário pra ti comprar as tuas coisinhas e tu não depender do marido pra isso,

nossa, não pode depender deles. Tu tem que ser parceira, tem que ser tudo. Mas eu acho que tu tem que ser independente, até pra eles respeitar um pouco a gente, porque hoje a mulher ela sofre muito né, uma vez a mulher não trabalhava fora, então ela tinha que aceitar tudo né, aquele marido que chegava em casa, impondo tudo, não só agressão física, mas agressão verbal, eu acho que a gente tem que ter esse respeito (E8).

4.4.1.2 Percepção da posição desprivilegiada na carreira política e a busca de autonomia

A partir dos relatos das entrevistadas, foi possível identificar o momento em que elas perceberam sua posição desprivilegiada dentro da política, e a partir de então, deram início a comportamentos e ações que as proporcionassem autonomia para que pudessem exercer seus cargos. No trecho seguinte, a entrevistada E2 narra como percebeu sua posição desprivilegiada na bancada por ser mulher, e como teve que agir para conquistar mais autonomia em seu ambiente de trabalho, com vistas reverter o quadro de opressão existente na política.

Então eu sentia isso, eu acho que a gente acaba tendo que marcar posição se impondo mais do que eu deveria, hoje eu vejo que eu sou um pouco mais agressiva em algumas situações que eu não precisava ser tanto, que eu vejo que os homens não precisam de tanta agressividade como às vezes eu tenho, mas eu acho que a mulher às vezes precisa sabe, ela precisa, porque se não é aquela coisa: ‘Ai não coitadinha, não’. [...]. Eu acho assim, eles me respeitam sim, mas é difícil marcar posição, a gente tem que ser um pouco mais agressiva do que os homens geralmente são, pra eles é um pouco mais tranquilo (E2).

Ela relata que não se deixa abater com determinadas situações de preconceito, e procura revidar comentários machistas com trabalho feito com muita dedicação. Pode-se perceber que por meio desse comportamento, adquiriu mais autonomia, se fazendo ouvir e demonstrando que tem capacidade de tomar decisões críticas, e dessa forma obtendo respeito dentre os colegas de trabalho.

Eu vejo que eu consegui conquistar o meu espaço, agora eu vejo que eles me respeitam muito, é a minha opinião e tudo mais, mas eu acho que eu tive que construir isso, e a construção, é claro que qualquer um que chegasse, homem ou mulher, tem que construir seu espaço, mas eu acho que o ser mulher dificulta um pouco, a construção é um pouco mais dificultosa, mas acho que os meus colegas hoje me respeitam muito, a minha opinião também, mas eu vejo que também eu sou um pouco mais agressiva, me imponho um pouco, com mais força, e ai eles perguntam: “O que aconteceu contigo, tais com algum problema?” Porque, não sei, com homem não funciona desse jeito, ninguém pergunta, então a gente escuta piadinha: ‘Tá de TPM?’, a gente escuta assim, eu tento não me incomodar com essas coisas porque se eu ficar me incomodando vai atrapalhar o meu trabalho, então eu desconsidero isso, eu tento mostrar o meu trabalho ao invés de responder esse tipo de piada, esse tipo de... Eu respondo com trabalho, e isso me dá mais gás, pra eu me esforçar ainda mais, a gente precisa mostrar que a gente sabe fazer, então isso

é gás pra mim, eu não me ofendo, tem o efeito contrário, quando eles fazem isso tem o efeito contrário (E2) [Grifo nosso].

A entrevistada E4 relata que vivenciou uma espiral de experiências desde o momento que percebeu sua posição desprivilegiada até conseguir conquistar autonomia na bancada. Em um primeiro momento, para se fazer ouvir e ser respeitada, para provar que estava preparada tecnicamente para o cargo, e na busca da desconstrução da incapacidade socialmente produzida, começou a ser vestir de forma masculina e saiu completamente do que era o seu peso ideal. Esse comportamento ocorrido devido à falta de autonomia aceitação pelos colegas homens teve um impacto em sua autoestima, a levou a entrar em depressão, conforme afirma em seu relato.

Eles acham que a gente consegue as coisas por outros meios, entendessee. [...]. No início eu comecei a usar roupa de homem, quando eu entrei de início, nossa, dificilmente eu botava uma saia, na primeira legislatura, eu fui a quase 100 quilos e eu tive meio que me masculinizar. [...] Então tá, eu vou ir bem feia, então eu vou ir, não vou de saia, vou ir de calça, bem, ai eu vou conseguir os projetos por outro meio porque sempre foi eu sozinha, tinha uma reunião, eu sozinha, tu ia com o prefeito, tu não podia botar uma saia, tu botar uma calça, tu não podia assim, tu tinha que ir com uma roupa só faltava a gravata, o resto tinha que, e aí chegou num ponto, no segundo ano eu tava com quase 100 quilos, eu entrei numa depressão muito grande: ‘Meu Deus, o que que eu fiz da minha vida?’, tipo assim eu sempre fui uma liderança dentro da minha comunidade, uma mulher que sempre trabalhou e tava na educação, mas eu sempre fui, muito bonitinha de corpo, e eu não queria mais aquilo pra mim, parecia que era um defeito eu ter um corpo bonito entendessee, eu comecei a engordar e não mudar mais. No segundo ano eu fui a 100 quilos, entrei numa depressão muito forte, tipo assim, dentro da câmara eles não me davam nas comissões eu não praticava, entendessee, eu fui, eles não me deram a presidência da câmara, eles não me deram, porque eu era mulher, eles não aceitaram, tinha as reuniões que eu exigia eles não aceitavam, todos eles foram contra, não teve ninguém a meu favor, era eu sozinha, aí eu cheguei numa depressão muito grande (E4) [Grifo nosso].

Após esse primeiro momento, a entrevistada E4 relata que decidiu que não iria deixar de ser a mulher feminina que sempre foi por causa da política. Ela então determinou recuperar sua autoestima, e decidiu que ela iria mudar a política, e não iria deixar a política mudar a sua vida. A partir daí, passou a agir de forma mais agressiva e se impor mais perante seus colegas, e mostrar que era uma mulher com ideias, poder de decisão e capaz de pensar criticamente e apresentar bons projetos para o município.

Vocês estão enganados, ai em dois anos eu comecei a bater de frente com eles: ‘Não, eu consigo dessa maneira, não é por outros meios, eu não sou esse tipo de mulher, eu não entrei pra política porque eu sou esse tipo de mulher’. Aí foi onde que eu, chegou um momento que eu vi que eu tava totalmente equivocada, a minha vida tinha se transformado num caos. Eu não era mais a *pessoa* que eu era, e eu disse: ‘Não, a política não vai mudar a minha vida né, eu quero mudar a política, não a

política que vai mudar a minha vida. [...]. Aí eu disse, tomei uma atitude, não é que porque eu tenha que ser feia pra tá na política, não tem que ser uma mulher bonita sim na política e também ter ideias e cabeça, agora eles vão me aceitar do jeito que é ou não. [...]. Aí em dois anos eu comecei a bater de frente com eles (E4).

Foi possível levantar na narrativa das mulheres outro aspecto que demonstra sua posição desprivilegiada na política. A falta de conhecimento acerca do campo político torna o processo de empoderamento na política dificultoso, entretanto, as mulheres demonstram terem ido em busca desse conhecimento, por meio de diversas fontes, para preencher essa lacuna e obterem mais autonomia em seu cargo.

A entrevistada E8 afirma que, no momento que detectou que estava em posição desprivilegiada, buscou cercar-se de pessoas que tinham conhecimento e passou a ter mais autonomia e independência no exercício de seu cargo. Percebe-se que é fundamental a mulher ter esse conhecimento para que o processo de empoderamento individual ocorra.

Eu procurei me cercar de pessoas que entendiam, pra mim buscar esse conhecimento, que eu tenho que ir a luta e buscar também. A partir do momento que tu é uma candidata, tu tem que ter algum conhecimento, tu não pode ir pra um debate, na rádio ou na televisão, ou num encontro, sem ter conhecimento de causa. Então eu me cerquei de pessoas que tinham esse conhecimento, e fui atrás pra buscar esse conhecimento (E8).

No pensar da entrevistada, E5 não é diferente. Ela corrobora com esse fato, afirmando que para se empoderar na política, a mulher precisa sempre estar em busca de conhecimento, e expõe que não esperava vencer a eleição na primeira tentativa, por isso em sua campanha, buscou ajuda de uma pessoa especializada que lhe passou todo o conhecimento sobre os trâmites de uma campanha eleitoral.

Uma mulher que queira lutar, que queira aprender, eu to vendo assim em mim, eu não tinha muito experiência, minha área é outra, então eu to sempre aprendendo, mas nada que com dedicação, tem que ser uma mulher dedicada e que corre atrás dos teus ideais, que busque, uma coisa que eu não sei eu corro atrás e vou aprender, uma palavra que eu não entendo, essa legislação, vai lá pesquisa e estuda, sabe, as pessoas estão aqui, tem uma assessora jurídica, tu vai lá e pergunta, tem que ir atrás, tem que estudar, se dedicar. Dedicação. Então assim, de início eu não esperava ganhar de primeira, e eu também não esperava ser a vereadora mais votada do partido, não esperava mesmo. Eu acho que isso foi tudo fruto de um trabalho maravilhoso de campanha, trabalho organizado, eu chamei uma pessoa pra me ajudar, uma pessoa que entende um pouco de política, uma mulher, a *fulana*, eu conhecia ela do *Partido X da mulher*, que eu sou presidente, então ela me orientou, me ajudou bastante (E5) [Grifo nosso].

4.4.1.3 Autoconfiança

Foi possível perceber que as entrevistadas demonstram autoconfiança adquirida no processo de empoderamento na dimensão individual por meio de alguns comportamentos, como exemplo, a decisão e motivação para ocupar cargos mais altos na política. Cinco das oito entrevistadas afirmam querer ocupar cargos mais altos, e se mostram decididas e confiantes que futuramente, irão alcançar essas novas posições.

Eles sabem que como eu sou de uma família política, eles sabem que eu me planejei pra ser vereadora, e automaticamente eles sabem que eu também planejo pra ir mais além. [...]. Agora como vereadora eu não tenho mais o que provar, todo mundo sabe, eu não tenho mais o que provar. [...] Então eu acho que a minha fase de provar alguma coisa como vereadora já foi. Claro, a gente vai trabalhar, mas não mais pra ser vereadora, essa fase já passou (E4).

E vou conquistar e ainda a meta minha é chegar bem mais, daqui uns dias tu vai, daqui uns anos tu vai vir falar comigo e vai dizer: 'Bah uma vez tu me falou que ia subir bem mais' mas a gente tem que ter uma meta, tem que ter um sonho. E o meu sonho ainda é conquistar bem mais espaço na política. Talvez ai uma prefeita, uma deputada da vida, mas vou tentar. E pensa assim, nada é difícil. Tudo se conquista (E6).

E não tenho vontade de parar por aqui. Eu tenho vontade de mostrar um bom trabalho, tenho vontade (E7).

E tenho vontade, de ser prefeita da cidade, tenho muita vontade, porque eu percebo que dá pra fazer [...] então se chega lá na frente eu tiver a oportunidade que eu ver que será um projeto sólido, que eu tenho condições pra chegar, eu não vou me omitir, eu vou enfrentar, eu vou enfrentar porque eu sei que a sociedade precisa, e eu sei que eu vou contribuir muito (E8).

Se eu não tiver uma oportunidade em outro cargo eu não vou mais (E2).

Mesmo mostrando-se confiantes, duas das entrevistadas demonstram que é preciso ter limites com relação à autoconfiança, e não consideram ter alcançado totalmente esse aspecto.

A entrevistada E2 relata que, se considera autoconfiante devido a tudo que conquistou na política, e que hoje tem comportamentos diferentes de quando não estava no meio político, entretanto, afirma que buscar novos objetivos lhe dá mais autoconfiança.

Eu sou muito orgulhosa, tenho muito orgulho de chegar onde eu cheguei, de conquistar o que eu conquistei, muito mesmo, mas eu to indo pro meu segundo mandato, são 5 anos, e eu vejo que eu consegui conquistar o meu espaço, agora eu vejo que eles me respeitam muito. [...]. Hoje eu sei quem eu sou e não me incomodo, mesmo falando uma inverdade, não me incomoda mais. [...]. Hoje não, a minha segurança em saber que se eu estiver errada não tem problema, eu posso me corrigir, posso voltar atrás e dizer: Eu errei, então isso me dá segurança, em saber que se eu estiver errada não tem problema [...] eu tenho muito orgulho, muito orgulho mesmo de estar numa casa de 17 vereadores e de ser uma das 2 únicas vereadoras, e ser

jovem, ter conquistado isso, não tão jovem, mas assim de ter conquistado isso cedo. [...] A gente se desafiar, se desafiar não te deixa na inércia, então ser desafiada todos os dias são conquistas diárias [...] eu nasci pra ser mulher, pra ser desafiada, sair um ponto fora da curva, eu acho que é isso que a gente deve fazer, se achar especial, não se conformar com aquela situação ali, seguir em frente e batalhar (E2) [Grifo nosso].

Nesse mesmo sentido, a entrevistada E4 demonstra que se sente mais confiante com relação à sua atuação política, entretanto, afirma que a mulher deve manter uma postura vigilante com relação a esse aspecto, devido ao fato de o ambiente político ser muito concorrido e instável.

Eu sabia que eu tinha chance de ganhar, eu tinha me preparado desde o início. [...] Mas que quis mostrar que eu era a melhor, e eu vou provar de novo que eu fiz um trabalho. [...]. Eu to na campanha porque eu quero provar que eu fui boa, tá aqui o que eu fiz. [...]. Aí vem a prova da reeleição, então é tudo questão de honra, tu provou na primeira eleição eu queria provar que eu podia, e depois eu fui pra reeleição porque eu queria provar que eu tinha sido boa. [...]. Não me sinto mais confiante, nem menos confiante. Porque ao mesmo tempo que tu te acha confiante, pode vir um puxão bem grande. Então tu tem que tá sempre precavida, nem te achar muito, e nem se diminuir muito. Continua do mesmo jeito. Porque se talvez tu caia, tu não leva um baque muito grande. E se tu subir, melhor (E4).

Enquanto as entrevistadas E5, E6 e E7 relatam em suas falas que se sentem confiantes, e expõem os motivos que as levaram a se sentir dessa forma. Para a entrevistada E7, ter alcançado o cargo, tendo em vista seu histórico de muita luta, é um motivo para ela se sentir confiante. Ela parte do pensamento que qualquer pessoa tem a capacidade de fazer o que busca, basta acreditar e ter confiança em si mesma.

Mas eu sempre fui uma pessoa confiante, se eu não fosse confiante eu não estaria aqui hoje. Da onde eu saí, até aqui, por isso eu digo, o meu filho que diz: 'Mãe, tu vai parar por aqui, ou tu vai continuar? ', filho, se eu morrer hoje eu vou morrer realizada. Porque eu cheguei muito mais do que eu poderia imaginar, nunca imaginei saindo de lá hoje ta de vereadora, que não é muita coisa, a gente sabe que não é, mas pra mim, é uma vitória, uma vitória mesmo tá. [...]. Nós podemos tudo, nós e eles também, todo mundo pode, tem que começar, tudo que a gente acredita a gente consegue chegar lá (E7).

No pensar da entrevistada E6, para vencer na política, autoconfiança deve ser um fator intrínseco da mulher, pelo contrário, ela nunca vai conseguir chegar a algum cargo. Ela expõe que se sente confiante, e demonstra isso no exercício de seu cargo perante seus colegas. Ela corrobora com a entrevistada E7, e afirma que tudo que uma pessoa quer, ela consegue conquistar.

E a mesma forma na política, tu tem que ter o teu espaço, tem que conquistar, tem que ter credibilidade e confiança no que tu faz, porque se não tu nunca vai conseguir

subir [...] tu tem que ir com determinação, tudo na vida da gente tem que ter determinação e pensamento. [...] Sou hoje vereadora, são X cadeiras, X homens e eu de mulher, mas assim, não sinto receio de nada, tudo que é pra determinar, pra falar, se é pra bater na mesa, tudo que tem que se colocar eu me coloco na mesma situação e no mesmo nível deles, ninguém é mais superior de ninguém, se tem que dizer uma piada a gente diz, sai de lado, porque tu tem que, dois ouvidos e uma boca. Ou tu faz que não ouviu nada e dá-lhe pau. Bem dessa forma. [...]. Porque quando a gente quer todo a gente conquista (E6).

Nesse mesmo sentido, a entrevistada E5 também afirma ser confiante, e aponta que o fato de ter sido eleita, e que vê a confiança das pessoas depositada em seu trabalho e pessoa, como algo positivo e impulsionador de autoconfiança.

Que as pessoas têm um outro olhar de ti, esperam mais de ti, acho que é algo positivo, de ter votado em mim, de esperar que eu resolva alguma coisa, e do fato de eu me empenhar e trabalhar por algumas causas do município, acho que é gostoso tu ter esse retorno dessas pessoas, tu entendeu o que eu quis dizer? As pessoas esperarem de mim, essa confiança, a confiança das pessoas no meu trabalho, isso mesmo, a confiança das pessoas no meu trabalho (E5).

4.4.1.4 Liberdade

No nível individual do processo de empoderamento, percebeu-se que existe ao mesmo tempo um ganho e uma perda da liberdade para mulher que entra na carreira política. Ela adquire liberdade de ir e vir para cumprir com os compromissos exigidos pela profissão, e liberdade financeira, pelo fato de ter sua própria renda mensal, conforme afirmam as entrevistas E5, E6 e E8.

Se tu falar ‘Bah *fulana*, tens que sair daqui e fazer uma reunião agora lá em Lages’, eu me jogo, vamos embora. Tem que tá sempre pronta, sempre com a oportunidade pra isso acontecer (E6).

Tu tem que se afastar um pouco da família, pra se dedicar aos outros [...] às vezes tem que fazer curso e viajar com vários homens (E5).

Entretanto, por meio dos relatos, percebe-se que ao alcançar o empoderamento individual, entrar na política e se tornar uma pessoa pública, as entrevistadas perdem a liberdade no sentido de terem que preservar constantemente sua imagem, o que acaba por inibir a liberdade de alguns comportamentos considerados normais para uma pessoa que não pertence à esfera pública. Cinco das oito entrevistadas afirmaram que após serem eleitas, o cuidado com a imagem é crucial e o comportamento em público deve ser muito controlado.

A entrevistada E1 expõe que por ocupar um cargo público, ela perdeu a privacidade, e fica restringida de frequentar alguns lugares de sua cidade para proteger a imagem.

Tudo. A partir do momento que tu é vereadora, a tua privacidade não tem mais, entendesse, não que eu tenha sido uma pessoa rebelde, mas tu tem que ter todo um cuidado pra preservar a tua imagem. É complicado, a parte ruim da política pra mim uma mulher hoje de X anos é a minha imagem, não é todo lugar que eu posso ir, querendo ou não pega mal dependendo do lugar que eu vá, tem tudo isso (E1).

A entrevistada E3 corrobora com esse pensamento, e afirma que gosta de ter sua privacidade, porém entende que a partir do momento que se tornou agente pública, toda a sua atividade fica exposta, o que a assusta um pouco.

Porque a partir do momento que tu tem uma vida pública, tua vida é aberta, tudo o que tu faz tu vai ser visado, e eu gosto muito de ficar no meu cantinho e alguns momentos, e às vezes isso provoca assim, às vezes dá medo até sabe, e enfim, a tua vida particular acaba sendo aberta também (E3).

Nesse mesmo sentido, a entrevistada E4 afirma que após ser eleita, também teve que abster-se de alguns comportamentos que costumava ter antes de tornar-se uma pessoa pública. Em seu pensar, toda mulher que ocupa algum cargo, seja na esfera pública ou privada, acaba perdendo essa liberdade, com o risco de prejudicar sua própria imagem e a imagem da mulher de uma maneira em geral.

Se ela tá dentro de um cargo, que ela tem alguma autonomia, que ela manda em alguns homens, ela tem que se comportar de uma certa maneira, porque ela tá dentro de um cargo que ela não pode. Os homens podem, mas ela tem que ter na cabeça dela que ela não pode, ela tem que se comportar de uma maneira que ela vai prejudicar outras mulheres e ela mesmo, ela tem que ter essa noção, que ela tem que se comportar. Ah um dia eu fui numa festa, com meu marido. Ai tá, 'ah eu vou dançar.... Não, não vou dançar, vou ficar mais aqui com eu marido porque tu fica meio receosa, ah tu vai lá' ... 'ah a fulana tava lá', tu tem que se comportar entendesse (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E4 ainda aponta a perda da liberdade com relação à forma de se vestir. Ela comenta que a mulher, ao ser eleita para um cargo político, deve passar a vestir indumentárias mais masculinizadas e sérias, perdendo a liberdade de usar roupas com estilo feminino.

Pode perceber pela Dilma. Como que ela se vestia? Ela se masculinizava, tira por ela. Claro, ah, mas ela não foi uma boa.... Outra história ali né, mas tira pela Dilma, ela se masculinizou, e todas elas se masculinizam, elas vestem roupas totalmente, ternos, saias muito longas, o cabelo muito curto, elas se masculinizam, todas elas (E4).

Nesse contexto, a entrevistada E6 também aponta que foi cobrada para deixar alguns vícios devido ao fato que passou a estar “na vitrine” após ser eleita e deve servir de exemplo na comunidade.

Mas assim, a política a gente que entra, a gente fica na vitrine, às vezes eles falam assim, eu sou fumante: “Ah *fulana* não fuma”, eu sei que eu não devo fumar, porque eles se espelham em mim, muitas pessoas vão se espelhar em mim, as pessoas querem acreditar, e querem não te copiar, mas querem te imitar por aquilo, então tu tem que ser um exemplo (E6).

Ela também expõe que também existe muita cobrança para ter constantemente uma aparência polida, e complementa que se sente controlada com relação a vários aspectos de sua vida. Esse controle é exercido desde os eleitores (de uma forma indireta), pois ela tem que cuidar mais de suas atitudes perante eles, até o partido e coordenadores.

Eu não acho que eu ando mal arrumada, a semana passada uma pessoa me chamou que eu tenho que ir pelo menos uma vez por semana no cabelereiro, duas vezes por semana eu tenho que ir. E minha filha, eu tenho aquele secadorzinho de cabelo e venho. Minha maquiagem, eu que faço, ‘não, mas tu tem que fazer tuas unhas’ eu não tenho tempo, eu faço unha num dia, no outro já to esfregando panela já cai tudo meus esmalte. Olha, mas hoje eu te falo uma coisa, a gente acha que se domina, mas tem trezentos querendo dominar a gente. É o partido, é o eleitor, é o coordenador que te eleger, tu tem que fazer isso, tu tem que botar isso no *Face*, porque tu tem que cobrar isso do teu assessor. A gente vira, tem dia que eu to assim estourando, a gente fica sendo o alvo de todo mundo. Fica pressionado. A pressão é grande. Só quem tá dentro pra dizer, é verdade (E6).

Para a entrevistada E8 não é diferente. Ela afirma que mesmo sendo uma pessoa de costumes simples, teve que abrir mão de se vestir de certa forma mesmo em horário de lazer, sob o risco de ser julgada pelos munícipes. Ela ainda expõe que também sente que perdeu a liberdade no sentido de não ter mais momentos de privacidade com a família. Por ser uma pessoa pública, ela conta que é constantemente abordada na rua e questionada sobre assuntos políticos, mesmo quando está em momentos de lazer ou afazeres particulares. Ela afirma que as pessoas não a veem como um ser humano e acabam perdendo a sensibilidade e o limite para fazer certas cobranças sobre seu mandato a qualquer momento. Ela afirma que sente falta de ter essa privacidade.

Mas a gente também tem que ter os nossos momentos, e isso a gente não tem, não tem isso tá, acaba. [...]. Então são essas questões que às vezes tu acaba perdendo momentos com a tua família, tu acaba perdendo a tua privacidade. Ah eu sou muito simples, porque eu venho de uma família simples, se eu vou no mercado eu gosto de botar um chinelinho sabe, uma roupinha tranquila assim, e as pessoas elas não, elas às vezes ‘Ah a de chinelo sabe, a *cargo tal*. Elas te vejam como *cargo tal*, e não como a *fulana*, que é um ser humano, por trás da *cargo tal* tem um ser humano que é

mãe, que é esposa, que é filha, que é amiga, sabe, que tem problemas, como todo mundo, que chora, que precisa de um ombro, sabe que também tem problemas. Então às vezes isso não, é claro numa sociedade, num município pequeno, às vezes, aqui, os problemas acontecem todo no município, lá no governador não, as pessoas não conseguem chegar nele, e no município eles conseguem. Então eles vêm pra ti. (E8) [Grifo nosso].

Um outro ponto percebido no tocante a perda da liberdade, foi acerca de relacionamentos amorosos. Duas das entrevistadas afirmaram que o fato terem escolhido atuar em cargos públicos, dificulta manter ou até mesmo encontrar um relacionamento. Sendo essa mais uma perda da liberdade ocorrida pelo empoderamento individual.

A entrevistada E6 expõe que no momento que decidiu entrar na campanha eleitoral, foi surpreendida com a imposição de ter que fazer uma escolha: o cargo ou o relacionamento. Ela sente que é difícil encontrar uma pessoa que aceite ter um relacionamento com uma mulher que tenha esse poder.

Porque até pra ti ter um relacionamento, pode ver, que quem entra na política é solteirona. Até pra ti ter um relacionamento, eu tinha namorado até pouco tempo atrás, mas terminou o nosso relacionamento: ‘ou a política ou eu’. Ele pediu pra eu fazer essa escolha, e eu falei: ‘Então tá acabado nosso namoro, eu vou ser candidata’. Tu tá entendendo, nós que somos da política sofremos muita consequência (E6).

A entrevistada E1 expõe que teve uma experiência semelhante. Ela afirma que o estar na vida política cria muitas barreiras para a mulher ter um relacionamento duradouro e sadio, e aponta que o ideal seria se relacionar com alguém que também atuasse no campo político, mas pelo fato de a maioria dos homens desse ramo serem mais velhos, se a mulher for jovem, isso também se torna conflituoso.

Assim eu já tive um namorado, falando bem o português, hoje eu to solteira, tu entra na política, assim tu ter um relacionamento quando ta na vida política é complicado, porque tem o interesse. Então meu relacionamento não deu certo por causa isso, eu acredito que eu vou ter que buscar relacionamento com alguma pessoa que esteja no mesmo meio que eu, um político, caso contrário não sei se vai dar certo, porque bate ciúme, bate tudo quanto é tipo de encrenca, então já tive um relacionamento, a pessoa não era envolvida na política comigo, e não deu certo. O problema de se relacionar com alguém da política é que quem está nesse meio são pessoas de mais idade, então um relacionamento pra mim não é bom, não é fácil (E1).

Esses exemplos mostram que a mulher política, ao atingir o empoderamento no nível individual, conquista a liberdade em alguns aspectos, e perde por outros. O fato de se tornar uma pessoa pública, implica na perda de privacidade, além de que impõe restrições a alguns fatores como: lugares que frequentam, atitudes em público, o tipo de indumentária que vestem, vícios e exigências com a aparência pessoal. A vida pública também tirou a liberdade

de ter momentos particulares com a família, sem ser abordada pelo público sobre assuntos do município. Pode-se perceber também que as entrevistadas não se sentem livres para ter uma vida amorosa, pois enfrentam dificuldades como ciúmes, e outras incompatibilidades que surgem devido ao cargo exercido.

Na subseção a seguir, serão apresentados os relatos acerca das ações das entrevistadas para o empoderamento na dimensão relacional.

4.4.2 Dimensão relacional

Para a análise da dimensão relacional do empoderamento das entrevistadas, buscaram-se os aspectos que demonstram o envolvimento e participação de todos os relacionamentos, influências sociais e alianças estabelecidas que serviram de base para a construção do empoderamento do indivíduo, assim como a capacidade do indivíduo de influenciar e negociar com tais elementos para que se possa atingir o empoderamento (ROWLANDS, 1995,1997; HOROCHOVSKI, 2006; MAGESTE, 2008; MAGESTE, MELO E CKAGNAZAROFF 2008; KLEBA E WENDAUSEN 2009). Os aspectos estão elencados em categorias criadas pela autora, para facilitar a compreensão e descrição dos mesmos.

4.4.2.1 Família

O primeiro aspecto identificado nos relatos das entrevistadas envolve a família. Ter uma estrutura familiar que apoia os objetivos e permite que a mulher os realize, são aspectos que facilitam o processo da mulher na política em todos os níveis.

Duas das entrevistadas relatam que receberam o apoio e da família desde o início de sua decisão de entrar pra política.

Ah sim, sim... foi feito uma reunião né, feito, não, foi chamado: ‘O *fulano* tá vindo aqui hoje conversar com o pai e queria conversar com vocês também’, daí meus irmãos foram, daí esse que faleceu ele disse assim: ‘Minha irmã, tu é loca, mas se é o sonho teu e do pai nós vamos te eleger’ daí eu disse “tu me ajuda?” eu perguntei pra ele ‘Já vamos pra rua pedir votos’. [...] e agradecer os que me ajudaram e à minha família por ter me apoiado nisso tudo, então acho que sem eles, sem o meu pilar eu não teria conquistado o que eu conquistei, meu pai foi coordenador da minha campanha. Se eu saísse 8:30 meu pai já tava na rua as 7:00 (E6).

Para a entrevistada E7 não foi diferente. Ela também relata a importância do apoio da família para a mulher que decide se tornar candidata.

Sempre que precisa de ajuda primeiro eu vou pedir pra minha família, em todos os sentidos, nunca me abandonaram, então a gente fica bem feliz e eu tenho certeza que vai continuar essa união, porque senão não tem sentido, se não tiver união em família, primeira coisa tem que ter união né. [...] . Primeiro, tu tem que ter o apoio da tua família, em primeiro lugar. Se a tua família te apoiar, e disser: “Vai, vai que nós vamos te ajudar”, pode ter certeza e tu vai estar bem aparada, até porque tu precisa do apoio e em épocas de eleição tu precisa do apoio da família [...] meu filho, minha família, irmão, sobrinho todo mundo de engajou na minha campanha com unhas e dentes e chegamos onde estamos, então, o pai com certeza ele não tá aqui, mas eu tenho certeza que onde ele tá ele tá muito, muito orgulhoso, mais orgulhoso do que eu! [...]. Mas sempre tive apoio de amigos, da família, então eu não desanimava, se eu falar até choro (E7).

Entretanto, as outras seis entrevistadas relataram que no primeiro momento, a família demonstrou um pouco de resistência à decisão de iniciar uma campanha, porém, expõem que foram capazes de influenciar e negociar com seus familiares, a fim de convencê-los a aceitar tal decisão. Elas ainda relatam que após a aceitação, passaram a ter total apoio da família para que pudessem fazer a campanha e atuar no cargo.

A entrevistada E1 ainda afirma que, a aceitação de alguns familiares veio somente após ter vencido a eleição, e hoje, ela é o orgulho da família por ter sido a primeira da família a conquistar a carreira política.

Então no início eu tive parentes que foram contra, mas depois da boa campanha eleitoral eles vieram me pedir desculpa. A partir do momento que tu é candidata, especialmente se tu tem a minha idade, X anos, eles me chamavam de menina, então foi mesmo como falei pra vocês [...] Hoje o orgulho da minha família sou eu, de modo geral eu fui a primeira política da família, ninguém até então tinha sido candidato [...] eu sou a primeira política da família, então eu posso dizer pra vocês, eu sou o orgulho deles, porque eles mesmo me dizem isso (E1).

A entrevistada E2 afirma que sempre teve o desejo de seguir os passos de seu familiar que já atuou na política, e que sempre teve o apoio de sua família para realizar tudo em sua vida e buscar novos objetivos. Sua mãe e irmão a apoiaram na decisão política, entretanto inicialmente seu familiar foi contrário à sua vontade de iniciar a carreira política, devido às suas experiências prévias, mas que depois a decisão foi tomada em família, e ela conseguiu convence-lo, e o apoio foi unânime.

Ele sempre incentivou assim, a gente falava, as pessoas não podem ficar confortáveis com a situação delas, de se conformar com a situação, mas na política ele nunca incentivou a entrar na política, então ele falou: ‘ah mas pensa bem mesmo, pensa no depois’. E aí a gente conversando eu perguntei pra ele: se ele achava se tinha alguma possibilidade de eu por um acaso aproveitar o legado dele, junto com o que eu tinha construído, mesmo que não fosse pra isso, de me candidatar a ser vereadora. E daí no início ele teve um pouco de resistência, porque, porque ele

passou por isso, por mais que tenha bônus, toda profissão tem o seu ônus, e ele tinha passado por tudo aquilo assim e aí conversando com meus irmãos, o meu irmão mais novo sempre teve vontade também de participar, e participava também, só que ele era 6 anos mais novo que eu, então ele acabou não participando tanto quanto eu gostaria, e aí eu perguntei pro meu *familiar* e ele disse: “Não, se tu achas que tu consegue, vamos tentar”. E aí, a partir daquele momento, foi um ano antes da eleição, a gente começou a construir, e aí eu fui candidata à vereadora (E2).

Ela ainda menciona que após a aceitação, o apoio e incentivo vem sendo uma crescente, inclusive a apoiando a continuar quando ela mesma pensa em parar e seguir novos rumos.

Na verdade, minha mãe sempre me incentivava muito, eu tenho uma família de personalidade muito forte, guerreira e tal, e ela me incentivava muito [...] mas a família quando eu decidi: “Não, não eu vou entrar”, o incentivo foi unânime, não teve ninguém que disse pra não ir, todo mundo, mesmo sabendo que eu poderia não ser eleita, mas todo mundo me ajudou muito, foi uma campanha muito familiar, todo mundo ajudou muito. [...] Então hoje eu tenho demais, mais até do que quando eu comecei da família, e às vezes eu comento: ‘Ah vou parar, Vou parar, acho que não quero mais ser vereadora e tal, acho que oito anos bateu no teto, no limite’ e eles não querem: ‘Não, tu tens que continuar, tu é nova ainda, dá pra ir mais uma’. [...]. Até mesmo quando eu tô desanimada com alguma coisa que aconteceu eles tentam me lembrar das coisas boas que passaram, então eu nunca tive problema com isso, sempre me incentivaram (E2).

A entrevistada E3 teve uma experiência muito parecida. Ela já tinha em mente a vontade de se candidatar, entretanto, no início, seus familiares foram contra a ideia de entrar na política, devido aos investimentos financeiros necessários para a campanha, e ao rótulo que normalmente é dado à políticos, principalmente no cenário político que se encontra no país.

Eu até tinha pensando anteriormente lá pra março enfim, eu já tinha passado isso pela minha cabeça porque as pessoas já vinham falando: ‘Ah, tu vai ser candidata?’. E eu dizia: Ah não sei, e aí eu já vinha costurando, e a família a princípio não quis, os meus familiares da parte do meu sogro, eles assim: “Não, não vai, a gente sempre trabalho, sempre teve empresa, sempre assim né, nunca precisamos disso”, enfim, foi muito pesado, ah esse momento também de crise, porque ao mesmo tempo pra fazer o material de campanha tu precisa de uma verba, tu vai precisar dispor de uma verba financeira, também não era o momento financeiro adequado (E3).

Contudo, após muito diálogo, ela teve a capacidade de influenciar e conseguiu reverter a situação, e obteve todo o apoio de sua família. Para a entrevistada E3, a decisão também foi tomada em família, levando em conta a ausência da mulher na família durante a campanha.

É enfim, muita conversa, a gente pensava toda vida, teve muita conversa, muita conversa, eu conversava principalmente com meus filhos, o meu filho mais velho será que é isso e a gente conversava e tal, e tem os prós e contras de tudo isso [...] foi uma decisão em conjunto, ele me ajudou muito, tanto na campanha como agora assim, e a família toda sabia. Eles sabiam que a gente ia ter que enfrentar uns momentos que a mãe não poderia estar, principalmente na época da campanha, que

era todo momento também 24 horas na rua, enfim, mas eles ajudaram bastante, foram parceiros, foi uma decisão conjunta [...]. Sim, tenho bastante apoio, tive apoio antes, eles nos ajudaram bastante, os meninos eu tenho, fazendo campanha direto, com o santinho da mãe, então eles me ajudaram bastante, e o que as vezes a gente fica assim é essa questão de filhos né, eles têm muito a presença e mas eles apoiam (E3).

A entrevistada E8 também descreve que precisou convencer a família sobre sua decisão, e afirma que conseguiu convence-los tendo como base tudo de bom que ela poderia trazer para sua comunidade por meio da atuação na política, e que iria trabalhar muito para dar muito orgulho para a família. A partir desse momento, passou a ter todo o apoio.

No momento eles não queriam muito, porque eles também têm esse olhar da questão do lado negativo da política né, mas depois conversando muito, que eu prometi pra eles que eles seriam as pessoas mais orgulhosas dentro do município. Que eu não faria nada, nada de errado em relação a essas questões políticas, que eu estaria fazendo tudo, estaria dando tudo de mim e trabalhando muito corretamente dentro da administração pra eles serem as pessoas mais orgulhosas dentro do município. Então a partir desse momento, eles sempre me ajudaram, sempre me apoiaram (E8).

A entrevistada E8 também menciona que a ausência da mulher no ambiente familiar, é algo que deve ser colocado em pauta e que todos devem estar cientes e concordar quando essa decisão é tomada em família. Mesmo assim, ela tem todo o apoio de seus familiares para exercer seu cargo.

É claro que é uma dificuldade maior porque a mãe dentro de casa faz falta [...] Todo apoio, todo apoio, às vezes eles reclamam é claro, um pouquinho, da falta da mãe dentro de casa né, eu reclamo um pouquinho, mas nada que a gente não possa resolver essa situação [...] primeiro uma conversa com a família eu acho, se todos estão te apoiando: ‘Eu posso ir, vocês vão me apoiar?’, porque como eu falei anteriormente, a ausência em casa, principalmente da mulher faz um falta danada, o homem já é diferente,. Então tu tem que ter essa conversa, esse diálogo com a família de tá colocando o ônus e o bônus e se eles estão do teu lado. Se eles tiverem do teu lado, tu mergulha e vai (E8).

Com a entrevistada E5 não foi diferente. Ela não obteve o apoio da família inicialmente, mas aos poucos conseguiu conquistar o apoio deles.

Inclusive em relação a política eles não queriam muito que eu entrasse tá, de início, e tive bastante dificuldade da família, de apoio da família, mas é uma coisa que eu sempre gostei muito [...] O apoio das pessoas que conviviam comigo, tá, a minha família de início não me apoiava muito, os meus colegas e início, e em casa a briga era: porque todo mundo reclamava: tu liga a televisão é só coisa ruim, em relação ao país, à política em si, então, a gente tem que mudar, as pessoas tem que entrar na política sabe, tem que começar a mudar. Então eu falei: ‘Vocês têm que me ajudar,

quem sabe vocês me ajudam e eu consigo ganhar as eleições. ' Então dessa forma eu fui conquistando a minha família, então a partir daí, e levei uns 3 meses pra conseguir o apoio deles (E5).

A entrevistada E5 complementa que hoje, sua família é a sua maior incentivadora e cobradora de serviço, e que sentem muito orgulho de sua atuação. Ela ainda afirma que, o suporte recebido da família é fundamental para que ela possa exercer o cargo para qual foi eleita. “Hoje eu tenho o total apoio da família, meu pai se tornou um grande colaborador e cobrador! Cobra trabalho! Meu esposo e filhos me ajudam e me incentivam, sentem muito orgulho de minha atuação” (E5).

Sobre a aceitação e apoio da família, três das entrevistadas afirmaram que se não tivessem o apoio da família elas não iriam dar início à carreira política.

Tive apoio da família inteira lógico, se eu não tivesse o apoio deles eu não iria, não, de jeito nenhum (E7).

Se eu não tivesse o apoio do meu esposo eu não concorreria nas eleições (E5).

Eu sempre disse que eu não ia se a família não quisesse [...]. Vamos dizer, e aí foi tudo isso pensado: “eu disse, se vocês não apoiam eu não vou (E3).

As entrevistadas também ressaltam a importância do envolvimento da família nas atividades domésticas para que elas possam exercer o cargo na política, e afirmam, que tem esse apoio, e que não é possível atuar se a família não estiver ciente e contribuir nesse quesito.

Como te disse, ele assumiu um pouco minha função de mãe da casa, ele cuida muito bem dos meus filhos. Nossa relação se baseia em mais confiança e companheirismo [...] tenho duas babás que me ajudam muito, um marido parceiro, e uma auxiliar de serviços gerais, se não fosse essa equipe que me ajuda muito seria muito mais difícil me dedicar a essa nova função [...] eu tenho um grande parceiro, meu esposo, nossa, meu esposo faz janta, eu chego em casa a jantinha tá pronta, ele que faz, ele cuida dos meus filhos, mas ele trabalha também (E5).

Daí tem eles pra ajudar também né, eles já sabem que eu to fora então eles que vão no mercado, eles que vão, eles se ajudam, eu tenho uma pessoa na minha casa que faz as coisas, mas eles são parceiros, já sabem, agora é outra rotina, até deles, tem mais responsabilidade. Às vezes o que era algo que era eu que fazia, agora não é mais, todo mundo ajuda. Já sabe que eu não vou tá presente, eles vão se virando (E3).

Então todo mundo se ajuda. [...] Claro assim que a minha responsabilidade enquanto mãe, mas é quatro adultos que se ajudam e dá tudo certo. É um time. É um jogo de equilíbrio bastante grande, né, é uma tripla jornada, nem é dupla é tripla, porque não é só durante o dia, é a noite, é final de semana que tu aí, mas hoje a gente já é tudo adulto, em casa é o filho e a filha adulta, todo mundo trabalha fora, e todo mundo trabalha dentro de casa, todo mundo colabora. Quem chega primeiro se tem uma atividade lá já vai fazendo sabe (E8).

A respeito da relação com o conjugue após a entrada na carreira política, as entrevistadas dizem ter mudado um pouco a sua relação. A E4 afirma ser o esposo da política ainda é uma situação anormal em seu município, o que causou no início, seu esposo um pouco de constrangimento para seu marido, entretanto, após um período ele passou a se acostumar e sempre a apoiou.

Mudou, porque ele passou a ser. Mas ele nunca se incomodou...Ele passou a ser (*risos*), a maioria das vezes tu é a primeira dama né. Ele é ao contrário, não existia isso antes no município. Então ele se sentiu um pouco constrangido né. Todo mundo diz: 'Ah tu é o marido da vereadora'. É diferente de ser a mulher do vereador, é outra coisa, então ele no início ficou complicado pra ele, mas depois não, ele sempre apoiou (E4).

Já a entrevistada E8 afirma que, no início houve um pouco de ciúme por parte de seu esposo, devido ao meio político ser predominado por homens, mas ela conseguiu reverter a situação com bastante diálogo. “Mudou, porque assim é um mundo machista né, e queira ou não um pouquinho do ciúme acontece né, a gente sai muito em reuniões a noite, final de semana, encontros, então no começo assim ele teve, a gente tinha assim algumas conversas” (E8).

Nesse sentido, a entrevistada E5 sente que tal predominância masculina pode ser uma mazela para a mulher na política, por isso a importância da existência de apoio e confiança entre o casal para que a mulher possa desempenhar seu papel no cargo.

Mas tu tem que ter teu parceiro, tua esposa, teu marido te apoiando, se não acaba o casamento, porque não é fácil. E tu convive, às vezes tem que fazer curso e viajar com vários homens, 3, 4 vereadores, a maioria é homem, nós somos duas mulheres vereadoras e uma vice-prefeita *na cidade X*, já é um número bem grande de mulheres (E5).

Esses exemplos mostram que a relação de apoio existente entre a mulher e sua família é peça chave para a entrada da mulher na política. Elas sabem da importância de se ter esse suporte, tanto que, viu-se relatos de que se não houvesse o apoio da família, as entrevistadas não iriam prosseguir na carreira política. Pode-se ver também o fator capacidade de influência e negociação das entrevistadas, nos relatos em que a família se opôs à candidatura, e utilizando diálogo e persuasão elas conseguiram mudar o jogo, empoderando-se para conseguir alcançar o objetivo de entrar para a política.

4.4.2.2 Incentivo e influência de relacionamentos interpessoais

Uma questão de destaque detectada nas falas das entrevistadas refere-se ao incentivo e influência recebida a partir de indivíduos do sexo masculino presentes nas relações interpessoais estabelecidas ao longo do tempo, como familiares, colegas de trabalho e amigos. “Esses relacionamentos interpessoais, muitas vezes, convertem-se em alianças que favorecem o seu desenvolvimento profissional, a sua visibilidade na esfera pública e o seu processo de Empoderamento”. (MAGESTE, 2008, p.87). Percebeu-se que o que atraiu ou levou as entrevistadas para a vida política foi o convite, ou motivação ou persuasão vinda de uma figura masculina.

Conforme relata a entrevistada E1, foi seu pai que lhe ensinou sobre partidos políticos e apesar de gostar muito de política, nunca havia sido candidato. Contudo, preparou a filha para que ela desse início nessa carreira, e foi ele o maior incentivador a partir do convite para entrar na campanha.

Foi o meu pai que me incentivou porque ele sempre quis fazer parte do partido do X, e ele me ensinou como funcionava esse negócio de partido, na verdade ele já tinha a ideia de um dia me botar como candidata a vereadora, só que eu não sabia, então por dois anos e meio e fui afiliada do partido (E1).

A entrevistada E3 também afirma que o que a levou a ser candidata foi o envolvimento de um familiar homem na política, por meio da filiação a um partido. Ela relata que, foi por meio desse familiar que ela se afiliou ao mesmo partido, e também conheceu uma figura muito conhecida do meio político na cidade. A partir daí, surgiu então o convite para dar início a sua carreira política.

Meu *familiar* mais ligado na política, sabe, ele era muito amigo do *fulano*, enfim, e aí uma vez teve uma janta lá e fui convidada pra me filiar no partido, e como eu já conhecia e admirava o trabalho acabei me filiando no partido, aí em 2008 veio o convite, eles queriam que eu fosse candidata a vereadora [...]Na verdade eu tive uma conversa com o *fulano* antes, quando ele era candidato, e eu perguntei: ‘Bah agora eu sou do partido, quais são os seus projetos pra educação?’ e aí nós tivemos uma longa conversa sobre o que ele pensava pra educação pra *cidade X*, e eu achei muito bacana, e aí depois disso veio esse convite pra ser vereadora (E3).

Para a entrevistada E6 não foi diferente, ela conta que o convite partiu de um colega de trabalho já experiente na política, que a incentivou muito a seguir a carreira. “Não to indo lá falar com teu pai agora. Daí chegaram lá em casa, conversaram com meu pai” (E6).

Para a entrevistada E7 a influência também partiu de um familiar homem que era fiel a um determinado partido, e acabou influenciando toda a família. A entrevistada relata que,

devido à essa influência, acabou criando interesse e fidelidade ao partido, o que posteriormente resultou em uma filiação, seguida de uma candidatura.

Na realidade o meu pai, ele sempre teve um partido político do coração, ele era daquele que nunca foi candidato, nunca foi nada. [...]. Eu já gostava do partido, porque já vem de família [...] Aí eu já podia pensar por mim, saber o que era bom, eu gostei, do que eu li [...] eu pensei: esse partido acho que vai mudar alguma coisa nesse país, comecei a acreditar nesse partido, e desde então eu sempre me envolvi em política, cabo eleitoral, ajudando nas campanhas (E7).

Por meio dos relatos, percebe-se que a entrada das entrevistadas na política teve fortes influências de figuras masculinas, que atuaram como influenciadores e apoiadores de suas carreiras.

Uma questão importante apontada pelas entrevistadas e analisada como fundamental para o desenvolvimento do empoderamento na dimensão relacional diz-se a respeito de relacionamentos interpessoais com pessoas que também atuam na política e são abertos à entrada da mulher nesse campo. Pode-se perceber que esse tipo de apoio é fundamental para o sucesso da mulher na política, conforme aponta a entrevistada E4. Ela afirma que em seu mandato, teve o apoio de um colega de trabalho que valorizava sua vontade de trabalhar e sua competência, o que se tornou uma importante aliança para o desenvolvimento de seu trabalho.

Eu acho que ele via que eu tinha vontade, que eu não era esse tipo de mulher, que eu queria fazer as coisas, ele não tinha preconceito, ele ajudou. Ele dizia: ‘Então a gente paga a passagem e tu vai pra Brasília. Não, tu não quer conseguir projetos pelo teu corpo, porque tu é bonitinha, não tu vai conseguir os teus projetos porque tu tem personalidade e tu sabe o que tu quer’, e aí ele me deu mais espaço. Apesar de que aqui na câmara eu não tinha espaço, mas aí no executivo ele começou a me dar espaço. Eu fui trabalhar com o deputado fulano, ele me deu espaço: “não, então eu vou te mandar, tu vai lá tu consegue fazer os teus projetos lá dentro, daí tu volta tu fica na câmara, porque eu vejo que tu quer trabalhar, então tudo bem, então tu faz isso” (E4) [Grifo nosso].

A entrevistada E3 também relata o apoio obtido por um colega de trabalho para que ela entrasse na carreira política, e posteriormente durante sua atuação, e o quanto esse apoio foi crucial para seu crescimento.

Veio o convite pra eu ser *cargo X* do município, aí esse convite também era um pouco ousado, mas eu acabei aceitando o desafio, até porque eu já tinha conhecimento [...] sempre o respaldo do *fulano*, ele nunca disse não e tal, a gente olhava as finanças e enfim, foi muito bom porque eu não tive ninguém que dissesse isso tu não pode fazer, então foi realizações, e aí veio também esse convite pra ser candidata a deputada federal [...] É muito incentivo, por eu estar próxima do *fulano*, [...] e ele sempre incentivando e a gente vê que ele também é enfim, eu enxergo assim, que ele também tem boas intenções [...] *Fulano* que bom que ele sempre dá poder pra mulheres [...] ele tem um olhar diferente porque se ele não tivesse esse

olhar pra mulher ele não teria dado esse olhar ele não teria dado esse poder pra elas né, na minha época enquanto eu era *cargo X* (E3)

Por meio dos relatos, também foi possível ver como relacionamentos interpessoais com pessoas fora da política foram importantes no desenvolvimento do empoderamento relacional e como consequência, para a entrada das entrevistadas na política.

Primeiramente, primeiro ela tem que ter carreira, tem que ter um partido. Segundo, tem que ter um grupo muito bom pra trabalhar contigo, porque tu sozinha não vai se eleger sozinha. Tem que ter um grupo que acredita em ti, que acredita no teu potencial, que diga: ‘Nós vamos te ajudar, trabalhar pra te eleger’, tem que ter um grupo bom pra te ajudar pra ti entrar na carreira política. Caso contrário, tu desiste (E1).

Eu esqueci de falar um ponto importante, pra ti ser candidata tu tem que ser conhecida no teu município, se não, não adianta, não adianta uma pessoa que não tem convívio na sociedade entrar numa campanha eleitoral, ter muitos conhecidos no teu município, ter uma boa equipe, e ser conhecido ao menos no teu bairro no teu município, se não, não tem condições de ser candidato (E1).

No relato das entrevistadas E8 e E5 também se percebeu a influência dos relacionamentos interpessoais para a entrada da mulher na política. A entrevistada E5 afirma que obteve todo o conhecimento e apoio necessário para a campanha a partir da socialização ocorrida dentro do partido.

Na verdade, não foi uma coisa planejada, eu nunca pensei em entrar em política, nunca pensava em estar, mas aí uma pessoa me convidou pra filiar no partido e me filiei, e quando tu vai te envolvendo com as pessoas, o partido, tu acaba sendo uma secretária do partido, e as pessoas começam “ah tu vai ser, tu é uma forte candidata pra isso” e aí as pessoas vão colocando na tua cabeça sabe (E8).

A *fulana*, [...] então eu conheci ela em uma palestra [...] que foi feita regional ali no município X, uma palestra pra todas as candidatas, vereadoras, prefeitas, eu achei assim maravilhoso, ela deu contato, telefone, pra que quisesse entrar em contato com ela que ela ajudaria. Então ela me incentivou, me ajudou muito (E8).

Para a entrevistada E7 não foi diferente. Ela relata que sua devido a sua aproximação da população do município (por meio de seu trabalho) foi possível criar um grupo de apoio que teve papel fundamental e decisivo na sua decisão para entrar na política, e na sua candidatura.

Aqui a gente se conhece, todo mundo se conhece, é uma cidade pequena, como eu to aqui na *Empresa Tal* há 8 anos, eu conheço praticamente todo mundo, todo mundo é meu cliente, então todas as casas que eu ia visitar, tinha que entrar, tomar café, porque todo mundo era meu conhecido, meu amigo, me dou com todo mundo. E aquilo foi, eu fui gostando de ser candidata, mesmo sem tá preparada, mesmo sem tá querendo, [...] Só que depois, quando faltava um ano pra eleição, minha cabeça mudou, minha cabeça mudou, de ouvir o pedido das pessoas, muita gente vinha me

procuraram na minha casa, em outros locais: ‘Eu quero te ajudar, eu vou te ajudar’. Aí eu sempre usei a palavra: ‘Eu não tenho dinheiro’ e realmente eu não tenho tá, não tenho dinheiro [...] ‘Vamos, eu vou te ajudar’ Me animei. Eu posso, então se vocês me ajudarem, sozinha eu não posso nada, agora juntos nós podemos ser fortes. E começamos a trabalhar a ideia, e deu, cheguei onde eu cheguei. [...] A pessoa precisa, aqui do bairro tá com dificuldade, aquela rua tá ruim, sabe, então sempre buscando ajudar (E7).

4.4.2.3 Experiências profissionais e pessoais

As experiências profissionais e pessoais mostram-se uma forma das entrevistadas de ampliar a rede de relacionamentos e de construir uma base de serviços prestados na comunidade, o que conseqüentemente as deu visibilidade no campo político. Surgindo então, as oportunidades de entrarem na política.

A entrevistada E4 afirma que, toda a sua trajetória profissional foi construída objetivando a visibilidade no campo político.

Porque eu já era, tipo já era metida, ia pra um lado, pro outro, fazia projetos sociais na escola, projetos sociais na comunidade [...] Sim, sempre quis. Tipo assim, vou ser candidata, mas eu me preparei. Tipo assim, assumia papéis pensando nisso entendesse. Sempre ali, não, dando opinião aqui, indo ali, pegando direção de escola, fazia todos os projetos possíveis pra dar certo, entendesse, ia ajudar as pessoas premeditadamente Toda aquela minha atuação foi premeditadamente, tu não pode ir lá assim, tu tem que se preparar, tem que botar na cabeça as coisas, tu quer alguma coisa. Mas sempre atuei na área da educação de jovens e adultos. Sempre com adulto. O que também me deu muitos votos. Porque eu sempre lecionei para adultos, sempre fiz um trabalho social com adultos, e depois eles te reconhecem, então foi onde que me deu uma votação [...]. Tu tem que ter uma base política. E eu sempre fui envolvida na política. Sempre metida. [...] Nas APPs das escolas, nas XX, na igreja, tudo eu queria fazer entendesse, nas antes das eleições eu sempre apoiava um outro vereador, sempre metida assim. Daí quando foi pra ser diretora, eu quis ser diretora, sempre entrando no meio político entendesse, sempre assumindo papéis de liderança na comunidade E eu sabia que um dia alguém ia me convidar pra ser candidata, vai chegar em mim (E4) [Grifo nosso].

A atuação profissional da entrevistada E8 também foi peça fundamental na construção de uma base política e abertura de oportunidades.

É porque eu tive uma vida inteira na educação, e foi assim uma parceria muito grande com a comunidade, com o município, foi uma parceria grande, a gente construiu uma família grande, e eu tenho esse respeito dentro da cidade, e aí as pessoas ‘Não, a gente tá precisando de uma pessoa assim, com perfil assim pra ser candidata e tal’ e me convidaram a ser candidata a *cargo tal* (E8) [Grifo nosso].

Da mesma forma, a entrevistada E5 afirma que a exposição que sua profissão lhe permite perante a comunidade em seu município foi crucial para a construção de sua carreira

política. “Assim eu nunca mudei o meu jeito de ser, eu já trabalho aqui no município há onze, doze anos, então as pessoas já me conhecem, eu nunca mudei, então eu acho que isso me ajudou muito a ganhar as eleições, sempre atendi muito bem *meus clientes*” (E5).

A entrevistada E6 também relata experiências de relações sociais, profissionais, empreendedorismo e um comportamento voltado à política. É possível ver em seu discurso, que a liderança é um atributo intrínseco de sua personalidade, e que desde cedo ela assumiu papéis de liderança perante a comunidade, construindo dessa forma reconhecimento e destaque.

Depois que entrei na política eu entrei na XX, a União de Associação do Município de X, então eu era a presidente de todas as associações de moradores, fui também presidente de bairro, na verdade comecei já, já vinha despertando a política em mim desde a escola, que eu já era do grêmio estudantil, eu já era aquela de entregar o cartão de honra ao mérito para os meus coleguinhas, porque eu me destacava na sala como a que mais falava bem, como tu tá vendo eu falo pouco né (*risos*), depois fui pra faculdade e já fui sempre a líder de classe, sempre fui líder de classe no primário né, depois na faculdade já fui sendo líder de classe também, já era líder do conselho de administração, e aí a gente ia conquistando de lá, de cá, se dedicando quando tinha um trabalho pra apresentar [...] era eu que ia apresentar, então toda vida conquistando espaço na forma que eu achava que ia conquistar aquilo, mas é bem dessa forma aí, é dessa forma que a gente vai se destacando né. Depois fora isso, entrei como catequista, fui catequista na igreja, tentei fazer parte da liturgia, mas não deu certo, eu tremia quando pegava o microfone na mão, não gostava, sabe, daí depois a gente como secretária do deputado a gente já começa a fazer as aberturas de reunião, já começa a explicar, sobre o partido sobre a organização política, tudo isso vai se desenvolvendo a postura da gente tentar conquistar o espaço pra ser uma política (E6) [Grifo nosso].

A entrevistada E3 sempre buscou assumir papéis de líder em sua comunidade. Ao perceber que o bairro em que foi morar em determinado período de sua vida sempre foi muito carente de todos os tipos de estrutura, ela começou a se engajar na comunidade e a conquistar espaço. Foi possível destacar também que sua atuação profissional como professora em uma escola do bairro abriu muitas portas para o desenvolvimento do empoderamento na dimensão relacional.

Porque eu mesmo assim fui muito engajada em ajudar, na igreja, quando eu fui pro bairro, então a gente tá sempre ajudando as pessoas. [...] Eu participo do movimento de irmãs na igreja católica, há dezessete anos, e no bairro a gente ainda de toda forma na liturgia, na igreja, eu sou católica, eu tô sempre ajudando, e como diretora de escola, eu sempre fui envolvida nas coisas, ajudava, aí meu marido tem [...] tem uma empresa, ah se precisar na escola chama o caminhão, tá sempre envolvido, comunidade, lugar pequeno não dá pra ti ser indiferente, sempre envolvida na escola, nas coisas das pessoas na comunidade, sempre fui envolvida (E3).

Dessa forma, puderam-se perceber por meio dos relatos que experiências profissionais e pessoais são peças chave na construção de uma rede de relacionamentos e de um status em

meio a comunidade para essas mulheres. Por meio dessas experiências empreendedoras e políticas, as entrevistadas estabeleceram alianças e relacionamentos com atores que serviram de base para a construção do empoderamento no nível relacional.

Na subseção a seguir, serão apresentados os relatos acerca das ações das entrevistadas para o empoderamento na dimensão coletiva.

4.4.3 Dimensão coletiva

Para a análise do empoderamento feminino no nível coletivo, buscou-se observar nos relatos das entrevistadas os momentos em que elas descrevem que podem e buscam contribuir para a sociedade em geral, momentos que se sentem responsáveis pela melhoria coletiva, devido à sua posição na sociedade (ROWLANDS, 1995,1997; HOROCHOVSKI, 2006; MAGESTE, 2008; MAGESTE, MELO E CKAGNAZAROFF 2008; KLEBA E WENDAUSEN 2009) e principalmente como suas ações tem interferência na formação de outras mulheres políticas. Também são descritas as ações tomadas pelas entrevistadas para atingir esse objetivo.

Mesmo que trabalhar em prol da melhoria da sociedade seja um dos deveres de um político, foi possível perceber nas entrevistas que, estar presente e ajudar a comunidade sempre foi uma característica implícita das entrevistadas, e o fato de empoderar-se e estar ocupando um cargo público, abriu portas para que elas pudessem ampliar essas ações e promover o bem-estar na sociedade em que ela está inserida.

Para a entrevistada E8, ajudar e gerar bem-estar nas pessoas são a sua missão de vida. Ela relata sentir muito prazer em saber que pode fazer a diferença para pessoas que se encontram em situações mais desfavoráveis.

Eu nunca era envolvida em política, e sim em educação, mas eu penso que a gente tem uma missão aqui na terra, então era pra mim estar aqui, estar ajudando as pessoas.[...] Pra se doar um pouco também pra participar, porque é muito bom, é muito gratificante, quando tu consegue fazer a diferença nas pessoas, quando tu consegue dar uma qualidade de vida melhor pra elas, sabe, não tem dinheiro que pague isso [...]Quando eu for, o meu reconhecimento que eu quero deixar, é deixar um marca que as pessoas dizem: “Não, ela me fez feliz, ela deixou algo pra mim”. Pra mim isso basta. [...] Nós estamos aqui pra fazer o outro feliz, não fazer acúmulos (E8) [Grifo nosso].

Para a entrevistada E1 não é diferente. Ela sempre sentiu prazer em ajudar as pessoas, e estar na política lhe deu mais oportunidades de trazer melhorias de uma forma mais ampla.

Ela aponta gostar da política devido à oportunidade que essa lhe dá de fazer a diferença e poder ajudar as pessoas.

A política, eu gosto dela porque, porque tu pode fazer o bem, tu pode ajudar as pessoas, não que seja fácil lógico que tem outras, áreas outros setores que tu também pode fazer isso, mas a política é diferente...querendo ou não é um grupo de pessoas que pode fazer a diferença na tua cidade, no teu estado, lógico que vai da força de vontade da pessoa, como em qualquer outro setor, e é por isso que eu gosto da política (E1).

Nas subseções a seguir, serão descritas as ações das entrevistadas para contribuir para a sociedade em geral, momentos que se sentem responsáveis pela melhoria coletiva, devido à sua posição na sociedade e suas ações na formação de outras mulheres políticas.

4.4.3.1 Ações para formação de outras mulheres na política

Em seus relatos, as entrevistadas descrevem saber que sua posição tem influência na formação de outras mulheres na política, demonstram estarem conscientes desse papel, e sentem que tem a responsabilidade de atuar para trazer melhorias para esse cenário.

Porque elas têm um espelho. A *fulana* [entrevistada] conseguiu ser vereadora, acho eu, interfere, se eu não tivesse no poder como vereadora, é diferente tu ouvir de alguém que não está, então você vendo alguém semelhante a você ali, você pode ver a possibilidade de estar também (E3).

A minha posição na política interfere sim no crescimento da atuação das mulheres em cargos na política ou de mulheres em geral, influencia sim, porque a gente se torna exemplo né, de mulheres que lutaram por seus sonhos, seus objetivos e alcançaram. Com certeza algumas pessoas se espelham no nosso sucesso (E5).

Eu tenho responsabilidade de mostrar um bom trabalho, tenho responsabilidade de mudar nesses quatro anos a cabeça das mulheres e a responsabilidade de eleger três mulheres daqui a quatro anos. De todos os partidos, pras mulheres acreditarem nas mulheres, e os homens também, lógico [...] então desde o dia que eu me elegi, eu sinto que a responsabilidade é grande (E7).

Nós mulheres enquanto políticas é que também temos que incentivar outras pra chegar, então é uma das minhas metas também por estar aqui, incentivar outras mulheres para que entrem (E3).

Elas afirmam que já presenciaram momentos em que mulheres relataram ter se interessado mais, ou ingressaram na política tendo elas como exemplo.

Encontrei com essas duas mulheres e elas falaram: ‘Nossa, a gente te viu na campanha, tão nova e já participando e a gente falou nossa que corajosa e tal, e vamos também’, e uma delas foi eleita, a outra não, elas participaram agora dessa

eleição, e uma delas foi eleita e a outra ficou de suplente, mas eu vejo que é isso, ‘ela conseguiu eu também consigo, ela tá lá eu também vou fazer’ (E2).

Eu acredito que sim, influenciei algumas mulheres a participarem da política, a serem candidatas, né de lutar de igual pra igual já foi uma grande conquista, ali como presidente do *grupo X* como te falei anteriormente, foram várias mulheres tá, acho que de certa forma eu influenciei sim (E5).

Quando a gente foi fazer o projeto *tal*, eu escutei muito isso, mas era de meninas mais jovens assim, disso, tipo, depois que passou: ‘Ah *fulana*, eu não gostava de política, mas agora eu gosto e quero, já falei pra minha mãe que eu quero ser vereadora’ (E2).

As entrevistadas descreveram algumas das ações tomadas para por meio de sua posição, atrair e trazer mais mulheres para a política.

Mas é difícil, eu posso dizer que é difícil pra mulher, assim eu fico feliz que esse trabalho que a gente fez incentivando a mulher a participar da política foi bem positivo assim, nós tivemos grandes nomes grandes concorrentes (E5).

Como a gente tem essa desvantagem vamos dar a chance pra elas, porque a gente tem desvantagem em muitos setores. Quando a gente tem condição de indicar alguém, a gente tem que, ‘vamos dar chance para as mulheres’, elas merecem (E4).

Nossa, é o que eu mais convido minhas amigas, ‘vamos vamos lá, vamos participar’ ‘Ah mas e não sou, não tenho o jeito pra política, quero mais ficar atrás’ Não mas tu sai candidata, tu sai no teu bairro e eu saio no meu, vamos junto, uma ajuda a outra, é aí que vai, eu vou te ajudando, vamos começar a ir pra reunião comigo, tu vai ver como eu faço, vai te espelhando, tomando a iniciativa daqui a pouco tu já tá fazendo as tuas reunião Então assim a gente sempre começa a puxar, a incentivar (E6).

Colaboro sempre com meu discurso, sempre falo, sempre encontro as pessoas e encorajo, inclusive eu fiz uma fala na câmara no dia 7, um dia antes do dia da mulher, mas to sempre buscando e espero poder colaborar mais agora (E3).

Através do *projeto tal* foi um projeto que a gente conseguiu, porque a gente consegue botar meninos e meninas, e tanto que tinha mais meninas, então os dois primeiros anos tinham mais meninas participando do que meninos e até de candidatos e candidatas ficou equilibrado, no primeiro ano que eu participei, ficou praticamente igual o número de meninos e de meninas mas as meninas foram eleitas em maior número do que os meninos, então isso dá a esperança de que isso tá mudando, eles não tem mais preconceito que os meninos estão escolhendo mulheres pra representa-los (E2).

E as mulheres também, saber exatamente como eu faço pra entrar na política porque eu sei que tem mulheres que tem vontade, mas não sabem por onde começar, qual é o caminho, porque realmente tu não precisa ser candidata pra participar, mas tu pode tá inserida, tu pode ser partidária mas não ser candidata então a gente fez esse projeto pra incentivar a participação dos jovens, das jovens na política (E2).

Em relação à mulher, sempre que tem a oportunidade, como agora assim a *fulana* quer vir aqui falar, eu to trazendo, eu hoje como vereadora eu faço mais questão de botar uma mulher na tribuna, me dá os meus 10 minutos, os meus 30 minutos pra ela falar do que um homem. Porque eu acho que ela tem que se mostrar, tem que se colocar, tem que se posicionar que ela é capaz de alguma coisa. Estou dando bastante espaço (E6).

Por meio dos relatos, percebe-se que as entrevistadas valorizam sua posição já dentro da política, para atrair e inserir mais mulheres de todas as faixas etárias na política. Essas ações são realizadas, tanto de forma partidária, como projetos, ou atuação dentro do núcleo de mulheres do partido, quanto fora do partido, incentivando as mulheres de seu círculo de convivência, como amigas, ou mulheres da comunidade que elas veem que tem o perfil para atuar. Percebeu-se também que as ações são realizadas utilizando-se apenas o discurso e a persuasão, e também projetos bem estruturados. Todas as entrevistadas relataram estar tendo bons resultados com todas essas ações.

4.4.3.2 Contribuição para outras mulheres na sociedade

Durante as entrevistas, também surgiram relatos de mulheres da sociedade em geral, que tendo como espelho o sucesso das entrevistadas, buscaram atingir novos objetivos ou uma mudança de vida, buscando mais sucesso e bem-estar. É fundamental o empoderamento de mulheres para que essas possam fazer parte de todos os setores e níveis de atividades econômicas, para que se tenha: melhora na qualidade de vida de homens, mulheres, famílias e comunidade como um todo (ONU MULHERES, 2010).

E também mais duas mulheres eu incentivei a trabalhar fora, a serem independentes, e conseguiram, tão trabalhando, uma tá fazendo estágio de pedagogia, e a outra tá trabalhando de domiciliar, de empregada domiciliar numa casa, e também tá super feliz (E5).

Desde pequenas as minhas sobrinhas sempre foram de se espelhar na tia, 'ah a tia isso, a tia aquilo outro', então as que fizeram a faculdade, fizeram com muita dificuldade como eu, eu te falei a gente é de uma família bem humilde. Mas todo mundo batalhou bastante pra conquistar e chegar onde chegamos, então minha sobrinha, assim 'Ai tia eu vou fazer uma faculdade porque só assim a gente sobe na vida, só assim a gente vai ter oportunidade, e tu sempre falou isso' (E6).

Ela queria quando ela crescesse ela queria ser igual a *mim* [entrevistada], e ela é professora hoje, a mãe dela é cabelereira. Ela disse que entrou na profissão por causa de *mim*. Ela é professora, então ela disse que sempre quis ser igual a *mim* [entrevistada], e o sonho dela é ser diretora de escola (E3).

As entrevistadas também demonstraram preocupação com a segurança da mulher, e deixaram claro seu posicionamento e intenções com relação à questão da violência contra a mulher. Elas expõem que por meio de sua posição, pretendem trabalhar para trazer melhorias a esse cenário.

A maioria dos meus projetos da câmara são relacionados às mulheres. Eu fiz o dia internacional contra a violência a mulher [...], mas a maioria foram pra educação e pras mulheres, tipo, teve um que foi da violência contra a mulher (E4).

Em relação a violência, a violência doméstica é algo que eu luto bastante, eu trabalho bastante, inclusive sou uma incentivadora da prefeitura pra trabalhar políticas públicas referentes a esse tema a violência contra a mulher porque é demais (E5).

Eu acredito que hoje eu sou bastante procurada a respeito da violência contra a mulher, [...] então eu gostaria muito de desenvolver um projeto nesta área, eu acho que é o que mais precisa e é o mais preocupante, me preocupa claro a mulher que não tem espaço na política, me preocupa o salário da mulher que não é igual ao dos homens, mesmo ocupando o mesmo cargo não é equivalente, me preocupa tudo isso, então isso me preocupa mais, lógico que eu gostaria que tudo fosse resolvido, mas se eu fosse ver uma prioridade, isso me preocupa mais. A questão da violência contra a mulher. [...] montar um grupo de apoio [...] mas específico pra mulher que sofreu violência não tem muitos, então a gente tava tentando voltar pra isso sabe (E2) [Grifo nosso].

Por meio desses relatos, é possível identificar que a partir do momento que a mulher está empoderada, ela começa a participar de decisões numa dimensão maior, e seu Empoderamento começa a ter reflexos na sociedade em geral, por meio do empoderamento, nesse caso, de outras mulheres. Para Brauner (2015), o empoderamento da mulher é o caminho para a redução da exclusão social e desenvolvimento de autonomia, autoconfiança e desenvolvimento da liderança.

4.4.3.3 Contribuição para a sociedade como um todo

A contribuição para a melhoria sociedade como um todo também foi levantada nas entrevistas, mesmo sendo inerente a um cargo político. Por meio dos relatos, percebe-se o quanto as entrevistadas estão engajadas e comprometidas nessas ações. Ao serem perguntadas sobre um acontecimento positivo que aconteceu em suas vidas após serem eleitas, as entrevistadas E2, E7 e E4 apontaram fatos ligados ao poder de ajudar e mudar a vida das pessoas por meio de sua posição. Elas se sentem orgulhosas e ao mesmo tempo agradecidas por terem esse privilégio.

Eu não tinha isso quando eu tava de fora, de saber o quanto a gente é responsável pelo outro, o quanto a gente faz a diferença nas pessoas, e às vezes a tua atitude pequena aqui, que tu acha que é pequena pela proporção de um projeto ou de uma postura tua, às vezes dá um impacto violento numa cidade, numa comunidade, numa rua, que seja (E2).

Mas saber que quando tem esse tipo de impacto na vida de uma criança, na família, eu acho que isso, esse tipo de coisa que te possibilita só sendo vereadora, isso é surreal, é um sentimento que tu fala: Obrigada, eu queria muito tá aqui, valeu a pena tudo o que eu passei, as críticas que eu estou recebendo, tudo valeu (E2).

Não *fulana*, eu consegui emprego porque, se eu não tivesse no curso que tu trouxe eu não tinha conseguido emprego” ou ‘Ah eu tava muito mal, e tu trouxe isso pra comunidade e eu consegui emprego, mudou a minha vida’, entendesse. Isso a gente vê inteiramente relatos, entendesse (E4).

Pra fazer a diferença nesse mandato [...] se eu não fosse vereadora eu não estaria nas seções, não estaria defendendo, debatendo, e buscando melhorias pro nosso município, se eu não fosse vereadora não estaria fazendo isso [...] Porque as pessoas contam comigo, as pessoas vem pedir serviço e a gente faz as indicações e vai cobrar do prefeito, então eu penso que lógico muito mais fácil ele atender um vereador do que uma pessoa comum que vai pedir um serviço certo, então pra mim já é uma grande vitória, isso, ajudar os nossos bairros, não é nem a pessoas, é os bairros porque sempre que é pedido é pra comunidade (E7).

No *projeto tal* também, tipo, a gente criou um laço tão forte , tipo teve um dos *membros* que perdeu o pai, e eu passei tudo aquilo com ele, e a mãe dele me ligava e dizia, e a gente fez uma viagem pra eles conhecerem os poderes lá em Floripa, a assembleia, o Tribunal de Contas e tal e o setor administrativo, e aí ela me ligava e dizia: “Nossa, tu não sabe como ele tá melhor agora que ele tá convivendo, que tá no projeto, ele tá conseguindo superar”, então isso, ouvir isso, acho que o mandato inteiro vai valer a pena se só uma pessoa que eu tive interferência na vida dele pra ter uma vida melhor, ou pra família dele, tudo isso já valeu a pena, já fiz o meu papel, isso que me incentiva e ser grata por estar onde eu estou (E2).

Então a gente [grupo de mulheres do partido] se envolve em política, mas por ações sociais [...] Então ‘ah tem alguém precisando de alguma coisa’ A gente coloca no grupo e se ajuda, sabe ajuda as pessoas (E5).

Na aérea da educação eu tenho muito isso, “puxa tu me ajudou tanto lá, hoje eu sou isso porque lá tu me deu esse suporte, tu me ajudou” sabe, dentro da educação eu tenho muito isso (E8).

Por meio dos relatos das entrevistadas E5 e E8, também é possível ver que ao estarem empoderadas no nível individual, elas puderam atingir o empoderamento no nível coletivo, e suas ações práticas se ampliam para a sociedade em que estão inseridas.

Todos os relatos supracitados vêm ao encontro com Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), que afirmam sobre o processo do empoderamento: que se inicia quando o indivíduo se transforma em agente ativo e, sendo orientado por seus objetivos e valores, abraça o papel de cuidador de si próprio, e torna-se o agente promotor de seu crescimento. A partir disso, causa transformações no seu ambiente e sociedade, enquanto no centro de todo esse processo. Por meio dos relatos, pode-se ver o processo de empoderamento das entrevistadas perpassando pelas etapas expostas pelos atores, e culminando com as entrevistadas sendo as promotoras de ações realizadas com vistas a transformar o ambiente e a sociedade.

Em síntese, os pontos que mais se destacaram nas dimensões de empoderamento foram:

- Nível individual: (1) inserção no mercado de trabalho, (2) abordagem e comportamento mais agressivo, (3) busca de conhecimento (4) apoio da família;
- Nível relacional: (1) família, (2) relacionamentos interpessoais dentro e fora da política, (3) experiências profissionais e pessoais;
- Nível coletivo: (1) ações para incluir mais mulheres na política, (2) bem-estar da mulher, (3) bem-estar da sociedade em geral.

Na análise do empoderamento individual, foi possível identificar a posição desprivilegiada das entrevistadas, e os fatores que descrevem novos comportamentos e processos para o desenvolvimento do empoderamento. Cinco das oito entrevistadas tiveram uma infância desprivilegiada financeiramente, e desde muito cedo trabalharam na roça junto com a família para garantir a sobrevivência. Dessa forma, a busca pela entrada no mercado de trabalho e a dedicação aos estudos foram fatores-chaves para o início do empoderamento no nível individual. Identificou-se também o momento em que elas perceberam sua posição desprivilegiada dentro da política, e a partir de então, iniciam comportamentos e ações que proporcionam autonomia para exercerem seus cargos. Elas relatam que para conquistar autonomia e ser ouvida, passaram a ter uma abordagem e comportamento mais agressivo perante seus colegas de trabalho. Outro fator impulsionador do empoderamento foi a busca de novos conhecimentos. Em sua grande maioria, as entrevistadas relataram o momento que perceberam que a falta de conhecimento teria consequências desfavoráveis para sua atuação, e a partir disso partiram em busca de conhecimento acerca do campo político.

Os sinais de autoconfiança foram perceptíveis no momento em que as entrevistadas relatam a decisão e motivação para ocupar cargos mais altos na política. Cinco das oito entrevistadas afirmam que querem ocupar cargos mais altos, e se mostram decididas e confiantes que futuramente, irão alcançar essas novas posições.

Com relação à conquista da liberdade no nível individual do empoderamento feminino, percebeu-se que existe ao mesmo tempo um ganho e uma perda da liberdade para a mulher que entra na carreira política. Por meio dos relatos, percebe-se que ao alcançar o empoderamento individual, entrar na política e se tornar uma pessoa pública, as entrevistadas perdem a liberdade no sentido de terem que preservar constantemente sua imagem, o que

acaba por inibir a liberdade de alguns comportamentos considerados normais para uma pessoa que não pertence à esfera pública.

Na dimensão relacional, ter uma estrutura familiar que concorde com a decisão, fornecendo todo apoio emocional e cuidados da família para que a mulher pudesse disputar a campanha, são aspectos que facilitam o processo da mulher na política em todos os níveis. Entretanto seis das entrevistadas relataram que no primeiro momento, a família se mostrou resistente à decisão de iniciar uma campanha, porém, foram capazes de influenciar e negociar com seus familiares, a fim de convencê-los a aceitar tal decisão, mostrando dessa forma a capacidade das entrevistadas de influenciar e negociar para alcançar o empoderamento.

Um segundo ponto relatado no nível relacional, são as influências de relacionamentos interpessoais, experiências profissionais e pessoais. Percebeu-se que para todas as entrevistadas, o incentivo e influência para entrar na política surgiram a partir de indivíduos do sexo masculino que faziam parte das relações interpessoais estabelecidas ao longo do tempo, como familiares, colegas de trabalho e amigos. Outra questão analisada como fundamental para o desenvolvimento do empoderamento na dimensão relacional diz respeito às relações com pessoas que já atuam na política e incentivam a entrada da mulher nesse campo. Também foi possível perceber, como os relacionamentos interpessoais com pessoas de fora da política, foram importantes no desenvolvimento do empoderamento relacional e influenciou a entrada das entrevistadas na carreira política. Complementarmente, as experiências profissionais e pessoais foram importantes para que as entrevistadas ampliassem a rede de relacionamentos e construíssem uma base de serviços prestados na comunidade, o que proporcionou maior visibilidade no campo político.

Os sinais de empoderamento no nível coletivo foram evidenciados nos relatos sobre as ações tomadas para atrair e trazer mais mulheres para a política. Foi possível perceber que as entrevistadas valorizam sua posição dentro da política, e procuram atrair e inserir mais mulheres de todas as faixas etárias na política. Essas ações são realizadas de forma partidária, de projetos ou atuação dentro do núcleo de mulheres do partido. Já fora do partido, incentivam mulheres de seu círculo de convivência, como amigas, ou mulheres da comunidade que possuam perfil para atuar na política. Percebeu-se também que as ações são realizadas por meio do discurso e da persuasão, e também por projetos bem estruturados. As ações do empoderamento coletivo também contribuem para mulheres da sociedade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo avaliar o processo de empoderamento das mulheres que ocupam cargos político-eletivos nas regiões da AMREC e AMESC no sul do estado de Santa Catarina. Constatou-se que as entrevistadas passaram por todos os níveis de empoderamento propostos pela análise. Percebe-se que as entrevistadas têm clara consciência da posição desprivilegiada da mulher na esfera política, constatado nas falas das entrevistadas sobre os desafios relatados e enfrentados, desde o momento da tomada de decisão de disputar o processo eleitoral, até o dia-a-dia no exercício do cargo. Até mesmo características tidas como inerente à mulher, como o fato de ser mais emocional, ou pela minoria presença de mulheres na bancada, tornam-se desafios para a mulher, fato até então desconhecido pela literatura.

Mesmo com o crescimento da atuação da mulher na esfera pública, foi possível notar o preconceito contra a mulher que atua na política, que se apresenta explicitamente em todas as etapas passadas até chegar ao cargo. Houve relatos explícitos de assédio social quanto à incapacidade, discriminação e assédio moral, enfrentados dentro e fora da bancada. Muitos relatos tiveram um tom de desabafo, tamanha a opressão sentida por essas mulheres.

O início do processo de empoderamento das mulheres entrevistadas que atuam na política, ocorreu por meio do desenvolvimento de comportamentos e ações com vistas a reverter tal posição desprivilegiada. Para que a mulher tenha a oportunidade de disputar a eleição de forma equânime, apenas a aprovação de leis de cotas eleitorais não se faz eficiente. Nessa disputa, cabe somente à mulher se munir de comportamentos, ações, relações e experiências para atingir o sucesso no pleito. A vitória de uma mulher na política se mostrou ser duplamente mais desafiadora em comparação à uma vitória masculina. Nesse processo, na busca pela autonomia, autoconfiança e independência, ter uma abordagem mais agressiva em sua conduta e estar sempre em busca de conhecimento tornam-se imprescindíveis.

A respeito da contribuição da Lei das Cotas Eleitorais para o processo de empoderamento feminino, percebe-se que essa deixa aberta uma lacuna entre a candidatura e a eleição da mulher na política. É perceptível que a lei das cotas não contribuiu para o processo de empoderamento da mulher na política. De fato, ela garante o espaço da mulher nas disputas pelo pleito, entretanto, não existem mecanismos na lei que garantam que a candidata será eleita. As entrevistadas discordam com o teor da Lei das Cotas Eleitorais, visto que, esse fator

traz mais um desafio para a mulher, pois, precisam comprovar que são capazes de cumprir de forma idônea a função na política.

Viu-se que o empoderamento da mulher na política, assim como o empoderamento da mulher em geral, se faz importante, pois acaba tendo reflexos em toda a sociedade. As entrevistadas se mostram cientes do exemplo que impõem perante outras mulheres na sociedade, e se sentem responsáveis por mudar o cenário político feminino onde estão inseridas. Foi possível relatar progressos obtidos por elas nesse sentido, o que acaba beneficiando a sociedade em geral, tendo em vista que a mulher na política tem um olhar mais voltado para questões voltadas à saúde, educação, políticas públicas de assistência social.

Percebe-se que, para que ocorra o processo de empoderamento da mulher na política, vários atores se fazem necessários. Como exemplo, a família, relações com pessoas já atuantes na política. Mas acima de tudo, a chave principal desse processo é a própria mulher. Depende dela mesma, mais do que qualquer outro fator, se empoderar para entrar na política. A construção de relacionamentos com as pessoas certas, a persuasão da família quando essa se mostra contra a decisão, construir experiências de apoio na comunidade, convencer a população de que ela tem capacidade e ideias para melhorar a comunidade, lutar para ser ouvida e respeitada na bancada, ter seus direitos na bancada cumpridos, e ter visibilidade no meio político. Porém, tudo isso depende somente da persistência, luta e determinação da mulher. Em outras palavras, ela está nessa busca sozinha. E deve saber como buscar e fazer uso das melhores armas para poder se empoderar e conseguir conquistar seu espaço na política.

Para a mulher que tenha interesse em entrar na política, recomenda-se que ela se certifique que terá apoio da família na sua decisão de disputar uma eleição e que está disposta a apoiá-la em todos os sentidos. Segunda recomendação, que construa uma base na sociedade em que está inserida, por meio de relações e experiências pessoais e profissionais. Em terceiro lugar, recomenda-se que essa mulher tenha determinação para buscar conhecimento acerca desse meio, não apenas para ganhar a eleição, mas também como atuar após estar na bancada. Essa é uma forma de garantir independência e autonomia.

Aconselha-se que essa mulher esteja ciente de que o empoderamento da mulher na política depende somente dela mesma, levando em conta que a política exigirá um equilíbrio de lado emocional e racional, em outras palavras, será uma luta diária, em que ela terá que se impor e constantemente fazer com que sua voz seja ouvida, para que tenha sua posição reconhecida, para que ela consiga ter visibilidade e exercer seu cargo.

E por último, a recomendação é que ela esteja ciente de que a partir do momento que ela se tornar uma pessoa pública, perderá algumas liberdades. Por exemplo, ela terá que controlar e vigiar seus comportamentos, pois passará a ser um exemplo para toda a sociedade, isso inclui frequentar e deixar de frequentar alguns lugares, vestir trajes adequados, ter ou não algumas atitudes em público, manter a aparência sempre polida. A perda da privacidade é outro fator, pois ela estará exposta o tempo todo, e conseqüentemente, estará sendo avaliada e abordada pelo público em cada passo que der.

Sugere-se para pesquisas futuras, estudos realizados com mulheres políticas que ocupem cargos no legislativo e executivo, a nível estadual ou federal.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? - Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173, jan/abr. 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/user/Downloads/26722-109718-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

BRAUNER, Vera Lucia. Desafios emergentes acerca do empoderamento da mulher através do esporte. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 521-532, abr/jun. 2015. Disponível em: < http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/48156/34234>. Acesso em: 23 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.100**, de 29 de Setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm.> Acesso em: 16 out. 2016.

_____. **Lei nº 9.504**, de 30 de Setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm.> Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Portal Brasil. **Cidadania e Justiça**. Mulheres na política. 2014. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>. Acesso em: 13 out. 2010.

_____. Portal Brasil. **Cidadania e Justiça**. Mulheres ainda tem baixa representatividade na política, diz especialista. 2016. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-ainda-tem-baixa-representatividade-na-politica-diz-especialista>. Acesso em: 12 out. 2016.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos. **Períodos da História Eleitoral**. 2012. Disponível em: < http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/744>. Acesso em: 13 out. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed São Paulo: Prentice Hall, 2007.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2016.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. 2008. Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

ELEIÇÕES 2016. **Estado de Santa Catarina**. 2016. Disponível em: < http://www.eleicoes2016.com.br/sc/>. Acesso em: 27 out. 2016.

FERNANDES, Carla Montuori. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 69-85, jun/set. 2012. Disponível em: <

<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/9266>>. Acesso em: 13 out. 2016.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e Ousadia: **O cotidiano do professor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sonia. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, jan. 2001.

Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000100010&script=sci_arttext)

[026X2001000100010&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 set. 2016.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos.....**Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006. Disponível em: <

[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232)

[405&Itemid=232](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

HTUN, Mala. **Dimensões da inclusão e exclusão política no Brasil: Gênero e raça**. Inter-American Development Bank, 2003. Disponível em: <

https://publications.iadb.org/handle/11319/5197?scope=123456789/11&thumbnail=false&order=desc&rpp=5&sort_by=score&page=1&query=politica+pueblos+indigenas&group_by=none&etal=0&filtertype_0=subject_en&filter_0=Women&filter_relational_operator_0>equals>.

Acesso em: 20 set. 2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese. 2016**. Disponível em:

<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>. Acesso em: 14 out. 2016.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política.

Saúde e Sociedade, São Paulo, vol.18, n.4, p.733-743, dez. 2009. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 86-94, jan/jun. 2010. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/13876>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes;

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos....**Belo Horizonte: Anpad, 2008. Disponível em: <

<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

MAGESTE, Gizelle de Souza. **Histórias de empoderamento:** um estudo sobre o processo vivenciado por mulheres que ocupam cargos de alto escalão na administração pública e de empresas em Belo Horizonte. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth; BOENDER, Carol. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development.** [s.i.]: [s.n], 2002. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095970750368/529763-1095970803335/malhotra.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MANCINI, Monica. **Mulheres Profissionais Bem Sucedidas:** um estudo exploratório no contexto organizacional brasileiro. 2005. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- PUC, São Paulo, São Paulo, 2005.

MATOS, Marlise. Paradoxos da Incompletude da Cidadania Política das Mulheres: novos horizontes para 2010. **Em Debate – Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, vol. 2, p.31-59, 2009. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 113-121, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n2/a04v14n2>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIGUEL, Sonia Malheiros. **A Política de Cotas por Sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro.** [S.I.]:Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2000. Disponível em: <file:///D:/artigos%20para%20TCC/a_politica_de_cotas_por_sexo%20CEFEMEA.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

MOSEDALE, Sarah. Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. **Journal of International Development**, [S.I.], v. 17, n. 2, p. 243-257, mar. 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1212/epdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de. A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 16 n. 26, p. 1-42, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/18482/1/Artigo%201.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ONU MULHERES. Entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o Empoderamento das mulheres. **Princípios de Empoderamento das Mulheres:** igualdade

gera negócios. 2010. Brasília. Disponível em: < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROWLANDS, Jo. **Empowerment examined: an exploration of the concept and practice of women's empowerment in Honduras**. 1995. 289 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Durham University, Durham, 1995. Disponível em: < <http://etheses.dur.ac.uk/1424/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ROWLANDS, Jo. **Questioning empowerment: Working with women in Honduras**. Oxfam, 1997.

SCHULER, Margaret; KADIRGAMAR-RAJASINGHAM, Sakuntala. **Legal Literacy: a tool for women's empowerment**. 1. ed. New York: Pact, 1992.

SENADO FEDERAL. Notícias. **Dilma Rousseff perde o mandato e Temer é confirmado presidente**. 2016. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente>>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____. Imprensa. **Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil**. 2014. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 13 out. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Semana da Mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano**. 2013. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Estatísticas do eleitorado**. 2016. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatisticas-de-eleitorado>>. Acesso em: 12 out. 2016.

STROMQUIST, P. Nelly. The theoretical and practical bases for empowerment. In: Carolyn Medel Anonuevo (Org.). **Women, Education and Empowerment: Pathways Towards Autonomy, Hamburg**. Unesco Institute for Education, 1995. p. 13-22. Disponível em: < http://www.unesco.org/education/pdf/283_102.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

SEPPPIR -SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **O que são ações afirmativas**. [201-]. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR. **Posição dos países quanto à participação da mulher nas casas legislativas**. 2016. Disponível em: < <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- UNFPA. **Conferência internacional sobre população e desenvolvimento**. [201-]. Disponível em: <<http://unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/cipd>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 132-157.

VELHO, Bernardo Teixeira Machado. Equidade de gênero no mundo do trabalho: A história de uma organização. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**....Rio de Janeiro: CNEG, 2011. Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0452_2137.pdf> Acesso em: 15 set. 2016.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995**. Frossard H. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, p. 15-25, 2006.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS

Perfil:

- 1- Nome completo
- 2- Qual sua idade?
- 3- Natural de onde?
- 4- Estado civil?
- 5- Tem filhos? Se sim, quantos?
- 6- Qual sua escolaridade? Se ensino superior e especialização, em que área?
- 7- O que você entende por empoderamento feminino?

Histórias de vida:

- 1- Você pode me falar um pouco sobre sua criação: histórico familiar, onde nasceu e foi criada, infância, adolescência? (exemplo dos pais; criação por ambos os pais, irmãos, irmãs; motivação a ser independente, estudar e trabalhar ou se foi criada para casar; se buscou educação e trabalho por si própria, quais os motivos disso; se teve uma infância financeiramente confortável ou não).
- 2- Pode me descrever o momento que decidiu entrar para a política? O que te levou a entrar na política?
- 3- Conte me como foi sua entrada na vida política até se tornar vereadora (há quanto tempo atua como vereadora; entrou na candidatura pela política de cotas, é filha de políticos, já atuava antes como líder de sindicatos, movimentos sociais, comunitários, de bairro, etc., se sim, qual cargo ocupava; com qual idade iniciou na carreira de vereadora; com que idade teve a primeira experiência em cargo de liderança política; qual o motivo que a levou a seguir a carreira política; se relacionamentos interpessoais tiveram papel impulsionador, quem foram as pessoas chave para chegar até aqui).
- 4- Como você avalia o seu processo de entrada na política?
- 5- Pode me falar da Lei das Cotas na política?
- 6- O partido não te preparou para a eleição. Que medidas você tomou para superar isso e se eleger?
- 7- Qual era o seu nível de conhecimento a respeito de política? De que forma você adquiriu conhecimento para enfrentar a eleição?

- 8- Pode me falar sobre a questão financeira para a mulher entrar na política?
- 9- Em sua opinião, quais as características necessárias em uma mulher para que possa desempenhar a carreira política?
- 10- Nos dias de hoje em sua opinião, quais os motivos que mais dificultam, ou os principais desafios para a mulher optar por uma carreira política, a eleição de uma mulher e a atuação da mulher eleita?
- 11- Antes de ser vereadora, qual era a sua atividade profissional?
- 12- Você exerce outra atividade profissional além de vereadora?
- 13- Qual o seu envolvimento na administração financeira da sua casa?

Nível Pessoal:

- 1- O que mudou em sua vida desde que você foi eleita?
- 2- O que significa sucesso e bem-estar para você?
- 3- Você se sente mais confiante agora do que era antes? Como isso aconteceu? O que você faz agora que antes não fazia?
- 4- Qual o papel da educação, instrução na vida de uma mulher/ mulher que quer entrar na política?
- 5- Como mulher, como você se vê na posição de vereadora?
- 6- Pode relatar alguma experiência, acontecimento positivo que ocorreu, e que não teria acontecido se não tivesse se tornado vereadora?

Nível Relacional:

- 1- Como sua família reagiu quando você decidiu disputar a eleição para vereadora? (incluindo familiares, marido e filhos)
- 2- E qual é o comportamento de sua família hoje? Você tem apoio, ajuda e incentivo para poder atuar como vereadora? Existe algum diálogo, ou negociação na sua casa a esse respeito?
- 3- O seu relacionamento com o conjugue mudou de alguma forma após a entrada na política?
- 4- Como você lida com a dupla jornada de trabalho? Com relação a sua família: marido, filhos e cuidados com a casa?
- 5- Quais você acha que são os direitos e deveres das mulheres? O que é ser mulher para você?
- 6- Como você vê o futuro de sua filha comparada a sua? Por quê?
- 7- Como você se sente atuando em um meio predominantemente masculino? Como você lida com isso? Como os homens te veem na função de vereadora?

Nível Coletivo:

- 1- Você tem algum relato de alguma mulher que empreendeu, inovou, mudou de vida, buscou novos objetivos, devido ao seu exemplo e influência?
 - 2- Você participa de algum tipo de associativismo, ONG, clube ou grupo de apoio?
 - 3- Você colabora para o crescimento e para a atuação de mulheres em cargos na política, ou de mulheres em geral? (Citar exemplos).
 - 4- Se sim, como sua posição na política interfere nesse papel?
 - 5- Você busca por meio da política defender a causas femininas, de apoio à mulher?
-
- 1- Algo mais que você gostaria de acrescentar para a entrevista?

